



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 055 - SÁBADO, 8 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

| MAIORIA (PMDB) – 21 | BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17 | LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 |
|---|---|---|
| <p style="text-align: center;">LÍDER Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> | <p style="text-align: center;">LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> | <p style="text-align: center;">LÍDER José Jorge – PFL</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p> |
| <p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p> | <p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p> | <p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p> |
| EXPEDIENTE | | |
| <p style="text-align: center;">Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p> | <p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p> | |

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 37ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE ABRIL DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2006 (nº 1.960/2003, na Casa de origem), que estabelece normas para o processo de execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE..... 11338

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2006 (nº 3.468/2004, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispondo sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário e dá outras providências..... 11342

1.2.2 – Leitura de pareceres

Nº 292, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Ofício nº S/5, de 2004, do Ministro de Estado da Defesa, informando que, tendo em vista o agravamento da situação na República do Haiti, determinou o envio de um avião da Força Aérea Brasileira àquele País, bem como de um destacamento de fuzileiros navais, a fim de promover a retirada de brasileiros e dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe. **(Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2006)** 11347

Nº 293, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Indicação nº 2, de 2004, que propõe a adoção de providências no sentido de que seja estudada a possibilidade de articular com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores, a inclusão, ainda no ano de 2004, na programação das visitas de autoridades ao nosso País, a do Presidente da República da Costa do Marfim, Senhor Laurent Gbagbo..... 11349

Nº 294, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005 (nº 5.239/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único, renumerado com § 1º, e acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios

da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências..... 11350

Nº 295, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 5, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Dra. Verônica Michelle Bachelet Jeria, pela vitória nas eleições Presidenciais no Chile, tornando-se a primeira mulher a assumir o comando do Executivo Chileno. 11354

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2006, resultante de parecer lido anteriormente..... 11355

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação..... 11355

Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária do Requerimento nº 5, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente. 11355

Transferência da sessão solene do Congresso Nacional destinada a recepcionar a Presidente da República do Chile, Senhora Michelle Bachelet, para às 16 horas e 30 minutos do dia 11 de abril do corrente, no Plenário do Senado Federal..... 11355

1.2.4 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuações)

Nº 7, de 2006-CN (nº 418/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 406, de 2006-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação Baixa Acaraú – 2ª Etapa, no Estado do Ceará (TC nº 004.770/2004-4). 11355

Nº 8, de 2006-CN (nº 441/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 404, de 2006-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Ceará – Construção de Ponte sobre o Rio Cocó/Acesso de ligação a CE-040 (Fortaleza) – Programa de Trabalho 26.782.0235.10DK.0002 (TC nº 007.617/2004-5). 11355

1.2.5 – Aviso do Ministro de Estado da Previdência Social

Nº 40/2006, de 28 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.376, de 2005, do Senador José Agripino. 11355

1.2.6 – Ofício do Ministro de Estado da Educação

Nº 610/2006, de 28 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 42, de 2006, do Senador Alvaro Dias. 11355

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR VALDIR RAUPP – Críticas ao projeto de lei aprovado pelos Estados Unidos a respeito do controle migratório. Transcurso, hoje, do Dia Nacional do Jornalista e do Dia Mundial da Saúde. 11356

SENADOR EDISON LOBÃO como Líder – Necessidade de maiores investimentos no Esporte visando a inclusão social de crianças e jovens. 11357

SENADOR JOSÉ JORGE – Descaso do governo Lula com as Agências Reguladoras. Considerações sobre o pedido de demissão do Vice-Presidente do Banco do Brasil, José Luiz de Cerqueira César. 11361

SENADOR GILVAM BORGES – Registro da liberação de recursos orçamentários destinados ao município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. 11372

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários à gestão do Ministro Gilberto Gil. Transcrição da matéria “Um socorro de R\$ 14,6 bilhões – Pacote do governo dará recursos para agricultura, que ministro diz estar no fundo do poço”. 11373

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Repúdio às críticas dirigidas ao Congresso pelo governador do Piauí, Wellington Dias, com relação à votação do Orçamento da União. 11375

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Deferimento do Requerimento nº 381, de 2006. 11378

1.2.9 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Considerações a respeito da votação do Orçamento da União. 11378

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários à festa realizada ontem pelo Presidente Lula para comemorar a reinauguração do Palácio da Alvorada. 11378

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro de evento a ser realizado na Embrapa, hoje, para anunciar o Plano Nacional de Prevenção da Gripe Aviária. 11379

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Caixa abriga afilhados do PT e

aliados”, publicada no jornal **O Globo**, edição do último dia 28 de março do corrente. 11381

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Considerações a respeito de artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 29 de março último, de autoria do jornalista Plínio Fraga e intitulado “A esperteza embute a mentira”. 11382

SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre a matéria intitulada “Alckmin decola”, publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 22 de março último. 11383

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Transcrição do artigo intitulado “A gênese da violação”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de março último. 11387

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “A história oficial”, de autoria do articulista Fernando Rodrigues, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 29 de março último. 11388

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Análise do artigo intitulado “Governo trava guerra sobre responsáveis pela violação”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 29 de março último. 11389

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Comentários acerca da matéria “Oposição quer pedir punição da deputada”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 de março último. 11390

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “Fazer a diferença”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **O Globo**, edição de 2 de abril do corrente. 11391

SENADOR LEONEL PAVAN – Considerações sobre o artigo intitulado “É uma vergonha!”, de autoria do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 28 de março último. 11392

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição da matéria intitulada “Quem faz a cabeça de Alckmin”, publicada na revista **Exame**, edição de 29 de março último. 11393

SENADOR ROMERO JUCÁ – Análise de publicação do Ministério da Saúde intitulada “Resposta”, a respeito do combate à AIDS. 11396

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, dia 10, às 14 horas, com Ordem do Dia designada. 11396

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 29, apresentadas à Medida Provisória nº 288, de 2006. 11401

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 635 a 646, de 2006. 11445

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 5 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
-

Ata da 37ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislativa

Presidência dos Srs. Gilvam Borges e Heráclito Fortes

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2006 (Nº 1.960/2003, na Casa de origem)

Estabelece normas para o processo de execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE têm por finalidade prover os alunos das escolas públicas do ensino fundamental de todo o País, de forma universal e gratuita, de livros escolares e de outros materiais didáticos de qualidade.

§ 1º Os livros e outros materiais referidos no caput deste artigo serão adquiridos para uso de alunos e professores das redes federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, inclusive para os alunos com deficiência visual total, e transcritos para o **braille** ou para outro tipo de código de linguagem.

§ 2º Para os efeitos desta lei, são considerados livros escolares os manuais didáticos e os materiais complementares de leitura, assim definidos:

I – manuais didáticos são aqueles suportes de texto que expõem o conteúdo das disciplinas constantes dos componentes dos programas curriculares;

II – materiais complementares de leitura são aqueles suportes de texto a serem disponibilizados às escolas e utilizados por alunos e professores, tendo

em vista o apoio à aprendizagem de sala de aula e à formação, a mais ampla possível, de leitores.

§ 3º São considerados outros materiais didáticos aqueles especialmente concebidos para o ambiente escolar e que não têm, no texto escrito, o seu veículo principal de informação e destinados a aprofundar o conteúdo das disciplinas.

Art. 2º As ações referentes aos manuais didáticos serão desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Art. 3º As ações referentes aos materiais complementares de leitura e a outros materiais didáticos serão desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE.

Art. 4º O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE serão financiados com recursos consignados no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

CAPÍTULO II

Dos Procedimentos de Execução do Programa Nacional Do Livro Didático – PNLD

Art. 5º A execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD obedecerá às seguintes etapas: inscrição dos manuais didáticos, triagem, avaliação pedagógica, escolha, aquisição, distribuição e monitoramento.

Art. 6º A inscrição dos livros didáticos será aberta aos Titulares de Direito Autoral, com critérios pedagógicos e físicos estabelecidos pelo executor, que cobrará taxa de inscrição.

Art. 7º A execução do processo de avaliação dos manuais didáticos ficará a cargo de instituições selecionadas segundo critérios especificamente estabelecidos para a seleção.

Parágrafo único. São pré-requisitos para a seleção das instituições:

I – tradição em estudos e pesquisas nas áreas específicas do conhecimento, compatíveis com a abrangência do Programa;

II – competência técnica e operacional para a execução da avaliação;

III – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas;

IV – participação na formação de professores.

Art. 8º A execução do processo de avaliação dos manuais didáticos será regida por critérios didático-pedagógicos, editoriais e físicos.

Parágrafo único. A escolha dos manuais didáticos por parte das escolas deverá obedecer à sua proposta pedagógica.

Art. 9º O atendimento do PNLD será realizado para as escolas públicas do ensino fundamental de que trata o art. 1º desta lei.

§ 1º As escolas mencionadas no **caput** deste artigo deverão estar cadastradas no Censo Escolar realizado anualmente.

§ 2º A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido será feita com base nas projeções das matrículas previstas para o ano letivo objeto de atendimento, de maneira a garantir o atendimento universal dos alunos das escolas públicas.

Art. 10. Os manuais didáticos de 2ª a 8ª séries do ensino fundamental deverão ser reutilizados.

Art. 11. Os manuais didáticos relativos à grade curricular da 1ª série do ensino fundamental serão adquiridos anualmente por se tratar de livros consumíveis e os relativos à grade curricular de 2ª a 8ª séries serão adquiridos periodicamente.

CAPÍTULO III

Dos Procedimentos de Execução do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

Art. 12. A execução do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE obedecerá às seguintes etapas: elaboração do edital de convocação, inscrição, triagem, avaliação pedagógica, seleção, aquisição, distribuição e monitoramento.

Art. 13. A inscrição dos materiais complementares de leitura e de outros materiais didáticos será aberta aos Titulares de Direito Autoral, mediante critérios estabelecidos pelo executor, que poderá cobrar taxa de inscrição.

Art. 14. A execução do processo de avaliação dos materiais complementares de leitura e de outros materiais didáticos ficará a cargo de instituições selecionadas segundo critérios especificamente estabelecidos para a seleção.

Parágrafo único. São pré-requisitos para a seleção:

I – tradição em estudos e pesquisas nos campos compatíveis com a abrangência do Programa;

II – competência técnica e operacional para a execução da avaliação;

III – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas;

IV – participação na formação de professores.

Art. 15. A execução do processo de avaliação dos materiais complementares de leitura e de outros materiais didáticos, bem como a modalidade de aquisição, será regida por critérios didático-pedagógicos, editoriais e físicos.

Art. 16. O atendimento do PNEE será realizado para as escolas públicas do ensino fundamental de que trata o art. 1º desta Lei.

§ 1º As escolas mencionadas no **caput** deste artigo deverão estar cadastradas no Censo Escolar realizado anualmente.

§ 2º A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido, anualmente, será feita de maneira a garantir o atendimento universal das escolas públicas, com no mínimo 1 (um) acervo.

§ 3º A aquisição e o atendimento às escolas de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries serão efetuados anualmente, de forma alternada.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.960, DE 2003

(Da Sra. Marinha Raupp)

Estabelece normas para o processo de execução dos programas nacionais do livro didático e biblioteca da escola e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam instituídos o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, que têm por finalidade prover os alunos das escolas, públicas do ensino fundamental de todo o País, de forma universal e gratuita, de livros escolares e outros materiais didáticos de qualidade.

§ 1º Os livros e outros materiais referidos no **caput** deste artigo serão adquiridos, para uso de alunos e professores das redes federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, inclusive para os alunos com deficiência visual total, transcritos para o braille ou para outro tipo de código de linguagem.

§ 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros escolares os manuais didáticos e os materiais complementares de leitura.

– Manuais didáticos são aqueles suportes de texto que expõem o conteúdo das disciplinas

constantes dos componentes dos programas curriculares.

– Materiais complementares de leitura são aqueles suportes de texto a serem disponibilizados às escolas, e utilizados por alunos e professores, tendo em vista o apoio às aprendizagens de sala de aula e a formação, a mais ampla possível, de leitores.

§ 3º São considerados outros materiais didáticos aqueles especialmente concebidos para o ambiente escolar e que não têm, no texto escrito, o seu veículo principal de informação, destinados a aprofundar o conteúdo das disciplinas.

Art. 2º As ações referentes aos manuais didáticos serão desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Art. 3º As ações referentes aos materiais complementares de leitura e outros materiais didáticos serão desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE.

Art. 4º Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE serão financiados com recursos consignados no orçamento do FNDE.

Art. 5º A execução do PNLD e do PNBE, ficará a cargo do Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Fundamental – SEF, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e das Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação.

Parágrafo único. As entidades de que trata o **caput** deste artigo terão as seguintes atribuições nas etapas de execução dos programas:

I – SEF: coordenação da avaliação pedagógica dos manuais didáticos e da seleção e/ou avaliação de materiais complementares de leitura e de outros materiais didáticos; orientação pedagógica quanto à escolha e ao uso do livro escolar.

II – FNDE: inscrição, triagem, estruturação do processo de escolha, aquisição e controle de qualidade, distribuição e monitoramento dos processos exigidos por cada um dos Programas, especificamente.

III – Secretaria Estaduais e Secretarias ou Órgãos Municipais de Educação: organização e monitoramento do processo de escolha dos livros pelas escolas, bem como da sua distribuição; acompanhamento do seu uso; e orientação quanto à conservação dos livros pelo estabelecimento de ensino, pelos docentes e alunos.

Art. 6º Para os efeitos desta lei, será instituída no Ministério da Educação, em caráter permanente, uma Comissão Técnica Nacional do Livro Escolar.

§ 1º A Comissão Técnica Nacional do Livro Escolar terá como atribuição assessorar a SEF na su-

pervisão e no acompanhamento dos programas PNLD e PNBE.

§ 2º Os trabalhos da Comissão serão coordenados e presididos pela SEF.

CAPÍTULO II

Dos Procedimentos de Execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

Art. 7º A execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD obedecerá as seguintes etapas: inscrição dos manuais didáticos, triagem, avaliação pedagógica, escolha, aquisição, distribuição e monitoramento.

Art. 8º A inscrição dos livros didáticos será aberta aos Titulares de Direito Autoral, com critérios pedagógicos e físicos estabelecidos pelo executor, que cobrará taxa de inscrição.

Art. 9º A execução do processo de avaliação dos manuais didáticos ficará a cargo de universidades, selecionadas pelo Ministério da Educação, segundo critérios especificamente estabelecidos com vistas a essa seleção.

Parágrafo único. É prerrogativa do Ministério da Educação a decisão sobre a seleção das instituições

Art. 10. São pré-requisitos para a seleção das universidades:

I – Tradição em estudos e pesquisas nas áreas específicas do conhecimento, compatíveis com a abrangência do Programa.

II – Competência técnica e operacional para a execução da avaliação.

III – Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas

IV – Participação na formação de professores.

Art. 11. A execução do processo de avaliação dos manuais didáticos será regida por critérios didático-pedagógicos, editoriais e físicos, que serão fixados pelo Ministério da Educação em edital específico.

Art. 12. O Ministério da Educação, por meio de programas específicos, orientará as Secretarias Estaduais e Secretarias ou Órgãos Municipais de Educação, no processo de escolha dos manuais didáticos.

Parágrafo único. A escolha dos manuais didáticos por parte das escolas deverá obedecer à sua proposta pedagógica.

Art. 13. O atendimento será realizado às escolas públicas, prioritariamente, de ensino fundamental de que trata o art. 1º, do Capítulo I, desta lei.

§ 1º As escolas mencionadas no **caput** deste artigo deverão estar cadastradas no Censo Escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

§ 2º A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido será feita com base nas projeções de

crescimento das matrículas, previstas para o ano letivo objeto de atendimento, elaboradas pelo INEP, de maneira a garantir o atendimento universal dos alunos das escolas públicas.

Art. 14. Os manuais didáticos de 2ª a 8ª séries do ensino fundamental deverão ser reutilizados por um período de três anos, a contar de seu recebimento pela escola.

Art. 15. Os manuais didáticos relativos à grade curricular da 1ª série do ensino fundamental serão adquiridos anualmente por se tratar de livros consumíveis.

Art. 16. A aquisição e distribuição dos manuais didáticos serão efetuados pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. Quando o processo de aquisição e distribuição dos manuais didáticos estiver a cargo de Secretarias Estaduais – SEDUC ou Secretarias ou Órgãos Municipais de Educação, os recursos serão repassados a estes órgãos, resguardada a avaliação e aprovação dos livros pelo Ministério da Educação.

CAPÍTULO III

Dos Procedimentos de Execução do Programa Nacional da Biblioteca da Escola – PNBE

Art. 17. A execução do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE obedecerá as seguintes etapas: inscrição, triagem, avaliação pedagógica, escolha, aquisição, distribuição e monitoramento.

Art. 18. A inscrição dos materiais complementares de leitura e outros materiais didáticos serão abertos aos Titulares de Direito Autoral, mediante critérios estabelecidos pelo executor, que cobrará taxa de inscrição.

Art. 19. A execução do processo de avaliação dos materiais complementares de leitura e outros materiais didáticos ficarão a cargo de universidades, selecionadas pelo Ministério da Educação, segundo critérios especificamente estabelecidos com vistas a essa seleção.

Parágrafo único. É prerrogativa do Ministério da Educação a decisão sobre a seleção das instituições.

Art. 20. São pré-requisitos para a seleção das universidades:

I – Tradição em estudos e pesquisas nos campos, compatíveis com a abrangência do Programa.

II – Competência técnica e operacional para a execução da avaliação.

III – Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas.

IV – Participação na formação de professores.

Art. 21. A execução do processo de avaliação dos materiais complementares de leitura será regida por

critérios literários, didático-pedagógicos, editoriais e físicos, que serão fixados pelo Ministério da Educação em edital específico.

Parágrafo único. A execução do processo de avaliação de outros materiais didáticos será regida por critérios didático-pedagógicos e físicos, que serão fixados pelo Ministério da Educação em Edital.

Art. 22. O Ministério da Educação, por meio de programas específicos, orientará as Secretarias Estaduais e Secretarias ou Órgãos Municipais de Educação, no processo de escolha dos materiais complementares de leitura.

Art. 23. O atendimento será realizado às escolas públicas, prioritariamente, do ensino fundamental de que trata o art. 1º, do Capítulo I, desta lei.

§ 1º As escolas mencionadas no **caput** deste artigo deverão estar cadastradas no Censo Escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

§ 2º A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido, anualmente, será feita de maneira a garantir o atendimento universal das escolas públicas, com no mínimo um acervo.

§ 3º A aquisição e o atendimento às escolas de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries serão efetuados anualmente, de forma alternada.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Carta Magna de 1988, consentânea com o ideário da modernidade, estabeleceu que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (art. 208, inciso VII). A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 – reforçou esse dispositivo constitucional ao recepcioná-lo, em sua íntegra, no art. 4º do referido diploma legal.

Nesse contexto, sabemos que o Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Fundamental (SEF), na tentativa de universalizar e oferecer um ensino fundamental de qualidade a nossas crianças, adolescentes e jovens, vem desenvolvendo vários programas suplementares de material didático-escolar, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) consiste na distribuição gratuita de livros escolares aos

estudantes matriculados nas escolas públicas até a 4ª série do ensino-fundamental. Seu objetivo é contribuir para a socialização e universalização do ensino, bem como para a melhoria de sua qualidade, por meio da seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos para todos os alunos nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o País, cadastradas no Censo Escolar.

Com o objetivo de promover a leitura e o conhecimento de obras literárias, assim como o acesso à informação diversificada entre alunos e professores, o Ministério da Educação criou o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 1997, de modo a dotar as escolas públicas do ensino fundamental de um acervo básico formado por livros de literatura, obras de referência e outros materiais de apoio ao processo ensino-aprendizagem.

O presente projeto de lei objetiva estabelecer normas para o processo de execução desses referidos programas nacionais, aperfeiçoando os procedimentos inerentes à aquisição de material didático-escolar (processos de inscrição dos livros, triagem, avaliação pedagógica, escolha, aquisição, distribuição e monitoramento) às escolas do ensino fundamental de todo o País.

Ambos programas – PNLD e PNBE – serão financiados com recursos consignados no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e sua execução ficará a cargo do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Fundamental (SEF), do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação.

Objetivando assessorar a SEF na supervisão e no acompanhamento dos referidos programas, será instituída no MEC, em caráter permanente, uma Comissão Técnica do Livro Escolar.

Com a presente proposição legislativa, estamos possibilitando uma maior racionalização de tarefas dos diferentes órgãos e instâncias educacionais responsáveis pela execução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), ao tempo em que contribuimos, efetivamente, para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, mediante o estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade pedagógica para o material didático-escolar que chegará às mãos de nossos alunos e professores na diferentes regiões do País.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2003.
– Deputada **Marinha Raupp**.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2006

(Nº 3.468/2004, na Casa de origem)

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispondo sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto-Lei, adotam-se os seguintes conceitos:

I – Produto de Uso Veterinário – toda substância química, biológica, biotecnológica ou preparação manufaturada cuja administração seja aplicada de forma individual ou coletiva, direta ou misturada com os alimentos, destinada à prevenção, ao diagnóstico, à cura ou ao tratamento das doenças dos animais, incluindo os aditivos, suprimentos promotores, melhoradores da produção animal, medicamentos, vacinas, anti-sépticos, desinfetantes de uso ambiental ou equipamentos, pesticidas e todos os produtos que, utilizados nos animais ou no seu **habitat**, protejam, restaurem ou modifiquem suas funções orgânicas e fisiológicas, bem como os produtos destinados ao embelezamento dos animais;

II – Medicamento de Referência de Uso Veterinário – produto inovador registrado no órgão federal competente e comercializado no País, cujas eficácias, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente nesse órgão, por ocasião do registro;

III – Medicamento Similar de Uso Veterinário – aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos e apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do Produto de Referência de Uso Veterinário registrado no órgão federal competente, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca;

IV – Medicamento Genérico de Uso Veterinário – produto similar a um Produto de Referência de Uso Veterinário que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzi-

do após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua ausência, pela Denominação Comum Internacional – DCI;

V – Denominação Comum Brasileira – DCB -denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo aprovada pelo órgão federal competente;

VI – Denominação Comum Internacional -DCI – denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo recomendada pela Organização Mundial de Saúde;

VII – Bioequivalência – consiste na demonstração de equivalência farmacêutica entre produtos apresentados sob a mesma forma farmacêutica, contendo idêntica composição qualitativa e quantitativa de princípios ativos, e que tenham comparável biodisponibilidade quando estudados sob um mesmo desenho experimental;

VIII – Biodisponibilidade – indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo em uma forma de dosagem, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou sua excreção na urina.” (NR)

“Art. 3º

§ 5º Os medicamentos de uso veterinário que ostentam nome comercial ou marca ostentarão, também, obrigatoriamente, com o mesmo destaque e de forma legível, nas embalagens, rótulos, bulas, impressos, etiquetas, prospectos e materiais promocionais, a Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI, em letras e caracteres cujo tamanho não será inferior a 1/2 (um meio) do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca.”(NR)

“Art. 6º As infrações a este Decreto-Lei e respectivo Regulamento ficam sujeitas a penas de advertência ou multa, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. O valor da multa será estabelecido de forma proporcional à gravidade da infração e poderá variar entre R\$80,00 (oitenta reais) e R\$1.600.000,00 (um milhão e

seiscentos mil reais), sendo dobrado em caso de reincidência.” (NR)

“Art. 10. Norma regulamentadora disporá, entre outros, sobre os seguintes temas:

I – critérios e condições para o registro e o controle de qualidade dos medicamentos genéricos de uso veterinário;

II – critérios para a aferição da equivalência terapêutica, mediante provas de bioequivalência de medicamentos genéricos de uso veterinário, para a caracterização de sua intercambialidade;

III – critérios para as provas de biodisponibilidade de medicamentos genéricos de uso veterinário;

IV – critérios para a dispensação de medicamentos genéricos nos serviços de medicina veterinária governamentais e privados, respeitada a decisão expressa de não-intercambialidade do profissional prescritor. (NR)

“Art. 11. Em toda referência a medicamentos de uso veterinário adotar-se-á a Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI.

§ 1º O órgão federal responsável pela defesa sanitária animal editará, periodicamente, a relação dos medicamentos registrados no País, segundo a DCB ou, na sua falta, a DCI, seguindo-se os nomes comerciais e as correspondentes empresas fabricantes.

§ 2º Na aquisição de medicamentos de uso veterinário, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço.” (NR)

“Art. 11-A. O Poder Executivo promoverá:

I – mecanismos que assegurem ampla comunicação, informação e educação sobre os medicamentos genéricos de uso veterinário;

II – programas de apoio ao desenvolvimento técnico-científico aplicado à melhoria da qualidade dos medicamentos de uso veterinário;

III – a cooperação de instituições nacionais e internacionais relacionadas com a aferição da qualidade de medicamentos de uso veterinário.”

“Art. 11-B. Os laboratórios que produzem e comercializam medicamentos de uso veterinário, com ou sem marca ou nome comercial, terão prazo de 6 (seis) meses para proceder às

alterações e adaptações necessárias ao cumprimento do que dispõe este Decreto-Lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.468, DE 2004

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto-Lei, adotam-se os seguintes conceitos:

I – Produto de Uso Veterinário – toda substância química, biológica, biotecnológica ou preparação manufaturada, cuja administração seja aplicada de forma individual ou coletiva, direta ou misturada com os alimentos, destinada à prevenção, ao diagnóstico, a cura ou ao tratamento das doenças dos animais, incluindo os aditivos, suprimentos promotores. Melhoradores da produção animal, medicamentos, vacinas, anti-sépticos, desinfetantes ou uso ambiental ou equipamentos, pesticidas e todos os produtos que, utilizados nos animais ou no seu **habitat**, protejam, restaurem ou modifiquem suas funções orgânicas e fisiológicas, bem assim os produtos destinados ao embelezamento dos animais;

II – Medicamento de Referência de Uso Veterinário – produto inovador registrado no órgão federal competente e comercializado no País, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto a esse órgão, por ocasião do registro;

III – Medicamento Similar de Uso Veterinário – aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do Produto de Referência de Uso Veterinário registrado no órgão federal competente, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca;

IV – Medicamento Genérico de Uso Veterinário – produto similar a um Produto de Referência de Uso Veterinário, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela DOS ou, na sua ausência, pela DCI;

V – Denominação Comum Brasileira (DCB) – denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo aprovada pelo órgão federal competente;

VI – Denominação Comum internacional (DCI) – denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo recomendada pela Organização Mundial de Saúde;

VII – Bioequivalência – consiste na demonstração de equivalência farmacêutica entre produtos apresentados sob a mesma forma farmacêutica, contendo idêntica composição qualitativa e quantitativa de princípio(s) ativo(s), e que tenham comparável biodisponibilidade, quando estudados sob um mesmo desenho experimental.

VIII – Biodisponibilidade – indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo em uma forma de dosagem, a partir de sua curva concentração/tempo da circulação sistêmica ou sua excreção na urina.” (NR)

“Art. 3º

§ 5º Os medicamentos de uso veterinário que ostentam nome comercial ou marca ostentarão também, obrigatoriamente, com o mesmo destaque e de forma legível, nas embalagens, nos rótulos, nas bulas, nos impressos, nas etiquetas, nos prospectos e nos materiais promocionais, a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), em letras e caracteres cujo tamanho não será inferior a um meio do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca.”(NR)

“Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectivo regulamento ficam sujeitas a penas de advertência ou multa, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. O valor da multa a que se refere o **caput** poderá variar entre 50 (cinquenta) e 1.000.000 (um milhão) de Unidades

Fiscais de Referência – UFIR e será dobrado, em caso de reincidência.” (NR)

Art. 2º O órgão federal responsável pela defesa sanitária animal regulamentará, em até noventa dias:

I – os critérios e condições para o registro e o controle de qualidade dos medicamentos genéricos de uso veterinário;

II – os critérios para a aferição da equivalência terapêutica, mediante as provas de bioequivalência de medicamentos genéricos de uso veterinário, para a caracterização de sua intercambialidade;

III – os critérios para as provas de biodisponibilidade de medicamentos genéricos de uso veterinário;

IV – os critérios para a dispensação de medicamentos genéricos nos serviços de medicina veterinária governamentais e privados, respeitada a decisão expressa de não-intercambialidade do profissional prescritor.

Art. 3º As aquisições de medicamentos de uso veterinário, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições veterinárias de medicamentos, pelos órgãos de extensão rural e no âmbito do serviço público da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI).

§ 1º O órgão federal responsável pela defesa sanitária animal editará, periodicamente, a relação dos medicamentos registrados no País, segundo a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), seguindo-se os nomes comerciais, e as correspondentes empresas fabricantes.

§ 2º Nas aquisições de medicamentos de uso veterinário a que se refere o **caput** deste artigo, o medicamento genérico, quando houver terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço.

Art. 4º É o Poder Executivo Federal autorizar a adotar medidas especiais ou emergências relacionadas com o registro, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de medicamentos genéricos de uso veterinário, de que trata esta Lei, com vistas a estimular sua adoção e uso no País.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento promoverá mecanismos que assegurem ampla comunicação, informação educação sobre os medicamentos genéricos de uso veterinário.

Art. 5º O Ministério da Agricultura e do Abastecimento promoverá programas de apoio ao desenvolvimento técnico-científico aplicado à melhoria da qualidade dos medicamentos de uso veterinário.

Parágrafo único. Buscar-se-á a cooperação de instituições nacionais e internacionais relacionadas com a aferição da qualidade de medicamentos de uso veterinário.

Art. 6º Os laboratórios que produzem e comercializam medicamentos de uso veterinário, com ou sem marca ou nome comercial, terão prazo de seis meses para procederem às alterações e adaptações necessárias a cumprimento do que dispõe esta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.787, de 10, de fevereiro de 1999, estabeleceu conceito de medicamentos genéricos de uso humano. Seus efeitos já começam a trazer significativos benefícios para a sociedade brasileira, que passa a ter acesso a medicamentos de excelente qualidade, a menor custo.

Entretanto, há um outro campo em que os genéricos, se existentes, também trariam grandes benefícios: os medicamentos que se ministram aos animais que se criam (tanto comercialmente, como na bovino-cultura, suinocultura, avicultura, etc., quanto aqueles que a população urbana mantém em sua residência: cães, gatos, etc.).

Esses produtos têm preços elevados no mercado onerando o custo de produção da atividade pecuária e prejudicando o cuidado de animais domésticos.

O Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, define forma bastante ampla os produtos de uso veterinário, que compreendem os medicamentos propriamente ditos, até os produtos “que possam contribuir para manutenção da higiene animal”. A matéria encontra-se regulamentada no Decreto nº 1.662, de 6 de outubro de 1995 e na Portaria nº 301, de 19 de abril de 1996, Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

No presente Projeto de Lei, procuramos estender o conceito de genéricos aos medicamentos de uso veterinário. Assim, propomos alterar-se o DL nº 467, de 1969, aprimorando a definição de “Produto de Uso Veterinário” e introduzindo o conceito de “Medicamento Genérico de Uso Veterinário”. Outras alterações necessárias são também propostas, inclusive para atualizar-se o valor das multas aplicáveis aos infratores (art. 6º do DL). As demais disposições

da norma legal proposta visam estabelecer as providências a cargo do Poder Público e as condições gerais necessárias para a plena implementação do Medicamento Genérico de Uso Veterinário no mercado nacional.

Acreditamos que, através destes procedimentos, abancar-se-á o relevante objetivo de aumentar-se a concorrência entre fornecedores de medicamentos de uso veterinário, seguindo-se a redução de seus preços e, conseqüentemente, do custo de produção de nossa pecuária. Os benefícios não serão restritos ao setor rural – ainda que seja este o primeiro a percebê-los – mas iniciando-se na indústria farmacêutica, certamente se estenderão a toda a cadeia produtiva, chegando até o consumidor final de produtos de origem animal. Também se beneficiarão os milhões de brasileiros que têm em casa animais domésticos.

Diante do exposto, esperamos contar com o decisivo apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2004. – Deputado **Fernando Coruja**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 467,
DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências.

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Entende-se por produtos de uso veterinário, para efeito do presente Decreto-Lei, todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinados a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

Art. 3º Todos os produtos de uso veterinário, elaborados no País ou importados, e bem assim os estabelecimentos que os fabriquem ou fracionem, e ainda aqueles que comerciem ou armazenem produtos de natureza biológica e outros que necessitem de cuidados

especiais, ficam obrigados ao registro no Ministério da Agricultura, para efeito de licenciamento.

§ 1º A licença que habilitará ao funcionamento do estabelecimento será renovada anualmente.

§ 2º A licença que habilitará a comercialização dos produtos de uso veterinário, elaborados no País, será válida por 10 (dez) anos.

§ 3º A licença para comercialização de produtos de uso veterinário, importados parcial ou totalmente, terá validade máxima de 3 (três) anos, podendo ser renovada para os casos da exceção prevista no art. 5º deste Decreto-Lei.

§ 4º Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do pedido de registro ou da renovação da licença do produto no Órgão Central competente, quando este não houver se manifestado, será imediatamente emitida licença provisória válida por 1 (um) ano, salvo os casos especiais definidos na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 4º Os produtos definidos no art. 1º parágrafo único, parcial ou totalmente importados, deverão ser integralmente elaborados no País, dentro do prazo de 3 (três) anos, exceto quando devidamente comprovada a impossibilidade de sua fabricação no território nacional, através da Entidade de Classe da Indústria Veterinária.

Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectiva regulamentação ficam sujeitas a penas de advertência ou multas correspondentes ao valor de 1 (um) a 3 (três) vezes o maior salário mínimo vigente no País, cobrados sucessivamente nas reincidências até 3 (três) vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Das multas e demais penalidades, aplicadas pelo órgão incumbido da execução deste Decreto-Lei, caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias e recurso dentro de igual período, subsequente, ao Senhor Ministro da Agricultura, ressalvado o recurso ao Poder Judiciário, se cabível.

Art. 10. Fica criada, no Ministério da Agricultura, subordinada ao Serviço de Defesa Sanitária Animal do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, a Comissão de Biofarmácia Veterinária, que terá a sua organização e atribuições definidas na regulamentação do presente Decreto-Lei.

Art. 11. Compete ao Ministério da Agricultura, através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, a execução do presente Decreto-Lei, bem como da respectiva regulamentação.

Art. 12. O presente Decreto-Lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, será regulamentado pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, ficando revogadas as disposições em contrário.

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Agricultura e Reforma Agrária.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os Projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 292, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2004, do Senhor Ministro de Estado da Defesa, informando que, tendo em vista o agravamento da situação na República do Haiti, determinou o envio de um avião da Força Aérea Brasileira àquele País, bem como de um destacamento de fuzileiros navais, a fim de promover a retirada de brasileiros e dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

A Presidência do Senado Federal recebeu no dia 27 de fevereiro de 2004 o Ofício nº S/5, de 2004, do então Ministro de Estado da Defesa, José Viegas Filho, no qual informa ter recebido solicitação do Ministério das Relações Exteriores, com anuência do Senhor Presidente da República, de envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais ao Haiti com o objetivo de propiciar a evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como de outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil, e de dar segurança às instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana, em razão do agravamento do conflito.

II – Análise

A moção do Senhor Ministro de Estado da Defesa é submetida ao Congresso Nacional com base na Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, que “fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior”. O art. 1º determina que, em não havendo declaração de guerra e em razão de cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de acordos internacionais, a remessa de Força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional dependerá de autorização do Congresso Nacional.

A moção é de irretorquível oportunidade e conveniência. Ancora-se nos princípios constitucionais que regem as relações do Brasil com outros países, bem é como nos princípios ancilares de Direito Internacional, dentre eles, o da não intervenção, o da proteção à pessoa humana e insuspeito princípio da solidariedade internacional, consagrado na histórica Resolução da Assembléia-Geral das Nações Unidas intitulada Declaração de Princípios de Direito Internacional Concernentes às Relações Amistosas e à Co-operação entre Estados.

III – Voto

Por tudo quanto exposto, somos favoráveis à aprovação da moção do Senhor Ministro de Estado da Defesa.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Mão Santa** – **Pedro Simon** – **Marco Maciel** – **Roberto Saturnino** – **Flexa Ribeiro** – **Weellington Salgado de Oliveira** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy**.

ADENDO AO PARECER Nº 292, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Corroborando decisão da Comissão de Relações Exteriores do dia 1º de setembro de 2005 sobre o Ofício S/5, de 2004, referente ao envio de avião da Força Aérea Brasileira ao Haiti, por solicitação do Senhor Ministro de Estado da Defesa, apresenta-se o projeto de decreto legislativo que segue, com vistas a conferir a forma adequada à autorização, com base no art. 1º da Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2006**

Autoriza o envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais à República do Haiti, com o objetivo de promover a evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como de outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil, e de dar segurança às instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida autorização para o envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais à República do Haiti, com o objetivo de promover a evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como de outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil, e de dar segurança às instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de março de 2006. **Pedro Simon**, Presidente em exercício – **Eduardo Azere-do**, Relator – **José Jorge** – **Mão Santa** – **Marco Maciel** – **César Borges** – **Arthur Virgílio** – **Álvaro Dias** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Heráclito Fortes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 2.953, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior.

O Presidente da República, faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos constitucionais de repulsa à invasão

ou à agressão estrangeira. (Constituição Federal Art. 7º, nº II e Art. 87, número VIII, **in fine**).

Art. 2º Não necessita da autorização prevista no artigo anterior o movimento de forças terrestres, navais e aéreas processado dentro da zona de segurança aérea e marítima, definida pelos órgãos militares competentes, como necessária à proteção e à defesa do litoral brasileiro.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE – Nereu Ramos – Antônio Alves Câmara – Henrique Lott – José Gados de Macedo Soares – José Maria Alkmim – Lúcia Meira – Mário Meneghetti – Clovis Salgado – Parsifal Barroso – Henrique Fleiuss – Maurício de Medeiros.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 20 de novembro de 1956.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

PARECER Nº DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacionais, sobre o Ofício S/5, de 2004, do Senhor Ministro de Estado da Defesa, solicitando autorização para o envio de avião da Força Aérea Brasileira ao Haiti, para a retirada de brasileiros e de outros cidadãos nacionais de países vizinhos ao Brasil e para dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil em Porto-Príncipe.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

A Presidência do Senado recebeu, no dia 27 de fevereiro de 2004, o Ofício nº S/5, de 2004, do Senhor Ministro de Estado da Defesa, José Viegas Filho, no qual informa ter recebido solicitação do Ministério das Relações Exteriores, com a anuência do Senhor Presidente da República, de envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais ao Haiti com o objetivo de propiciar a evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como de outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil, e de dar segurança às instalações diplomáticas brasileiras

na capital haitiana. O Senhor Ministro de Estado da Defesa justifica a medida em virtude do agravamento do conflito civil no Haiti, ocorrido entre os dias 25 e 27 de fevereiro do corrente.

II – Análise

A sujeição da proposta Ministerial ao Parlamento tem fulcro na Lei nº 2.953, de 1956, recepcionada pelo ordenamento jurídico atual, a qual, em seu artigo 1º determina **in verbis**:

“Art. 1º A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional.”

O envio de avião da FAB e de destacamento de fuzileiros navais ao Haiti com o propósito de retirar brasileiros e nacionais de países vizinhos ao Brasil do Haiti e de dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil na capital haitiana não fere os princípios constitucionais regentes das relações exteriores brasileiras evocáveis, quais sejam, o respeito à independência nacional, à autodeterminação dos povos e à não-intervenção, em virtude da natureza estritamente humanitária da medida, não beligerante, portanto. Cabe lembrar que a medida não é excepcional: ainda no ano de 2003 foi enviado à Bolívia avião da FAB para a retirada de brasileiros ilhados pelo conflito civil gerado pela crise do gás natural.

III – Voto

Votamos pela aprovação do pedido, na forma do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2004

Autoriza o envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais ao Haiti com o objetivo de promover a evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como de outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil, e de dar segurança às

instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E concedida autorização para o envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais ao Haiti, com o objetivo de promover a evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como de outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil, e de dar segurança às instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – Senador **Flávio Arns**, Relator.

PARECER Nº 293, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Indicação nº 2, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a adoção das necessárias providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de que seja estudada a possibilidade de articular com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério de Relações Exteriores; a inclusão, ainda neste ano de 2004, na programação de visitas de autoridades ao nosso País, a do Presidente da Cosia do Marfim, Senhor Laurent Gbagbo.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

Relator **ad hoc**: Senador **Arthur Virgílio**

I – Relatório

Vem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a adoção das necessárias providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de que seja estudada a possibilidade de articulação com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério de Relações Exteriores, a inclusão, ainda neste ano de 2004, na programação de visitas de autoridades ao nosso País, a do Presidente da Costa do Marfim. Senhor Laurent.

II – Análise

Embora a condução da política externa seja de competência do Poder Executivo, mediante mecanismos

de controle do Poder Legislativo, conforme prevista no ordenamento constitucional brasileiro, a indicação em apreço, nos termos aqui propostos, e concebida como ferramenta de exortação interna desta Casa Congregacional, pode ser admitida.

De natureza exortatória, com efeito, a Indicação materializa um querer específico, observados os requisitos de oportunidade e conveniência, constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa apropriada.

No que concerne à Indicação nº 2, de 2004, sob exame, trata-se, a toda evidência, de manifesta colaboração do Poder Legislativo com os proponentes da agenda de visitas de chefes de Estado a serem recebidos no Brasil, lembrando a importância de se incluir nela o Presidente da República da Costa do Marfim.

Como alude a Justificação que acompanha a Indicação em apreço, a Costa do Marfim vive momentos de grande dificuldade, no vórtice de insurreição civil de grandes proporções, o que coloca aquela Nação e sua população em grande perigo. Aduz ainda que o Brasil mantém ingênuas relações bilaterais e mesmo bom comércio com aquele país, sendo imperiosa nossa solidariedade e colaboração para que a estabilidade política e a governabilidade sejam restabelecidas.

Também se inclui na motivação que acompanha a proposta a informação de estarem se efetuando gestões diplomáticas para que nossa colaboração adquira contornos mais concretos, além da simples troca de papéis, com a participação da Embaixada da Costa do Marfim em Brasília, por intermédio de sua Embaixadora, Senhora Colette Gallié Lambin.

Por motivos ligados à tramitação da Indicação, fica prejudicada a proposta de se proceder a referida visita presidencial ainda no ano de 2004, conforme consta da proposta original, o que não compromete a conveniência e remanescente oportunidade de se proceder conforme ao mérito constante no pedido. Por essa razão, no sentido de atualizar cronologicamente a proposta legislativa, formula-se Emenda retirando a expressão “ainda neste ano de 2004”.

III – Voto

Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuna a Indicação nº 2, de 2004, sob exame, constitucional e regimental, e versada em boa técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação, com a seguinte Emenda:

EMENDA Nº 1 – CRE

Nos termos do art. 224 do Regimento Interno, a adoção das necessárias providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de que seja estudada a possibilidade de articulação com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério de Relações Exteriores, a inclusão na programação de visitas de autoridades ao nosso País, a do Exmo. Presidente da República da Costa do Marfim, Senhor Laurent Gbagbo.

Eduardo Azeredo, Presidente em Exercício – **Wellington Salgado de Oliveira – César Borges – Romeu Tuma – Arthur Virgílio**, Relator *ad hoc* – **Mão Santa – Alvaro Dias – José Jorge – Eduardo Suplicy – Marco Maciel – Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 294, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005 (nº 5.239/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único, renumerado como § 1º, e acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

Relator *ad hoc*: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2005 (nº 5.239, de 2001, na origem), de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, altera a redação do parágrafo único do art. 25, da Lei nº 8.313, de 1991, renumerando-o como § 1º, e acrescenta § 2º ao mesmo art. 25.

A alteração proposta ao § 1º promove o ajuste de redação requerido pela inclusão do novo § 2º ao art. 25. Neste, se estipula a obrigatoriedade de apresentação, em pequenas e médias cidades, dos espetáculos de artes cênicas beneficiados com os incentivos fiscais facultados pela Lei Rouanet, como forma de promover a difusão cultural.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na primeira, o projeto foi aprovado, nos termos do substitutivo oferecido pela Relatora, Deputada Marisa Serrano, também aprovado, poste-

riormente, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, o projeto de lei não recebeu emendas.

II – Análise

O inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que, à Comissão de Educação, compete opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais da educação, da cultura, do ensino e dos desportos. Nesse sentido, é pertinente e oportuno o exame do PLC nº 37, de 2005.

A proposição em análise cria uma espécie de contrapartida para os projetos de arte cênica contemplados com o benefício fiscal facultado pela Lei Rouanet.

Reza o art. 215 da Constituição Federal que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

O apoio às manifestações culturais, referido no dispositivo constitucional, é implementado por intermédio de recursos oriundos da Lei Orçamentária, do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e do patrocínio de pessoas físicas jurídicas, beneficiadas pelos incentivos fiscais facultados pela Lei nº 8.313, de 1991.

Apesar da aparente prodigalidade orçamentária, a realidade se apresenta de maneira totalmente diversa. É notória a escassez de recursos destinados ao teatro. A dificuldade é de tal ordem que, ultimamente, tem motivado os profissionais do setor a tornar pública a sua insatisfação com as condições adversas por que passa o segmento.

Importa destacar que, sensível a essas questões, o Senado Federal promoveu a inclusão das artes cênicas entre os itens de que trata a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Além disso, a própria Comissão de Educação apresentou uma emenda de R\$100 milhões ao Projeto de Lei do Orçamento de 2006 em favor do teatro brasileiro.

Em outra iniciativa voltada para o mesmo propósito, a Subcomissão promoveu Audiência Pública, em 30 de novembro de 2005, para a qual foram convidados representantes do governo e da classe teatral. O intuito foi discutir o contingenciamento dos recursos para as artes cênicas e a inclusão das empresas produtoras de teatro no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

Nessa ocasião, ficou mais uma vez evidenciada, por intermédio dos expositores, a crise enfrentada pelo setor, atribuída, por um dos convidados, ao descaso de Municípios, Estados e União para com as artes cênicas. A verdade é que, nos últimos anos, apesar de o governo acenar para um virtual aumento das dotações públicas, os projetos teatrais têm sido majoritariamente apoiados pelas empresas privadas, com vistas à obtenção do benefício fiscal facultado pela Lei nº 8.313, de 1991, a Lei Rouanet.

Nesse contexto, as produções cênicas dos últimos anos não refletem exatamente as diferentes vertentes da cultura brasileira, mas a opção dos departamentos de **marketing** dos patrocinadores. Isso significa que a criação de uma política pública para a área acaba ficando à mercê do próprio mercado. Exatamente por isso, o setor promove uma enfática mobilização em favor de leis e orçamentos próprios.

Enquanto tal pretensão não se materializa, não parece justo criar entraves ainda maiores para os realizadores, obrigando os espetáculos beneficiados com os incentivos fiscais a serem exibidos nas pequenas e médias cidades brasileiras, como dispõe o projeto de lei em análise.

Ao se considerar a difusão das artes cênicas pelas cidades do interior do País, tão carentes de acesso a essa modalidade de expressão artística, o mérito da proposição parece inquestionável. No entanto, a obrigatoriedade prevista no projeto de lei criará, certamente, mais um obstáculo de difícil superação para a já sacrificada área das artes cênicas. Não haverá recursos para o cumprimento da exigência proposta, sejam oriundos do orçamento da União, sejam provenientes do patrocínio de empresas. Sem o necessário subsídio, as companhias teatrais, às voltas com seus orçamentos deficitários, sequer poderiam pensar em arcar com esse ônus. Não é difícil vaticinar que, ao cumprir o que exige o projeto de lei, as referidas companhias estariam fadadas à falência e à extinção.

Nesse sentido, pelas razões expostas; entendo que a proposição em análise, apesar da sua benéfica intenção inicial, não contribui para a desejável consolidação das artes cênicas brasileiras.

III – Voto

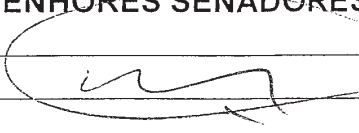
Pelo exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005 (nº 5.239, de 2001, na origem).

Sala da Comissão, 28 de março de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 37/05 NA REUNIÃO DE 28 103 106
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

| | |
|-----------------------|------------------------|
| DEMÓSTENES TORRES | 1- ROSEANA SARNEY |
| RELATOR: | |
| JORGE BORNHAUSEN | 2- JONAS PINHEIRO |
| JOSÉ JORGE | 3- CÉSAR BORGES |
| MARIA DO CARMO ALVES | 4- CRISTOVAM BUARQUE |
| EDISON LOBÃO | 5- MARCO MACIEL |
| MARCELO CRIVELLA | 6- ROMEU TUMA |
| TEOTÔNIO VILELA FILHO | 7- EDUARDO AZEREDO |
| JUVÊNCIO DA FONSECA | 8- SÉRGIO GUERRA |
| LEONEL PAVAN | 9- LÚCIA VÂNIA |
| (VAGO) | 10- JOÃO BATISTA MOTTA |

PMDB

| | |
|--------------------------------|--------------------------|
| WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA | 1- AMIR LANDO |
| MAGUITO VILELA | 2- GARIBALDI ALVES FILHO |
| VALDIR RAUPP | 3- GILVAM BORGES |
| GERSON CAMATA | 4- GERALDO MESQUITA |
| SÉRGIO CABRAL | 5- MÃO SANTA |
| JOSÉ MARANHÃO | 6- LUIZ OTÁVIO |
| NEY SUASSUNA | 7- ROMERO JUCÁ |
| GILBERTO MESTRINHO | 8- (VAGO) |

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

| | |
|----------------------|-----------------------------|
| AELTON FREITAS | 1- (VAGO) |
| PAULO PAIM | 2- ALOÍZIO MERCADANTE |
| FÁTIMA CLEIDE | 3- FERNANDO BEZERRA |
| FLÁVIO ARNS | 4- DELCÍDIO AMARAL |
| IDELI SALVATTI | 5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES |
| ROBERTO SATURNINO | 6- MAGNO MALTA |
| MOZARILDO CAVALCANTI | 7- PATRÍCIA SABOYA GOMES |
| SÉRGIO ZAMBIASI | 8- JOÃO RIBEIRO |

PDT

| | |
|-----------------|-----------|
| AUGUSTO BOTELHO | 1- (VAGO) |
|-----------------|-----------|

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do Poder Público que conduzem a: (Incluídos pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II – produção, promoção e difusão de bens culturais;

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV – democratização do acesso aos bens de cultura;

V – valorização da diversidade étnica e regional.

.....
DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2005 (nº 5.239, de 2001, na origem), de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, altera a redação do parágrafo único do art. 25, da Lei nº 8.313, de 1991, a chamada Lei Rouanet, renumera-o como § 1º e acrescenta § 2º ao mesmo art. 25.

A alteração proposta ao § 1º limita-se ao aprimoramento de sua redação. Já o novo § 2º do art. 25 estipula a obrigatoriedade de apresentação, em pequenas e médias cidades, dos espetáculos de artes cênicas beneficiados com os incentivos fiscais facul-

tados pela Lei Rouanet, como forma de promover a difusão cultural.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na primeira foi aprovada, nos termos do substitutivo oferecido pela Relatora, Deputada Marisa Serrano, e posteriormente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa Legislativa.

Em exame na Comissão de Educação do Senado Federal, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

O inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que, à Comissão de Educação, compete opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais da educação, da cultura, do ensino e dos desportos. Nesse sentido, é pertinente e oportuno o exame da Comissão de Educação sobre o PLC nº 37, de 2005.

A proposição cria uma justa contrapartida para os projetos de arte cênica contemplados com o benefício fiscal facultado pela Lei Rouanet. A iniciativa contribui, de forma determinante, para fomentar a difusão desse tipo de arte em cidades de médio e pequeno porte, por todo o Brasil.

Reza o art. 215 da Constituição Federal que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

No Brasil, um país de dimensões continentais, marcado pela desigualdade social, em grande parte dos municípios não se tem a possibilidade de acesso a determinados eventos culturais, como certas manifestações de arte cênica.

É precisamente esse o objetivo precípua da presente proposição, uma vez que a obrigatoriedade de levar até o interior do Brasil os espetáculos de arte cênica estimulados por recursos públicos, além de promover a difusão dessas manifestações artísticas, certamente propiciará às populações das médias e pequenas cidades a oportunidade de acesso a uma das importantes fontes da cultura nacional.

Apesar de todas as vicissitudes históricas, avanços e recuos motivados pela dinâmica da cena política, a Lei nº 8.313, de 1991, tem permitido a muitos produtores e atores a consecução de seus projetos, por meio de benefício fiscal facultado ao patrocínio dos espetáculos.

Por outro lado, a ausência de contrapartida dos beneficiários contribui para vulnerar o sentido maior da

concessão desse benefício: a valorização e a difusão da cultura brasileira. Tal lacuna é questão recorrente e, inclusive, faz parte das atuais cogitações que dizem respeito à anunciada reformulação da Lei Rouanet.

Assim, ao criar a obrigação de levar os espetáculos cênicos para o chamado interior do País, incorporando-o ao tradicional circuito de exibição das grandes cidades, o projeto cria uma forma justa e meritória de incremento cultural, gerando a oportunidade de convivência dessas populações com uma das mais relevantes expressões culturais.

A partir das razões expostas, entendo que a oportunidade e a pertinência do projeto estão amplamente justificadas.

III – Voto

Nesse sentido, examinado o mérito, e não identificando óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, voto pela aprovação do Projeto da Câmara nº 37, de 2005 (nº 5.239, de 2001, na roigem).

Sala da Comissão, – **Desmóstenes Torres**, Relator.

PARECER Nº 295, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Requerimento nº 5, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Drª Verônica Michelle Bachelet Jeria, pela vitória nas eleições Presidenciais do Chile, tornando—se a primeira mulher a assumir o comando do Executivo Chileno.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

Relator *ad hoc* Senador: **Flexa Ribeiro**

I - Relatório

Chega ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o Requerimento nº 5, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer; nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal inserção, em ata, de voto de aplauso à autora Verônica Michelle Bachelet Jeria, Presidente eleita do Chile

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II - Análise

No caso de acontecimento internacional relevante, conforme o disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, poderá ser oferecido voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante.

A eleição da Doutora Verônica Michelle Bachelet Jeria para a presidência do Chile, sem dúvida, trata-se de acontecimento internacional relevante, que merece o aplauso de todos aqueles que defendem a democracia e a maior participação das mulheres na vida política dos seus países.

Seu pai, colaborador do governo de Salvador Allende, foi morto pela ditadura do General Pinochet, e ela e sua mãe passaram pelo tormento da prisão e do exílio. Voltou ao Chile em 1979, onde retornou seus estudos de medicina e voltou a participar da vida política, trabalhando pelo retorno dos exilados e colaborando com as organizações não-governamentais que prestavam assistência a filhos de torturados e desaparecidos.

Com o retorno da democracia, em 1990, foi para o Ministério da Saúde, onde ocupou vários cargos. Em 1997, cursou o Colégio Interamericano de Defesa, em Washington. Ingressou a seguir no Ministério da Defesa e, em janeiro de 2002, foi nomeada Ministra da Defesa. Durante sua gestão nessa Pasta, começou a ganhar popularidade nas pesquisas de opinião, que passaram a indicá-la como uma forte candidata à presidência.

O suporte político-partidário também foi fundamental para sua vitória. Bachelet conseguiu amplo apoio no seu **Partido Socialista de Chile** (PSC), o que permitiu que suas idéias e seu entusiasmo contaminassem o povo chileno, que via, caminhando ao lado de sua então candidata, um partido unido, fortalecido pela unicidade de objetivos, convicto da necessidade de um trabalho coordenado, para que a vitória fosse possível.

Sua eleição representa, portanto, o fortalecimento dos partidos políticos e demonstra que o trabalho conjunto conduz às mudanças sociais positivas de que tanto o povo necessita.

O Senado Federal deve aplaudir e se congratular com a presidente eleita do Chile, que simboliza o início de uma nova era para as mulheres na política da América do Sul.

III - Voto

Do exposto, reconhecemos o mérito da homenagem e votamos pela aprovação do Requerimento nº 5, de 2006.

Sala da Comissão, 30 de março de 2006. – **Eduardo Azeredo**, Presidente - **Flexa Ribeiro**, Relator *ad hoc* - **Romeu Tuma** - **José Agripino** - **Wellington Salgado de Oliveira** - **Heráclito Fortes** - **Eduardo Suplicy** - **Aelton Freitas** - **Jefferson Péres** - **José Jorge** - **Gerson Camata** - **Pedro Simon** - **Arthur Virgílio** - **Marco Maciel** - **Mão Santa**.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 292, de 2006**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Ofício nº S/5, de 2004**, concluindo pela apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2006**, que *autoriza o envio de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de destacamento de fuzileiros navais à República do Haiti, com o objetivo de promover a evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como de outros cidadãos de países vizinhos ao Brasil, e de dar segurança às instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 294, de 2006**, da Comissão de Educação, concluindo contrariamente ao **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2005** (nº 5.239/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao parágrafo único, renumerado como § 1º, e acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac e dá outras providências*.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Com referência ao **Parecer nº 295, de 2006**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Requerimento nº 5, de 2006**, a Presidência informa que a matéria figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que a sessão solene do Congresso Nacional destinada a receber a Presidente da República do Chile, Srª Michelle Bachelet, marcada para às 15 horas e 30 minutos do dia 11 de abril do corrente, no Plenário do Senado Federal, fica transferida para às 16 horas e 30 minutos do mesmo dia e local.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

- Aviso nº 7, de 2006-CN (nº 418/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 406, de 2006-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação Baixa Acaraú – 2ª Etapa, no Estado do Ceará (TC nº 004.770/2004-4).
- Aviso nº 8, de 2006-CN (nº 441/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 404, de 2006-TCU (Plenário), referente à auditoria nas obras de Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Ceará – Construção de Ponte sobre o Rio Cocó/Acesso de ligação a CE-040 (Fortaleza) – Programa de Trabalho 26.782.0235.10DK.0002 (TC nº 007.617/2004-5).

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os expedientes retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Nº 40/2006, de 28 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.376, de 2005, do Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Nº 610/2006, de 28 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 42, de 2006, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O Requerimento nº 42, de 2006, está à disposição do Requerente, na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com mais cinco minutos de prorrogação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gilvam Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna para falar sobre a situação crítica em que vivem, nos Estados Unidos, nossos brasileiros e também irmãos de outros países, de outras nações. Eles vivem sob pressão constante naquele País norte-americano.

Em 16 de dezembro de 2005, a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América aprovou um projeto de lei controverso sobre o controle migratório. Os críticos o consideram extremamente duro contra todos os estrangeiros que não estão devidamente legalizados naquele país.

A matéria recebeu 239 votos favoráveis contra 182. Além de fomentar a discórdia social, a decisão prevê, inclusive, a construção de um muro de mais de mil quilômetros de extensão na fronteira com o México. É inaceitável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, nesta época, em pleno terceiro milênio, um país fale em construção de um muro, na extensão desse que os Estados Unidos estão prometendo construir.

É importante destacar que a medida criminaliza mais de 11 milhões de migrantes ilegais, os chamados “indocumentados”, que vivem em território americano. Apesar dos seguidos protestos, liderados em diversas partes do país pela Igreja Católica, pela Câmara de Comércio Americana, por entidades defensoras dos direitos civis, estudantes, intelectuais de renome e organizações defensoras dos direitos dos estrangeiros, o Presidente George W. Bush expressou seu apoio ao projeto. Vale dizer que diversos deputados ligados ao próprio Partido Republicano, do Presidente Bush, ficaram em dúvida no momento da votação e se recusaram a acompanhar os seus pares. Para esses, em desacordo com os colegas ultraconservadores e com os grupos antiimigrantes, o mais sensato teria sido a aprovação de uma proposta mais branda.

Indignados com o posicionamento da Câmara, os movimentos sociais prometem continuar com as manifestações públicas e com as pressões sobre os senadores, que já estão discutindo a questão.

É bom lembrar que, no ano passado, estivemos nos Estados Unidos – eu, como Vice-Presidente da CPI da imigração ilegal –, e, lá, fizemos vários contatos com prefeitos e autoridades, entre eles, o Senador Ted Kennedy, do Partido Democrata, que nos prometeu apoio no Senado americano em favor de uma lei mais branda para os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.

No próximo dia 8 de abril, em Los Angeles, grupos influentes que representam a comunidade hispânica da Califórnia deverão se reunir em uma grande assembléia das organizações e coalizões que representam todos os imigrantes nos Estados Unidos. O objetivo do encontro é discutir a convocação de uma grande manifestação nacional, o “Dia sem Latinos” – mesmo que seja por um dia, todos os latinos não devem ir ao trabalho, devem parar de trabalhar –, que deverá ocorrer em 1º de maio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto aprovado pelos deputados considera delito grave permanecer nos Estados Unidos de forma ilegal. Pela legislação atual, tal situação é qualificada apenas como uma violação civil, com conseqüências menos severas.

No caso da fronteira com o México, como já fiz referência, está prevista a construção de um grande muro, com duas paredes elevadas, divididas por uma vala, com sistema de câmeras, sensores, iluminação e policiamento ostensivo vinte e quatro horas por dia. Mais ainda: os imigrantes ilegais estarão sujeitos a outras restrições igualmente discriminatórias. Por exemplo: os empregadores são obrigados a verificar o **status** legal de todos os trabalhadores imigrantes. Para isso, devem recorrer ao Banco de Dados do Seguro Social e ao Departamento de Segurança Interna. Também será negada a nacionalidade americana aos filhos de ilegais nascidos nos Estados Unidos – vejam bem a situação das crianças que estão nascendo nos Estados Unidos! Da mesma forma, a Câmara aprovou uma emenda que permite às forças de segurança pública atuarem como agentes de imigração.

Tudo indica que os senadores vão amenizar bastante os termos do projeto de lei original. Pelo menos no que se refere ao Partido Democrata, a intenção é seguir esse caminho e abrir perspectivas mais amplas aos “indocumentados”. Diferentemente da maioria dos deputados conservadores, muitos senadores estão propensos a defender um amplo programa de engajamento de trabalhadores temporários e a regularizar a situação de mais de 11 milhões de pessoas que não têm permissão de estada em solo americano. Para conseguir o direito de residência, os ilegais deveriam pagar uma multa.

Outrossim, seria aberta a possibilidade de obtenção de nacionalidade americana após seis anos de permanência no país e comprovação de bons antecedentes – o que já seria um avanço para essas pessoas que lá vivem. Grande parte do Senado sabe perfeitamente que a proposição aprovada pela Câmara dos Representantes só leva ao confronto com as minorias, coloca o país sob ameaça de tumultos sociais

e não atende aos anseios da maioria da população americana.

Aliás, segundo notícia da revista **Veja** que circula esta semana, pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos revelou que dois terços dos americanos – dois terços significam mais de 60% da população – de 18 a 34 anos são favoráveis à legalização de todos os imigrantes que estão em situação irregular nos Estados Unidos – é claro, eles dependem dessa força de trabalho. A enquete mostrou também que dois terços da população acham que os imigrantes ilegais realizam tarefas que os nacionais se recusam a fazer. Dessa maneira, os imigrantes em situação irregular não estão tirando o emprego de nenhum trabalhador americano – tendo em vista que os americanos não se dispõem a realizar as tarefas que os imigrantes realizam naquele país.

Resta dizer, Sr. Presidente, que 30% dos estrangeiros que vivem nos Estados Unidos estão em situação ilegal, de acordo com um levantamento recente realizado pelo Pew Hispanic Center. Por sua vez, o estudo intitulado “Tamanho e Características da Migração Ilegal nos Estados Unidos”, sob a responsabilidade do pesquisador americano Jeffrey Passel, destaca que o número de imigrantes ilegais aumentou em quase um milhão, em 2005, e é estimado hoje em cerca de 12 milhões de pessoas.

Diante dessa realidade bastante delicada, caberá brevemente ao Plenário do Senado dos Estados Unidos a grande responsabilidade de se posicionar de maneira mais liberal a respeito de uma questão que preocupa boa parte do mundo. Aliás, a Comissão de Justiça daquela Casa já emitiu seu juízo e recomendou mudanças positivas no documento original.

Mais uma vez, Sr. Presidente, repito que temos um aliado no Senado americano: o Senador Ted Kennedy, que pessoalmente nos prometeu empenho. Ele é defensor da aprovação de uma lei que vise a regularizar a situação dos imigrantes que estão ilegalmente nos Estados Unidos.

Antes de encerrar este pronunciamento, quero render homenagens a todos os jornalistas brasileiros e aos do meu Estado, Rondônia, pela passagem do seu dia, já que estamos comemorando o Dia do Jornalista. Sem jornalistas, certamente nossos pronunciamentos, nossos trabalhos nesta Casa, tanto no plenário quanto nas Comissões, ficariam muito restritos, talvez somente a quatro paredes. São eles os responsáveis por levar a milhões de brasileiros as informações do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito também, já que hoje se comemora também o Dia Mundial da Saúde, criado em 7 de abril de 1948 pela

Organização Mundial de Saúde, para homenagear os trabalhadores da saúde, esses servidores que são tão importantes para a saúde do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria. Pode ser depois do próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Após o próximo orador, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Falando pela ordem, terei um pouquinho mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra por dez minutos, com direito a mais cinco minutos de prorrogação, ao Senador Edison Lobão. Em seguida, concederei a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentro de algumas semanas, os principais países deste vasto mundo, inclusive o Brasil, estarão voltando as suas emoções de entretenimento para a Copa do Mundo de Futebol. E, em mais alguns meses, as atenções estarão concentradas nos preparativos que, em especial no Brasil, envolvem o Pan-Americano de 2007, a sediar-se no Rio de Janeiro. É praticamente o mundo inteiro interessado em proporcionar aos seus jovens a oportunidade da prática esportiva, o caminho fundamental para a formação de cidadãos fisicamente saudáveis e de mentes abertas.

O esporte é um instrumento de aproximação social, no qual os jovens se iniciam na convivência coletiva: sabem que precisam seguir normas de respeito ao próximo para que eles próprios delas se beneficiem no correr de suas vidas. Aprendem o que é disciplina e ética. No esporte, há o aprendizado de regras a serem cumpridas, a consciência de que a justa vitória deve ser exaltada e à eventual derrota deve corresponder o respeito dos competidores.

Nos tempos atuais, estas são verdades que se afirmam em todas as sociedades. Até nas ruas de cidades, em qualquer hora do dia e da noite, homens e mulheres, jovens ou velhos exercitam-se mesmo fora dos milhares de academias que se espalham pelo País. Procuram, a conselho de médicos ou fisioterapeutas, resguardar ou aprimorar a saúde contra os males causados pelo sedentarismo, alimentação

inadequada ou pela poluição dos dias passados em locais de trabalho.

Causa grande angústia – e esse é o ponto em que desejo chegar –, a constatação de que nossos jovens não encontram nas escolas brasileiras o ambiente que os estimularia ao esporte. Foi o que apurou a pesquisa feita pelo IBGE em 2003, divulgada no último dia 24 de março.

Apenas 12% das escolas públicas brasileiras possuem instalações esportivas. Apenas 12% das escolas! Se a Região Sul apresenta o maior percentual dessas escolas equipadas, cerca de 28% – percentual de pouca significação em si mesmo –, o que se dizer do Norte e do Nordeste, que se oferecem com percentuais, respectivamente, de 4,7% e 4,4% de escolas públicas municipais com instalações esportivas nem sempre bem equipadas?

Na área rural, a situação beira o escândalo: apenas 2,5% das escolas contam com instalações esportivas. No Norte e no Nordeste, a taxa média é de ridículos 1,3%, enquanto que no Sul chega a 8,2%.

Sr. Presidente, o Brasil pode ter, sem qualquer afetação, a justa pretensão de ampliar o número dos seus campeões mundiais em várias modalidades de esporte. Aí estão os exemplos gloriosos, entre dezenas de outros, dos atletas Adhemar Ferreira da Silva, Joaquim Cruz, Torben e Lars Grael, Robson Caetano, Gustavo Borges, Aurélio Miguel, Daiane dos Santos, Diego Hypólito, sem falar no nosso grande número de heróis do futebol, ambicionado pelos maiores clubes esportivos do mundo. Mas não é esta a minha aspiração.

Estou refletindo sobre o destino dos nossos jovens, notadamente os de menores recursos, desassistidos do poder público. Não penso neles necessariamente como futuros campeões, mas como futuros cidadãos, saudáveis e conscientes dos seus deveres nas sociedades em que vivem. Além das escolas a que teriam direito, com professores qualificados, é do interesse pátrio que lhes sejam proporcionadas as condições para o exercício do esporte, parte integrante das exigências para uma cidadania plena.

Ainda recentemente, o Brasil quedou-se horrorizado com a reportagem “Falcão”, que retratou crianças impúberes sob a chefia de traficantes. Isso simplesmente não podia ter acontecido, mas aconteceu e continuará acontecendo se medidas drásticas não forem assumidas em defesa da nossa juventude.

No Rio, em São Paulo e em outras cidades, há ONGs e muitas outras instituições, tocadas por abnegados brasileiros, que procuram adentrar os ambientes mais pobres para implantar instalações esportivas e educacionais. As informações são as

de que os resultados obtidos são altamente satisfatórios: os jovens que as freqüentam sentem-se socialmente incluídos, abandonam a ociosidade das ruas más conselheiras e motivam-se para continuar os estudos.

Essas atividades benfazejas são uma obrigação do Estado. Se organizações privadas podem levá-las adiante, evidentemente que o Estado poderia avanta-las. E onde se encontra o Estado? Estamos a procurá-lo em matéria de esportes para os nossos jovens e não conseguimos identificá-lo.

A bem dizer, eu deveria abandonar o futuro condicional para ser mais enfático e dizer em alto e bom som: o Estado tem de agir, imediatamente, na defesa das gerações que nos sucederão. Elimine a burocracia, fiscalize com rigor a aplicação das verbas públicas, convoque e ouça os nossos educadores, encontre, finalmente, as soluções adequadas e as aplique com vigor em benefício da nossa juventude. Se começar pelo estímulo às atividades esportivas, sem persistir no esquecimento das escolas públicas do Norte e Nordeste, estará no bom caminho.

Sr. Presidente, precisamos perseguir os horizontes que viabilizem e incentivem as nossas prefeituras ao incremento da prática esportiva no âmbito das escolas sob sua responsabilidade. A nossa juventude está esperando por mais recursos e iniciativas nessa área. O esporte, com a sua grande força de coesão social e capacidade de moldar os melhores valores humanos em nossas crianças e adolescentes, precisa ser colocado em posição de destaque na agenda nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se diga jamais que os recursos, de tão escassos, em nosso País, impedem a prática adequada do esporte para as nossas crianças e a nossa juventude nas escolas, sobretudo, na escola pública. O Brasil destina, ao setor da educação, vastos recursos. Proporcionalmente ao PIB, o Brasil investe mais do que os Estados Unidos, do que a Alemanha, do que o Japão, do que a Coreia do Sul. Enquanto estes países investem cerca de 4.5% do seu PIB, o Brasil investe mais de 5%. E onde estão esses recursos, que não só não chegam às escolas como, nem pensar, ao setor esportivo?

Chegamos ao ponto, Sr. Presidente, de criar o Ministério dos Esportes, que tem se esforçado, sim, mas, parece-me que a sua ação não chega à ponta, onde se encontram os brasileiros que necessitam da prática esportiva.

Há dois dias vi uma entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, na televisão, em que S. Ex^a, com a inteligência, com o talento e com a com-

petência que Deus lhe deu, discorria sobre a política externa do Brasil, sobre o seu Governo, que durou oito anos, sobre o futuro nacional, e dizia, a respeito das privatizações, que de todos os recursos obtidos com ela, foram destinados praticamente 100% ao abatimento da dívida externa, sem o que o Brasil estaria afogado, hoje, na monumentalidade desse contencioso. Retirou-se apenas R\$500 milhões para o setor da educação e dos esportes.

Vejo, aqui, o Senador José Jorge, que tanto estudou a educação, foi Secretário de Educação em seu Estado, e sabe o quanto é necessário investirmos na educação e no esporte no Brasil. A despeito desse esforço a que se referiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso, estamos ainda engatinhando.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com todo o prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a tem absoluta razão. Ainda não fizemos aquele esforço em educação que outros países fizeram. É evidente que a educação melhora pouco a pouco, porque tudo melhora. Na realidade, não caminhamos para trás. No entanto, caminhamos a passos muito lentos. Nesta semana, tive a oportunidade de ouvir – e V. Ex^a também – declaração de um dos maiores empresários do Brasil, Jorge Gerdau, do Grupo Gerdau, que tem um grande número de siderúrgicas nos Estados Unidos e no exterior, portanto, uma empresa multinacional, em um seminário sobre produtividade, em que o Brasil se posicionou em 4º lugar, atrás da Argentina, da Costa Rica e de um terceiro país, que não me recordo agora. Então, alguém perguntou por que o Brasil estava atrás da Argentina em produtividade e inovação? O empresário Jorge Gerdau citou três ou quatro razões, mas, a primeira delas dizia respeito ao sistema educacional. Disse S. S^a que a Argentina dispõe de um sistema educacional, há muito tempo, bem melhor do que o do Brasil. Na realidade, o sistema educacional argentino, hoje, é um diferencial. E nós temos ainda um sistema educacional muito precário. Atingimos, principalmente no Ensino Fundamental, 97% de frequência, mas, com um baixo nível de qualidade. Portanto, esta é a hora. Sou relator do projeto do Fundeb, um Fundo polêmico, não é tão simples quanto o Fundef, que devemos aprová-lo, o mais rapidamente possível, e colocá-lo em funcionamento, para verificarmos se esse pode ser mais um instrumento para melhoria da educação. Meus parabéns! V. Ex^a toca

exatamente no ponto fraco do sistema econômico brasileiro, que é a educação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Não tenho dúvida, Senador José Jorge, de que o Brasil está avançando, ainda que lentamente, no setor da educação. Também não tenho dúvida de que os investimentos são elevados. Mas, o que ocorre é que a administração dos investimentos para a educação é o caos absoluto em nosso País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ando pelo Brasil e encontro escolas da Fundação Bradesco. Recentemente conversava sobre isso com o Dr. Lázaro Brandão, Presidente do Conselho deste grande Banco, o Bradesco, orgulho do nosso País, sobre as escolas que são mantidas com o lucro do Banco. Não são numerosas em nosso País, mas são extraordinárias. No meu Estado, há duas ou três dessas escolas e uma fila interminável de pais querendo matricular seus filhos nas escolas da Fundação Bradesco. Por quê? Porque são escolas de excelência, muito bem administradas e a custo baixo. Ou seja, há a presença da administração.

O que precisamos fazer, portanto, antes de mais nada, é cuidar da administração dos recursos brasileiros, que já são escassos, hoje, quase todos eles consumidos pela dívida que se contraiu ao longo das décadas em nosso País.

Sr. Presidente, eu gostaria de discorrer longamente sobre esse tema, mas não quero avançar no tempo, que é concedido às Sr^{as} e aos Srs. Senadores – e V. Ex^a já me chama a atenção para isso. Mas deixo aqui o meu apelo aos governantes para que se apliquem no aperfeiçoamento da administração do ensino, a fim de que os recursos possam bastar e possam até sobrar nesse desiderato tão nobre da vida política e social brasileira.

Enquanto não fizermos isso, estaremos patinando tanto na educação quanto no esporte. E sabemos que sem o conhecimento científico, que nasce da educação, não chegaremos a lugar algum em matéria de desenvolvimento nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, Líder da Minoria, por dez minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta talvez seja a décima vez que venho à tribuna do Senado falar sobre o mesmo tema: as agências reguladoras. Desde que o Presidente Lula assumiu o Governo, as agências reguladoras têm sido o ponto mais maltratado do seu Governo; maltratado

por falta de recursos, pelo contingenciamento de suas taxas; maltratado por declarações de Ministro contra a agência. Até o Presidente da República, que não entende nada disso, falou contra as agências. Enfim, as agências são permanentemente tratadas como se não fossem importantes para o Governo brasileiro. Por último, o que se faz agora é não nomear os diretores das agências. Tenho aqui a relação dos cargos vagos nessas agências. Por exemplo, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL –, tem dois cargos vagos há quatro meses – desde dezembro –, agora, tramita no Congresso o nome de dois diretores para ocuparem os cargos vagos. Quanto à Agência Nacional de Petróleo, falarei sobre ela ao final. A Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, também tem um cargo vago – se não me engano, são dois, o de presidente inclusive. Esta Agência também, há uns cinco meses, está sem presidente, Senador Heráclito Fortes, por divergências dentro do PMDB sobre quem deva ser indicado; por isso, a não-indicação. A Agência de Saúde Suplementar também tem um cargo vago, e assim por diante. Ou seja, todas as agências estão sempre sem um ou outro diretor por um período de até quatro meses. Nesse sentido, apresentei um projeto, transformado em Proposta de Emenda à Constituição, que consta como o segundo item da pauta, fora as medidas provisórias, que diz que se dentro de 90 dias, após vagar o cargo para diretor, se o Governo não encaminhar um nome para o Senado, o próprio Senado o faria. Não queremos usar essa emenda à Constituição. Trata-se apenas de uma salvaguarda para governos inconseqüentes e irresponsáveis que não nomeiam os diretores das agências.

Na realidade, o caso da Agência Nacional do Petróleo, ao qual me referi na quarta ou quinta-feira, quando pedi a palavra pela ordem – não deu para explicar direito – ainda é mais grave, isso porque para aquela Agência decidir sobre qualquer tema é necessário haver a maioria absoluta, portanto, três diretores. Atualmente, há cinco vagas; dois estavam vagos, só havia três. Agora, o que aconteceu? O mandato de um dos diretores, o Sr. Victor Martins, terminou no dia 15 de janeiro. Acharam que não tinha terminado, que ele tinha o mandato completo, quando não tinha, e só agora, no dia 31 de março, portanto, dois meses e meio depois, é que se resolveu mandar um nome para o Senado que chegou aqui no começo do mês de abril.

Ocorreu, então, que a Agência ficou com dois diretores. Com dois diretores ela não pode decidir; então, como que fechou a ANP.

O que é a ANP? Digo isso para a pessoa que é leiga e não sabe do assunto. A ANP é a chamada a Agência Nacional do Petróleo; cuida, nada mais, nada menos, de petróleo, gás, álcool e todos esses tipos de combustíveis no Brasil. Na realidade, o petróleo custa US\$60,00 o barril e não temos uma agência. Em relação a esse problema grave que está ocorrendo com a Bolívia, no qual a ANP tem papel relevante, também não temos uma agência.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Heráclito; concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, a desorganização do Governo, a falta de entrosamento entre os membros que o compõem, quer do mesmo Partido, o PT, quer da Base do Governo, é uma coisa fantástica nunca vista em regime democrático neste País. É verdade que este não é um governo que priorize e que leve como coisa importante a adoção de agências, porque agência limita muito o poder de influência do governo nas suas ações. Agência reguladora é uma função de Estado, e os seus dirigentes têm mandatos e, evidentemente, maior liberdade de ação, se assim não fosse. Mas o espírito da agência é exatamente este; daí a dificuldade que se tem com várias questões. No caso em tela, o da ANP, já chegou à Comissão, que eu presido e da qual V. Ex^a brilhantemente faz parte, o nome do Dr. Victor Martins para a renovação do seu mandato. Mas quero só, meu caro Presidente Gilvam Borges, mostrar como este Governo está. Ontem, na tribuna desta Casa, a Líder do Governo do PT fazia graves acusações ao seu colega de Partido Delcídio Amaral. Prometeu levar ao Conselho de Ética, à Justiça, pedir expulsão, soltou cobras e lagartos contra o seu companheiro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Injustamente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exato. E, no mesmo momento, o Senador estava sendo recebido pelo Sr. Tarso Genro, novo homem da ligação política entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, com honras e o reconhecimento do seu esforço pelo relatório. Acho que líder que se dá ao respeito, numa questão como essa, só tem um caminho: pedir demissão, porque foi a desautorização mais desmoralizante que vi em toda a minha vida pública.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só que não foi a primeira vez.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois é. Foi algo desrespeitoso. Aqui, a Líder tomando essa atitude

de; na véspera, o Presidente da Comissão agredido por companheiros; e, agora, o Governo o recebe com honras e glórias! Quem tem razão? Onde está a verdade? Governinho desorganizado e desarrumado assim, nunca mais! Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a tem razão. Não sei como o Brasil ainda está agüentando isso tudo. Mas vamos lá: com a democracia, a eleição é em outubro, e vamos, de uma vez por todas, nos livrar deste Governo.

Então, o que aconteceu? Acho que na quarta-feira, como a ANP ficou sem diretor, ficou somente com dois diretores, portanto, não podia decidir, o Presidente, o ex-deputado Haroldo Lima, mandou uma circular para os funcionários da Agência. Já pedi a transcrição dessa circular nos Anais, porém vou lê-la, porque mostra exatamente aquilo que está acontecendo nas agências – é um exemplo vivo:

Aos servidores da ANP,

O **Diário Oficial** da União do dia 31-3-2006 publicou a Mensagem nº 198, assinada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhando ao Senado Federal o nome do Dr. Victor Martins para ser reconduzido à Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Isto significa, inclusive de acordo com o parecer da Proge dessa Agência, que o “mandato atual que cumpria o Dr. Victor Martins está terminado”. [Quer dizer, na realidade, agora descobriram, dois meses e meio depois, que o Diretor não tinha mais mandato; o que, aliás, já tínhamos dito aqui.]

Enquanto o encaminhamento da recondução do Dr. Victor está em processamento, a Diretoria da Agência conta efetivamente com dois membros, o que não lhe permite a tomada de decisões que dependam do Colegiado.

Senador Heráclito Fortes, decisões que dependem do Colegiado são todas. Todas as decisões da ANP dependem do colegiado.

E continua:

Sendo assim, tendo escutado apreciações da Proge, recomenda a todos os superintendentes, todos os chefes de escritórios e todos os funcionários dessa Casa que mantenham o funcionamento regular da Agência, praticando todos os atos necessários que lhes couber, salvo apenas aqueles que dependam

de aprovação da Diretoria Colegiada [que são todos].

Então, Senador Heráclito Fortes, é mais ou menos como se, durante um voo, uma aeromoça chegasse e dissesse para os passageiros: “olha, eu gostaria de comunicar a todos os passageiros que os dois pilotos faleceram, ou estão impossibilitados de pilotar, mas peço a todos que se mantenham nos seus lugares”. Pronto, agora, vai-se voar sem piloto.

E termina:

Ainda assim, Propostas de Ação podem ser encaminhadas à Diretoria-Geral, desde que se refiram a necessidades inadiáveis e previnam prejuízos insanáveis, caso em que devem ser suficientemente bem justificadas, e em que o Diretor-Geral poderá despachá-la **ad referendum** de próxima reunião da Direção Colegiada.

Por último, transmito informações que tenho de que será rápida a tramitação em Brasília [ainda é otimista, Senador] da recondução aludida do Dr. Victor Martins, restabelecendo-se então a plenitude da normalidade da ANP.

Na realidade, diz que é rápido em Brasília. Rápido em Brasília, na verdade, vai depender de nós, da Oposição, principalmente do Senador Heráclito Fortes, que é o Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura e que, inclusive, já designou um Relator. Inclusive, em nome da Oposição, apelo a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, para que façamos, o mais rapidamente possível, a aprovação do nome do Sr. Victor Martins, para que a ANP possa ser reaberta. Sem diretoria, a agência fica fechada, na prática. Fica tratando apenas de questões burocráticas. Trata-se de uma agência que cuida de petróleo, de gás, de biocombustível; portanto, de elementos fundamentais para o processo de desenvolvimento do País. Temos agora uma série de problemas: problemas na Petrobras, temos essa divergência entre o Governo do Brasil e o Governo da Bolívia. Esse assunto está sendo tratado pela Petrobras, o que considero errado. Quem devia tratar disso deveria ser o Governo do Brasil com o Governo da Bolívia, até porque o Presidente Lula apoiou o Presidente da Bolívia, Sr. Morales. Isso tem que ser feito. Enquanto isso, a ANP está fechada exatamente por falta de diretor.

Essa é uma questão grave sobre a qual referi-me durante a semana, mas havia tantos assuntos

que nós ainda conseguimos colocar isso na mídia. Na verdade, é necessário que os jornais, as revistas especializadas e não especializadas levem isso em conta. Isso vai servir de exemplo do que poderia ter acontecido em outras agências. Desde o início, há essa falta de cuidado, essa irresponsabilidade com a nomeação dos diretores das agências, e temos dito aqui que um dia isso ia acontecer – disse isso mais de uma vez e outros Senadores também disseram, que chegaria um dia em que uma agência não funcionaria por falta de diretor. Esse dia chegou, Senador Heráclito Fortes; na semana passada, uma agência ficou sem diretor. Isso sem falar do problema que ocorreu entre os dias 15 de janeiro e 30 de março, em que uma questão foi decidida com um diretor sem mandato. Ninguém sabe como ficarão as decisões tomadas nesse prazo, pois um dos diretores que participou da reunião não tinha mandato e, portanto, suas decisões são nulas de pleno direito.

Sr. Presidente, todas essas agências cobram taxas específicas para pagar suas despesas. A Anatel, por exemplo, cobra taxa de fiscalização de funcionamento e taxa de fiscalização de instalação; a Aneel cobra Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica; a ANP cobra **royalties**, participação especial pela exploração de petróleo e Pagamento por Ocupação e Retenção de Área; a Anvisa cobra Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária; a ANS, Taxa de Saúde Suplementar; e a Antaq, Taxa de Outorga de Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários. O consumidor paga todas essas taxas. O contribuinte paga para essas agências funcionarem, mas o Governo retém esse dinheiro para pagar juros e, além disso, não nomeia os diretores das agências.

Senador Heráclito Fortes, essa é uma prova da irresponsabilidade total do Governo do Presidente Lula em relação às agências!

Mais uma vez, fazemos um apelo. O projeto de regulamentação das agências está parado na Câmara. Ficou sem pai nem mãe. Bem ou mal, quando o Ministro José Dirceu era Chefe da Casa Civil, cuidava desse projeto, que, a meu ver, piora a situação. No entanto, quando o projeto tramita há possibilidade de melhorá-lo para que possa vir a realizar esse trabalho.

Anuncio ainda que, na próxima terça-feira, atendendo a requerimento meu e do Senador Heráclito Fortes, o Presidente da Petrobras, Dr. José Sergio Gabrielli, virá a uma sessão conjunta das Comissões de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura para falar, em primeiro lugar, sobre a “Auto-Suficiência Brasilei-

ra de Petróleo”. Em segundo lugar, discorrerá sobre a campanha publicitária que o publicitário Duda Mendonça está promovendo, campanha de R\$37 milhões, para divulgar a auto-suficiência. E, por último, vai tratar de outros assuntos, como a questão da GDK e, agora, essa questão da Bolívia. Portanto, depois de muito esforço – por ser um homem muito ocupado demoramos dois meses para agendar sua vinda – ele virá aqui. Então, vamos ouvi-lo.

Para encerrar, Sr. Presidente, informo que o Sr. Vice-Presidente do Banco do Brasil, indicado pelo PT, pediu demissão. O Sr. José Luiz de Cerqueira César apareceu na investigação por conta da questão da Cobra Tecnologia. V. Ex^a e todos os Senadores aqui sabem que, na realidade, a Cobra Tecnologia, desde o início do Governo até pouco tempo atrás, foi aparelhada também para prestar serviço da seguinte maneira: contratava com os órgãos públicos sem licitação, porque dizia que era uma empresa pública e, depois, comprava ou repassava o serviço para terceiro também sem licitação, dizendo-se uma empresa privada. Portanto, não havia concorrência nem na entrada nem na saída, o que é uma irregularidade grave. O Tribunal de Contas, mais de uma vez, já se manifestou contra isso, que, na realidade, dava margem a todo tipo de corrupção.

Agora, o Sr. José Luiz de Cerqueira César, o diretor do Banco do Brasil que cuidava desse tema, pediu demissão, mesmo porque a Cobra agora só vai trabalhar para o Banco do Brasil, o que é correto. E ainda pode ser mais correto, pois pode prestar um serviço para outro órgão da Administração Pública na sua especialidade, desde que entre em licitação, bem como as outras empresas; quando contratar serviços, deve fazer licitação se quiser terceirizar.

Sr. Presidente, foi uma denúncia que fizemos aqui, que agora mais uma vez se revela vitoriosa e verdadeira principalmente.

Encerro, fazendo um apelo ao Governo, ao novo Ministro Tarso Genro, que é o Ministro político, à Ministra Dilma Rousseff e ao Presidente Lula, para que indiquem diretores para as agências que estão vagas, a fim de que não passemos por esta vergonha de ter uma agência fechada por falta de diretor.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

JORNAL

OGLOBO

DIA/MES/ANO:

7 abr. 06

EDITORIA:

País

CADERNO:

A

PÁGINA:

8A

e jeans. Estava pronto para a maratona que começou por um bar na Asa Sul e terminou depois das três da manhã em outro, num shopping à beira do Lago Paranoá.

Numa ponta da mesa, Serraglio tentava acompanhar sem muito entusiasmo a farra dos colegas, embora fosse só sorrisos. Ao seu lado, Asdrúbal — que foi alçado à condição de herói da oposição por ter dado um dos votos decisivos — batucava com um pouco mais de aptidão.

— Ninguém imaginava que fosse votar a favor do relatório. Todo mundo dizia que o Jader (deputado Jader Barbalho) mandaria eu votar com o governo.

Já Delcídio, sério, não se conformava com a atitude dos petistas.

— Esses caras estão loucos! Eles iam indiciar o Lula — lamentava o senador, acreditando que na votação dos destaques isso acabaria acontecendo.

Sem esconder sua irritação com o deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que o xingou com palavrões ao fim da sessão da CPI, Delcídio desabafava:

— Espera amanhã (hoje). Vamos pôr o Conselho de Ética em cima dele.

O mais animado era ACM Neto, que enaltecia os trabalhos da CPI:

— Um brinde à maior CPI da História do Brasil.

Paes, Onyx e Neto estavam incansáveis e emendaram a cantoria com "É hoje", o samba-enredo de 1982 da União da Ilha, de autoria de Didi e

Mestrinho, que refletia o estado de espírito deles depois de meses de trabalho, luta política:

— Diga espelho meu/ Se há na avenida, alguém mais feliz que euuuu.

Vítimas da "fúria denunciasta" dos petistas no passado, tucanos e pefelistas diziam que o que o PT sofre agora ainda é pouco. Foi nesse espírito que o carioca Eduardo Paes cantarolava os versos do funk da MC Beth:

— Dói, um tapinha não dói. Um tapinha... Não dói. Só um tapinha!

Entre uma crítica e uma ironia ao relatório paralelo dos petistas, principalmente pela troca da expressão "mensalão" pelo termo "financiamento político ilegal", Paes e

Onyx foram de mais um samba, "Saco de dinheiro", de Francisco Santana, mais conhecida pela versão gravada por Beth Carvalho:

— Meu Deus mas para que tanto dinheiro? Dinheiro só prá gastar... Que saudades tenho do tempo de outro ra... Que vida que levo agora?

Eles entoaram ainda Sampa, de Caetano Veloso. E, em número solo, Paes cantou "Sunday, bloody, Sunday", do U2, para Delcídio. A noite teve até seu momento solene quando parlamentares e assessores cantaram o Hino da Bandeira. A madrugada já ia alta, quando, cansados, os assessores de Delcídio o incentivavam a ir embora:

— Vamos, chefe, vamos, o senhor precisa descansar... — insistia um dos auxiliares do senador.

Serraglio, que foi embora com o petista, surpreendeu-se quando viu que já passavam das duas horas da manhã:

— Meu Deus, preciso ir para casa! (Bernardo de la Peña e Ilmar Franco)

Vice-presidente do BB indicado pelo PT pede demissão

José Luiz de Cerqueira César apareceu no noticiário por causa de investigações na empresa Cobra Tecnologias

Patrícia Duarte

• **BRASÍLIA.** O vice-presidente de Tecnologia e Logística do Banco do Brasil (BB), José Luiz de Cerqueira César, pediu demissão anteontem, segundo informou ontem a assessoria de imprensa do banco. Por meio de nota, o BB apenas explicou que o executivo vai cuidar de novos desafios profissionais. O nome de Cerqueira César, uma indicação do PT para o cargo, surgiu no noticiário político há cerca

de um ano por causa de investigações de supostas irregularidades que teriam sido cometidas pela subsidiária Cobra Tecnologias. A empresa, subordinada à área do agora ex-vice-presidente, foi investigada pela CPI dos Correios. O relatório final não citou nem pediu o indiciamento de Cerqueira César.

— Não tenho qualquer processo de impugnação de contratos no TCU (Tribunal

de Contas da União). Já cumpri meu papel (no banco) —

afirmou Cerqueira César.

Estilo do funcionário já recebeu críticas no banco

Ele entrou no BB em 2003 por indicação política do PT. Sua saída já era esperada desde o início da CPI dos Correios, há cerca de dez meses. O relatório da comissão comprova a existência do mensalão, de uma série de irregularidades em várias empresas estatais e também em contratos do Banco do Brasil.

O ex-vice-presidente do BB

exercia posições mais políticas dentro do banco e algumas vezes foi criticado internamente, principalmente pelos profissionais de carreira do banco, pelo seu estilo de gestão.

O conselho diretor do banco é formado apenas por funcionários de carreira, no total de oito pessoas, mas entre

esses diretores ainda há dois vice-presidentes ligados ao partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: Luiz Oswaldo Sant'ago (Gestão de Pessoas e Responsabilidade

de Socioambiental) e Adésio Lima (Crédito, Controladoria e Gestão Global).

Por causa das denúncias de irregularidades no contrato com a Cobra Tecnologias, o Banco do Brasil mandou fazer uma auditoria interna na empresa, mas ainda não tem resultado final. Para assumir interinamente o lugar de Cerqueira César, o presidente do BB, Rossano Maranhão, indicou ao Conselho de Administração da instituição o atual diretor de

tecnologia do banco, Manoel Gimenes Ruy.

A principal irregularidade apontada no Banco do Brasil pelo relator-geral da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR), refere-se à antecipação de recur-

...sos de publicidade da Visanet para as empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza. Para a CPI, a Visanet é uma das fontes de recursos do chama-

do valerioduto. O aprofundamento das investigações deste caso foi pedido por Serraglio ao Ministério Público; ■

ONDE ESTÁ A ÉTICA? *Ministro enviou carta a Renan e Aldo*

Bastos se oferece para falar na Câmara ou no Senado

CPI pode convocar mulher e ex de Buratti para depor

Bernardo de la Peña

• BRASÍLIA. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, mandou ontem carta aos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), se oferecendo para ir ao Congresso esclarecer a participação de dois de seus assessores no episódio da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. O secretário de Direito Econômico, Daniel Goldberg, e o chefe de gabinete do ministro, Cláudio Alencar, tiveram duas reuniões com o então ministro Antonio Palocci. Nos encontros, Palocci pediu ajuda da Polícia Federal para investigar o caseiro.

Na carta enviada ontem, Bastos afirma que pode falar na Câmara ou no Senado. "Manifesto a minha disposição de comparecer a qualquer uma das Casas deste Parlamento", diz o ministro no ofício lido pelo senador Tião Viana (PT-AC) no plenário do Senado. O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, havia apresentado requerimento para que Bastos prestasse esclarecimentos sobre o caso no Senado. Renan informou ontem que vai discutir o assunto com o presidente da Câmara e que a data deve ser decidida numa reunião com líderes dos partidos na semana que vem.

Oposição prefere a CCJ para que possa haver réplica

O mais provável é que o depoimento aconteça no plenário do Senado na semana seguinte à Páscoa. Mas a oposição prefere que a audiência seja na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado: as inter-

venções em plenário não dão direito a réplica, e os senadores poderiam apenas perguntar.

— Para ele mandar a carta, o requerimento já produziu resultados — disse o líder do PFL no Senado, Agripino Maia (RN).

O tucano Álvaro Dias (PR) e o pefelista José Jorge (PE) elogiaram o ministro:

— Ele está na contramão das autoridades que se negam a prestar esclarecimentos — disse Álvaro Dias.

— Não há como tratarmos deste caso sem a presença do ministro. Esperamos saber quem foi o culpado pela divulgação e pela quebra do sigilo — afirmou José Jorge.

Ontem, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Al-

ves Filho (PMDB-RN), apresentou requerimentos para que sejam convocadas a atual e a ex-mulher de Rogério Buratti, que foi secretário da Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão do ex-ministro Palocci. Para convocar Carla Lemos, atual mulher de Buratti, Garibaldi argumentou que a polícia paulista repassou à CPI transcrição de escutas telefônicas feitas com autorização judicial, que não diziam respeito a questões estritamente de foro íntimo: "Há suspeita de que ela tenha acompanhado Buratti em uma viagem que ele fez ao Panamá, que esta CPI considera bastante suspeita de estar ligada a uma operação de lavagem de dinheiro". ■

6. Agência Nacional de Águas - ANA;

(5 diretores, mandato de 4 anos não coincidentes)

Diretor-Presidente: José Machado

Diretor: Benedito Braga Júnior

Diretor: Bruno Pagnoccheschi

Diretor: Dalvino Troccoli Franca

Diretor: Oscar de Moraes Cordeiro Netto

7. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;

(3 diretores, mandato de 4 anos não coincidentes, com uma recondução)

Diretor-Geral: Carlos Alberto W. Nóbrega

Diretor: Ronaldo Herbst Dotta

Diretor: **Vago**

8. Agência Nacional de Transportes Terrestres- ANTT;

(5 diretores, mandato de 4 anos não coincidentes, com uma recondução)

Diretor-Geral: José Alexandre Nogueira de Resende

Diretor: Francisco de Oliveira Filho

Diretor: Gregório de Souza Rabêlo Neto

Diretor: José Airton Félix Cirilo da Silva

Diretor: Noboru Ofugi

9. Agência Nacional do Cinema – ANCINE;

(4 diretores, mandato de 4 anos não coincidentes)

Diretor-Presidente: Gustavo Dahl

Diretor: Manoel Rangel

Diretor: Nilson Rodrigues

Diretor: **Vago**

10. Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

(5 diretores, mandato de 5 anos não coincidentes)

Diretor-Presidente: Milton Sérgio Zuanazzi

Diretor: Leur Antônio Britto Lomanto

Diretor: Jorge Luiz Brito Velozo

Diretor: Denise de Abreu

Diretor: **Vago**

PAUTA: 11.04.2006

4^a Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e 9^a da Comissão de Educação, extraordinárias, da 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura, a realizar-se em conjunto, em 11 de abril de 2006, terça-feira, às 10 horas, na sala de reunião nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

Audiência Pública com a presença do Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, *Dr. José Gabrielli*, com a finalidade de “*prestar esclarecimentos ao Senado Federal sobre a campanha de divulgação da Auto-Suficiência Brasileira de Petróleo*”, em atendimento aos Requerimentos nº 03 e 10, de 2006-CI e nº 05, de 2006-CE, de autoria dos Senadores *José Jorge e Heráclito Fortes*.

DEMISSÃO NO BB

O Banco do Brasil anunciou ontem que seu vice-presidente de Tecnologia e Logística, José Luiz de Cerqueira César, pediu demissão do cargo. Ele estava envolvido em supostas irregularidades na Cobra Tecnologia, subsidiária do BB que foi investigada pela CPI dos Correios. Cerqueira César era apontado como indicação do ex-ministro Luiz Gushiken. Durante o ano passado, o BB determinou uma "devassa" na área de tecnologia após denúncias de corrupção e a impugnação de contratos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Procurador vai dividir relatório

A expectativa do Congresso é a de que pouco do relatório final da CPI dos Correios seja aproveitado, apesar do documento confirmar a existência do mensalão e pedir o indiciamento de mais de cem pessoas, entre as quais, os ex-ministros do governo Lula José Dirceu e o Luiz Gushiken. O documento será enviado ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, responsável por investigar autoridades com foro especial ou privilegiado, no Supremo Tribunal Federal (STF).

É muito provável que o in-

quérito seja desmembrado e que permaneçam no STF e sob a responsabilidade do procurador-geral apenas as investigações de fatos atribuídos a autoridades como congressistas.

A outra parte, sobre o suposto envolvimento de pessoas comuns, sem foro privilegiado, deve ser encaminhada a procuradores da República que atuam na Justiça de 1ª Instância e apuram irregularidades na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Documentação

Após receber o material da CPI, o procurador-geral terá de fazer uma espécie de triagem. Ele não é obrigado a seguir as recomendações da CPI. Parte dessa documentação pode ser juntaada ao inquérito que já tramita no STF. Outra parte pode provocar a abertu-

ra de novas investigações, independentes. E se ele concluir que já há elementos para denunciar alguém com base, apenas, no trabalho da CPI poderá fazê-lo. No entanto, como o procurador-geral é tido como cuidadoso, a expectativa é que isso não ocorra.

Desde meados do ano passado, o procurador-geral apura as suspeitas de pagamento de mesadas a parlamentares. As apurações integram um imenso inquérito que tramita no STF em segredo de Justiça. Procurado durante os últimos três dias para falar sobre a investigação, Souza não quis dar nenhum detalhe. Apesar das freqüentes negativas, ele tem sinalizado que em breve tomará uma decisão no inquérito que pode ser a de denunciar suspeitos.

CRISE ÉTICA

Em ofício enviado a Renan Calheiros, titular da Justiça informa decisão de comparecer ao Congresso para prestar depoimento sobre participação de assessores no episódio da quebra de sigilo do caseiro

THOMAZ BASTOS SE ANTECIPA À CONVOCAÇÃO

LUÍZ CARLOS AZEDO

DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, decidiu comparecer espontaneamente ao Congresso, antecipando-se à convocação pela oposição, para prestar esclarecimentos sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. No ofício, encaminhado ao presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), Bastos afirma que está disposto a comparecer a qualquer uma das Casas do Parlamento, com objetivo de esclarecer a

participação do ministério e de dois de seus assessores no episódio, protagonizado pelo ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Dois requerimentos de convocação de Thomaz Bastos, apresentados no Senado e na Câmara, motivaram a decisão do ministro da Justiça, que contou com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A oposição quer saber também como a Polícia Federal realmente atuou no episódio da violação do sigilo bancário de Francenildo Costa. Nenhum dos requerimentos foi votado — porém, no Senado, era certa a aprovação da convocação em plenário.

O andamento das investiga-

ções realizadas pela Polícia Federal, com o indiciamento do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, modificou bastante o clima existente no Congresso em relação ao ministro da Justiça. O gesto de Bastos também gerou simpatias junto à oposição. O ministro da Justiça conta com muitos amigos no PFL, no PMDB e no PSDB, alguns dos quais foram seus clientes.

"Considerando o bom funcionamento das instituições democráticas, expresso na relação harmoniosa entre os Poderes da Re-

Anarquia

Terminou em 15 de janeiro o mandato de **Vitor Martins** na Agência Nacional de Petróleo, mas ele só deixou a ANP há uma semana. Participou de todas as reuniões, agora anuláveis na Justiça. Dia 31 Lula decidiu reconduzi-lo.

Coluna Cláudio Humberto.

Curriculum do Vitor Martins:

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade do Espírito Santo, em 1974. Fez Pós-Graduação Executiva em Petróleo - MBP pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2000. É natural do Rio de Janeiro, nascido em 1953.

Atuou como superintendente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), no Espírito Santo. Também foi representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural (IBP), naquele estado. Victor Martins também foi membro do Comitê Regional do PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural).

Como consultor, atuou na estruturação de políticas de desenvolvimento municipal e regional, na articulação de investimentos públicos e privados e na elaboração de estudos, na implantação de mecanismos de controle de recursos de royalties e na elaboração de projetos de desenvolvimento econômico.

Taxas de Fiscalização

ANATEL:

Taxa de fiscalização de funcionamento;
Taxa de fiscalização de instalação.

ANEEL:

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica.

ANP:

Royalties do Petróleo;
Participação especial pela exploração de petróleo;
Pagamento por Ocupação e Retenção de Área. (pela aquisição de blocos de exploração).

ANVISA:

Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária.

ANS:

Taxas de Saúde Suplementar – ANS.

ANTAQ:

Taxa de Outorga - Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários.

Comunicação
Interna

XPara:
Xcc:
cco:

04/04/2006 18:14

Assunto:/ ENVIADA POR: Haroldo B. R. Lima

Aos Servidores da ANP,

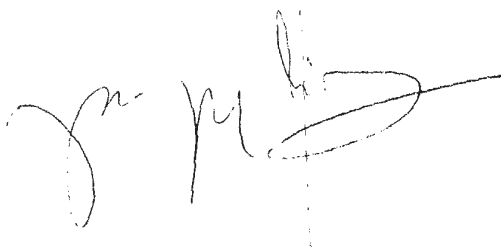
O Diário Oficial da União do dia 31/3/2006 publicou a Mensagem número 198, assinada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhando ao Senado Federal o nome do Dr. Victor Martins para ser reconduzindo à Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Isto significa, inclusive de acordo com o parecer da Proge dessa Agência, que "o mandato atual que cumpria o Dr. Victor Martins está terminado".

Enquanto o encaminhamento da recondução do Dr. Victor está em processamento, a Diretoria da Agência conta efetivamente com dois membros, o que não lhe permite a tomada de decisões que dependam do Colegiado.

Sendo assim, tendo escutado apreciações da Proge, recomendo a todos os superintendentes, todos os chefes de escritórios e todos os funcionários dessa Casa que mantenham o funcionamento regular da Agência, praticando todos os atos necessários que lhes couber, salvo apenas aqueles que dependam de aprovação da Diretoria Colegiada. Ainda assim, Propostas de Ação podem ser encaminhadas à Diretoria Geral, desde que refiram-se a necessidades inadiáveis e previnam prejuízos insanáveis, caso em que devem ser suficientemente bem justificadas, e em que o Diretor Geral poderá despacha-la "ad referendum" de próxima reunião da Direção Colegiada.

Por último, transmito informações que tenho de que será rápida a tramitação em Brasília da recondução aludida do Dr. Victor Martins, restabelecendo-se então a plenitude da normalidade da ANP.

Com saudações de
Haroldo Lima
Diretor-Geral



Cargos Vagos nas Agências Reguladoras:*Em 10 de março de 2006***1. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;***(5 diretores, mandato de 4 anos não coincidentes, com uma recondução)*

Diretor: Geral: Jerson Kelman

Diretor: Edvaldo Alves de Santana

Diretor: Joísa Campanher Dutra Saraiva

Diretor: **Vago**Diretor: **Vago****2. Agência Nacional do Petróleo - ANP;***(5 diretores, mandato de 5 anos não coincidentes)*

Diretor Geral: Haroldo Borges Rodrigues Lima

Diretor: Victor Martins

Diretor: Newton Reis Monteiro

Diretor: **Vago**Diretor: **Vago****3. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;***(5 conselheiros, com mandato de 5 anos não coincidentes, vedada a recondução)*

Presidente (substituto): Plínio de Aguiar Júnior

Conselheiro: Pedro Jaime Ziller de Araújo

Conselheiro: José Leite Pereira Filho

Conselheiro: Luiz Alberto da Silva

Conselheiro: **Vago****4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;***(5 diretores, mandato de 3 anos não coincidentes, com uma recondução)*

Diretor-Presidente: Dirceu Raposo de Melo

Diretor: Cláudio Maierovitch P. Henriques

Diretor: Franklin Rubistein

Diretor: Maria Cecília Martins Brito

Diretor: Victor Hugo Costa Travassos da Rosa

5. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;*(5 diretores, mandato de 3 anos não coincidentes)*

Diretor-Presidente: Fausto Pereira dos Santos

Diretor: José Leônicio Feitosa

Diretor: Alfredo Luiz de Almeida Cardoso

Diretor: Gilson Coleman

Diretor: **Vago**

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Senador José Jorge, a Mesa informa a presença do Dr. José Gabrielli na terça-feira, às 10 horas da manhã. Às 14 horas, haverá outra reunião na Comissão para a apreciação do nome do Dr. Vitor Martins para recondução a uma das diretorias da Agência Nacional de Petróleo.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Pois não.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)
– Realmente, temos de cuidar disso. Fiz este apelo a V. Ex^a porque entendo que, se o Governo não cuida, nós, da Oposição, devemos tomar como nossa responsabilidade aprovar o mais rapidamente possível esse nome, para que a Agência volte a funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é o nome de uma pessoa; é o nome de um dos rios mais belos do Brasil: Araguari. Araguari das canções, Araguari que recebe o caboclo em suas canoas, em seus barcos, e, ao longo das suas margens, florestas se estendem por milhares de quilômetros, pássaros voam, como os guarás, garças... Que maravilha! E esse rio banha dois importantes Municípios do Estado do Amapá.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao Município de Ferreira Gomes, cujo povo altaneiro, nas margens daquele rio, trabalha e vive no seu cotidiano uma vida de qualidade. É justamente com o Município de Ferreira Gomes que eu me comunico desta tribuna do Senado Federal para dar uma notícia alvissareira, uma notícia importante pelo grande trabalho realizado pelo Prefeito Adiel de Campos Ferreira, pelos Vereadores e pelas autoridades daquele Município, que trabalharam bastante para apresentar um projeto e obter recursos.

A Bancada Federal de nosso Estado respondeu, e o fez com trabalho de emenda de Bancada dos Deputados Eduardo Seabra, Davi Alcolumbre, Badu Picanço, Evandro Milhomem, Hélio Esteves e do Senador Papaléo Paes, sob a Liderança do Presidente José Sarney. Estamos mobilizando uma grande equipe de combate de frente para trabalhar junto aos ministérios nessa etapa importante de liberação de recursos, para que estes possam chegar lá aos Municípios.

Hoje, trago a notícia, encaminhada por nossa assessoria técnica, de que o trabalho está prosperando e fazendo a diferença. O Amapá tem pressa; o Amapá tem urgência.

Portanto, gente de Ferreira Gomes, já estão na conta bancária da Prefeitura, na agência 2807, nas ordens bancárias 2006 e 1332, recursos no montante de R\$1.153.504,00. Portanto, o Município de Ferreira Gomes recebe esses recursos, e aí todas as ruas e a infra-estrutura da cidade receberão os benefícios.

Sr. Presidente, como é complexo e difícil o trabalho parlamentar! V. Ex^a que, agora, preside esta Casa, sabe que desta tribuna as idéias são lançadas, as opiniões são efetivadas, a fiscalização é feita, mas há outra etapa, silenciosa, em que a população não vê o caminhar, o pedido de audiência aos Ministros para a liberação de recursos. Nessa etapa, há o período de um ano para outro para se colocarem recursos no Orçamento; são as conversas com as lideranças, com os Prefeitos, com os Governadores. É quando se trabalham os recursos para o Orçamento da União, que, lamentavelmente, não

aprovamos ainda. Mas, na próxima semana, se Deus quiser, já teremos a boa notícia para o País – que cobra, com urgência – da sua aprovação!

Sou um político que faz a política de resultados. Muitas vezes, Sr. Presidente, não estamos no plenário desta Casa todos os dias; apenas duas ou três vezes por semana, fazemos um pronunciamento. No restante do meu tempo, ligo para Ministros, atravesso a pé a Esplanada dos Ministérios, que é bem próxima – e gosto de caminhar –, bato às portas, converso com os técnicos e cobro dos prefeitos para que mandem os projetos ou façam as devidas correções. Como é difícil conseguir recursos!

Assim, muito me alegra saber que o Município de Ferreira Gomes, na figura do Prefeito Adiel de Campos Ferreira, recebe essa boa notícia que comunicamos. Com nossa experiência, todo o Amapá se mobiliza com todas as suas Lideranças: seus oito Deputados Federais e nós, os três Senadores, estamos trabalhando a união, a agregação, a junção de forças, para, efetivamente, promovermos o desenvolvimento do Amapá.

Há um mês, tivemos a satisfação de receber o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, no Breu, no Município de Amapá, e estávamos lá o Presidente José Sarney, a maioria da Bancada Federal, o Governador do Estado, Waldez Góes, enfim, toda uma força política, no mesmo palanque, com o mesmo propósito, qual seja o de ver o progresso, o desenvolvimento. Ali estava também sendo executada a pavimentação da BR-156, com recursos alocados pela Bancada Federal no Orçamento da União.

E, depois de mais de um ano, temos acompanhado os trabalhos com uma força-tarefa nos Ministérios, para poder dar assistência, a fim de que os recursos possam chegar definitivamente ao Estado do Amapá.

Trabalhamos desta forma: procuramos empenhar-nos, procuramos fazer a política sadia, a política de resultados, a política que faz o desenvolvimento chegar.

O rio Araguari, Sr. Presidente, banha esses dois grandes Municípios. É pena que poucos sejam os brasileiros que têm o privilégio de ver o quanto é belo aquele rio! É ele que corre para se encontrar com o oceano Atlântico, e, na força de suas águas, no encontro com as águas do mar, ocorre o maior fenômeno, que é admirado no mundo todo: a pororoca.

Portanto, o Amapá, a cada passo, a cada conquista, a cada real que chega aos Municípios do nosso Estado, festeja com alegria, porque sabemos que é a pavimentação, é o saneamento, é a escola, é o hospital que faz com que venha a geração de empregos.

Acredito, Sr. Presidente, que este Parlamento, depois dessa crise moral em que a Nação vive, com sangramento por todos os lados nas várias CPIs, que, graças a Deus, já se encerram com suas funções cumpridas, irá

engrandecer-se. Essas experiências trarão a correção, para que o País possa caminhar com mais segurança.

Portanto, Municípios de Ferreira Gomes e de Cutias, estamos aqui na luta e comunicando a liberação desses recursos que estamos acompanhando, todos os dias, no Ministério: R\$1,153 milhão.

Espero que o Prefeito Adiel, todas as autoridades e o povo em geral do Município de Ferreira Gomes possam alegrar-se, porque a sede do Município será totalmente recuperada.

Parabéns à Bancada Federal, ao Prefeito, aos Vereadores e a todos que se envolveram para que esses recursos, que agora estão na Caixa Econômica, pudessem chegar ao Município!

Que Deus nos proteja e leve o Estado do Amapá e o Brasil à prosperidade e ao caminho do desenvolvimento!

Muito obrigado, Sr. Presidente. Assumirei a Presidência, para que V. Ex^a possa fazer uso da palavra logo após o Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Casa ficará muito honrada em tê-lo como Presidente nesta sessão, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros que considero extremamente importantes.

O primeiro deles refere-se à ação do Ministério da Cultura, comandado pelo Ministro Gilberto Gil, que realiza em São Paulo, entre 5 e 9 de abril, a Teia de Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária. É uma iniciativa da Rede Brasil de Produtores Culturais do Governo Federal que conta com o patrocínio da Petrobras. Trata-se de um encontro que agrega não apenas os pontos de cultura, que são a nossa afirmação cultural por todo o Brasil, mas também outros segmentos de economia solidária e de cidadania.

Eu gostaria de fazer este registro, porque considero extremamente importante o trabalho que o Ministro Gilberto Gil; a equipe do Ministério; o Secretário-Executivo, Juca Ferreira; o Secretário de Programas e Projetos Culturais, Célio Turino, estão realizando no Ministério da Cultura.

Dou como exemplo meu Estado, Roraima, onde jamais tinha chegado uma ação estruturante, uma ação de apoio à cultura, de forma sistematizada. Com a gestão do Presidente Lula e do Ministro Gilberto Gil, o programa Pontos de Cultura chegou ao Estado de Roraima, chegou ao Município de Boa Vista, e hoje várias atividades estão sendo apoiadas.

É importante registrar que os Pontos de Cultura são atividades, são trabalhos, são ações que já aconteciam

no Município. São entidades culturais, são manifestações culturais que já aconteciam no Município e que não tinham nenhum tipo de apoio. O Governo, com as prefeituras, identificou-as, abriu opção e prazo para projetos, que foram apresentados, e, agora, o Governo começa a apoiar, no caso de Boa Vista, quatro Pontos de Cultura extremamente importantes para a nossa cidade.

Então, eu queria fazer este registro, parabenizar o Ministro Gilberto Gil e dizer que esse programa precisa ser ampliado e fortalecido.

Quando fui Relator do Orçamento Federal, no ano passado, dobramos os recursos do Ministério da Cultura, que tinha uma dotação irrisória, muito pequena, não compatível com a importância e com a necessidade do trabalho a ser realizado na cultura brasileira. Esperamos que este ano seja mantido o nível de investimento, o nível de gasto do Ministério da Cultura, porque é muito importante para o nosso desenvolvimento, para a construção de nossa cidadania, para o nosso lastro cultural e educacional que o Ministério da Cultura atue de forma muito intensa.

Comentarei esta ação na próxima semana, mas registro o pacote lançado pelo Governo para a agricultura, que, somadas todas as linhas, perpassam recursos de R\$14,6 bilhões. Sem dúvida alguma, o Ministro Roberto Rodrigues e todos os produtores têm permanentemente alertado sobre a crise conjuntural que vive a agricultura brasileira, setor que é o carro-chefe da economia do País, que sofreu e sofre hoje, por uma série de questões que não vale a pena aqui levantar, problemas que precisam ser enfrentados.

O pacote do Governo pretende trazer recursos para a comercialização, para a rolagem de dívida, enfim, para uma série de dispositivos que vão minorar as dificuldades do agricultor e da exportação dos produtos agrícolas brasileiros. É importante registrar a questão do câmbio, um dos componentes que tem, de certa forma, desalentado a produção agrícola de exportação, mas, como um todo, a proposição pretende socorrer os agricultores.

Por isso, Sr. Presidente, peço a transcrição da matéria “Um socorro de R\$14,6 bilhões – Pacote do governo dará recursos para agricultura, que ministro diz estar no fundo do poço”.

Parabenizo o Ministro Roberto Rodrigues e a área econômica do Governo pela sensibilidade de agir prontamente para que não se desgaste ainda mais a agricultura, patrimônio do nosso País.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Um socorro de R\$ 14,6 bilhões

Pacote do governo dará recursos para agricultura, que ministro diz estar no fundo do poço

Eliane Oliveira

BRASÍLIA

O governo lançou ontem um pacote de emergência para ajudar os produtores rurais que não estão conseguindo honrar as suas dívidas nem têm capital para comercializar a safra deste ano. O conjunto de medidas pode superar R\$ 14,6 bilhões. O setor contará, pelo menos, com R\$ 6,9 bilhões para a comercialização da produção agrícola e serão prorrogadas, em até 12 meses, dívidas da ordem de R\$ 7,7 bilhões. Este é o segundo ano consecutivo de socorro aos produtores agrícolas.

— A conta do produtor brasileiro não estava fechando. A agricultura chegou ao fundo do poço — afirmou o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, após anunciar o conjunto de medidas que beneficiarão principalmente os produtores de arroz, milho, soja, trigo e algodão.

Para a comercialização da safra, será publicada, na próxima semana, uma medida provisória (MP) liberando R\$ 1,238 bilhão para a compra de produtos agrícolas pelo governo, visando a evitar a queda de preços durante a safra, o que reduziria a renda do produtor. Mais R\$ 5,7 bilhões serão remanejados aos bancos públicos e privados, até 30 de junho, para financiar a formação de estoques do setor privado. Os juros do financiamento ao setor agrícola são de 8,75% ao ano.

Na semana que vem, haverá reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN), a pedido do Ministério da Fazenda, para aprovar o alongamento das dívidas dos produtores com custeio e investimento. As prestações relativas a débitos com investimentos — na maioria com recursos do BNDES — serão prorrogadas por 12 meses, a contar da data do vencimento da última parcela dos contratos. São dívidas vencidas e a vencer em 2006, de R\$ 7,2 bilhões.

Outros R\$ 530 milhões, referentes a dívidas de custeio (para o plantio) contraídas no Banco do Brasil no fim de 2005, também terão o vencimento prorrogado em 12 meses. O volume refinanciado, no entanto, poderá ser ainda maior: produtores que con-

seguirem provar novas dificuldades na comercialização ou quebra de safra por problemas climáticos também terão direito a alongar débitos.

— Ainda não temos o número consolidado, mas abrimos possibilidade para o agricultor nessa situação — explicou Rodrigues.

Para CNA, um 'curativo pequeno'

• Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o governo continua estudando medidas estruturais, como a redução de tributos e o aperfeiçoamento do seguro rural, para que esse cenário não volte a se repetir.

— Acreditamos que a resposta a esse conjunto de medidas será muito forte — afirmou Appy.

Já o ministro da Agricultura lembrou que, no ano passado, houve uma diminuição da área plantada de 2,4 milhões de hectares. Ele destacou que as previsões do mercado apontam uma nova queda, de 3,5 milhões de hectares. As medidas conjunturais anunciadas ontem, disse Rodrigues, vão amenizar esse quadro.

O presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antônio Ernesto de Salvo, considerou positivas, mas insuficientes, as medidas anunciadas pelo governo — que atende não apenas aos grandes produtores, mas também à agricultura familiar. Para Salvo, é modesta a quantia de R\$ 1,2 bilhão que sairá do Orçamento para a comercialização, para um setor responsável por um superávit de US\$ 35 bilhões na balança comercial e por R\$ 200 bilhões do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto das riquezas produzidas no país).

— É um curativo pequeno para um gigante econômico — afirmou o presidente da CNA.

Para o economista Fábio Silveira, da RC Consultores, as medidas são fundamentais para evitar que os produtores do país continuem a perder renda. Especialmente depois dos problemas enfrentados no ano passado, quando uma forte seca atingiu diversos estados bra-

sileiros, com maior intensidade na Região Sul. Ele acredita, no entanto, que dificilmente o agronegócio terá uma recuperação capaz de compensar o fraco desempenho de 2005, quando o setor foi um dos principais entraves a um crescimento maior do PIB.

— Os preços internacionais continuam em baixa e o real está valorizado, tirando competitividade. O importante é investir em um bom pacote para o plantio da próxima safra, o que deverá ocorrer em meados deste ano — disse Silveira.

Em 2005, gasto ficou abaixo do prometido

• Para o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), da bancada ruralista no Congresso, embora o governo tenha acertado ao prorrogar dívidas com custeio e investimento, os produtores ainda têm um sério problema. Há débitos com os fornecedores privados, especialmente devido à compra de insumos no fim de 2005 para plantar a safra que acaba de ser colhida. Ele disse que o número ainda está sendo levantado, mas sabe-se que “não é pequeno”.

Heinze lembrou que, em 2005, o governo anunciou R\$ 3 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para ajudar no refinanciamento das dívidas. Mas foram gastos apenas R\$ 820 milhões. ■

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Romero Jucá, o pedido de V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos, com a prorrogação de mais cinco minutos, para que possa se manifestar da tribuna desta Casa para toda a Nação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a leviandade faz parte da natureza humana. Muitas vezes, aceita-se a inconseqüência das palavras quando vinda de quem não tem compromisso com a sociedade, mas vinda de um Governador, que tem responsabilidade administrativa e perante a opinião pública de prestar contas dos seus atos, é inadmissível.

Os jornais do meu Estado, o Piauí, trazem hoje matéria sobre o Governador Wellington Dias, que critica o boicote ao Orçamento da União, jogando toda a carga contra a Oposição. Voltando a seus tempos de baderneiro profissional, sindicalista e líder da Caixa Econômica – o Sr. Wellington Dias é um homem que teve sua formação profissional toda nos quadros da Caixa Econômica do Piauí, foi Presidente do Sindicato, fazia piquetes e greves –, convoca a população para uma reação contra o Congresso Nacional pela não-aprovação do Orçamento. E, aí, comete uma série de leviandades e inconseqüências, irresponsabilidade de um governante.

Diz que, pela primeira vez na sua história, o País chega ao mês de abril sem votar o Orçamento. A primeira mentira. No Governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreu isso, devido a um trabalho calculado da Oposição, comandada pelo PT. Ele era Deputado Federal, como não se lembra disso? Era omissivo, era ausente! Aliás, falece a ele autoridade para tratar de Orçamento, porque, quando era Deputado Federal de um Estado pobre, como o Piauí, destinou recursos para estradas e para outros Estados. Ninguém sabe se foi para atender a algum interesse de empreiteira ou se foi alguma determinação do seu Partido.

Quero lembrar também, Senador José Jorge, que, no Governo Itamar Franco, houve um ano em que o Orçamento sequer foi votado.

Mas acho que, para defender o Piauí, o Governador Wellington Dias deveria vir a Brasília encontrar seus Pares do Governo e tratar de outro assunto. Deveria mostrar para eles que o Piauí está perdendo com este Orçamento em relação ao ano passado, está sendo

menos aquinhado. Não! O Sr. Wellington Dias esteve em Brasília para pedir a aprovação de emendas de seu interesse e, ao mesmo tempo, pedir que as emendas da Oposição não fossem aprovadas. Digo isso porque me foi dito por membro da Comissão do Orçamento, companheiro de Partido dele. E, se me desmentirem, aponto o nome e cito as testemunhas. Foi-me dito que a preocupação dele era com o que a Oposição podia levar no Orçamento, como se esse dinheiro fosse, Senador José Jorge, para suprir necessidades de Parlamentares e não beneficiar o Estado do Piauí!

O Governador deveria ter vindo fazer essa defesa, mas não a fez. Aliás, carece de autoridade porque se apropriou indevidamente, em uma manobra nojentíssima, no final do ano passado, de recursos destinados à Prefeitura de Teresina para revitalização do centro da cidade, num acordo feito com a Bancada, e que ele não cumpriu. À socapa, foi ao Ministério das Cidades com assinaturas, ludibriando as autoridades do Ministério, porque o acordo feito era para que R\$3 milhões fossem destinados para a obra do metrô de Teresina, de sua responsabilidade, e R\$7 milhões fossem enviados para a reforma do centro – aliás, numa concessão feita de maneira cavalheiresca pelo Prefeito Silvio Mendes. E ele, à socapa, fez a modificação.

E, então, Senador José Jorge, nós que conhecemos a burocracia de Brasília, aconteceu um fato estranho: foi assinado pela manhã e, à noite, o dinheiro empenhado foi pago. Coisa estranha!

Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Quero, primeiro, prestar minha solidariedade a V. Ex^a, porque tem uma experiência que não tenho, a de ter o Presidente e um Governador do PT. Realmente, em Pernambuco – graças a Deus! –, não tivemos ainda essa experiência. Mas deve ser muito frustrante, porque, apesar de eu não acompanhar de perto o que acontece no Governo do Piauí, imagino que, se for parecido com o que ocorre no Governo Federal em relação ao Governo do PT, o Piauí está sofrendo muito. No Governo do PT, não há uma ordem, não há organização. Senador Heráclito Fortes, não sei se V. Ex^a lembra, mas, nos Governos anteriores, quando mudava Ministro, durante uma semana, quinze dias, publicavam os nomes dos novos Ministros nos jornais esclarecendo quem eles eram. Agora mesmo, o Presidente Lula mudou oito Ministros – o que, antigamente, correspondia a meio governo; agora representa 30%, pelo excesso de Ministros –, mas, na realidade, não saiu uma linha nos jornais, a não ser no dia da posse. Ninguém se incomodou com

isso, é como se dissessem: este Governo já acabou, esses Ministros não vão acrescentar nada. E até o desafio a dizer – V. Ex^a que é um dos Senadores mais informados da Casa –, além do Ministro Tarso Genro, o nome de três Ministros novos, para que a população se informe pouco a pouco quem eles são. A minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concorde em gênero, número e grau com V. Ex^a, que tem precisões milimétricas nas suas intervenções. Mas o próprio Ministro Tarso Genro, no meu modo de ver, terá uma atuação sempre limitada. Ele é o elo de ligação entre o Governo e o Congresso.

Senador José Jorge, como é que o Sr. Tarso Genro pode defender o Governo, pode ser o Ministro da Articulação Política, quando a sua filha, que foi eleita pelo PT, hoje é militante atuante do P-SOL na Câmara dos Deputados e o argumento usados para justificar a sua saída é exatamente o mar de lama em que o PT se envolveu? Carece de autoridade o Ministro, numa hora como esta, embora reconheça que ele é um homem bem-intencionado. E deu prova disso quando, ontem, desautorizou a Líder do PT no Senado, recebendo, de maneira cavalheiresca, o Presidente da CPI, Senador Delcídio Amaral, desmoralizando, assim, o que foi dito aqui da tribuna.

Parabenizo o Sr. Tarso Genro por essa atitude.

Voltando ao caso do Piauí, o Governador Wellington Dias se esquece e falta com a verdade em seu pronunciamento, porque o orçamento, tradicionalmente, só era votado no ano seguinte. Quem impôs o cumprimento do calendário foi o então Presidente da Casa Senador Antonio Carlos Magalhães. Comemorou-se, inclusive, no Congresso, porque era um grande feito para o Congresso e para o Governo. Governo nenhum parou, governo nenhum deixou de atender aos programas e aos compromissos sociais assumidos.

Agora mesmo o Senador Romero Jucá anuncia investimentos de R\$16 bilhões para a área da agricultura.

O Governador diz aqui: “Como alguém que passou pelo Congresso como Deputado Federal, eu me sinto envergonhado com a situação. O Congresso não pode dar ao País o mínimo que qualquer parlamentar é obrigado a fazer, que é aprovar o Orçamento”. Balela, Sr. Governador! V. Ex^a passou por aqui no Orçamento, mas foi omissos e incompetente. Não se lembra sequer que tivemos, no Governo em que V. Ex^a era parlamentar, o Orçamento aprovado em abril ou maio. Volto a repetir, o Orçamento do qual V. Ex^a participou, mas os recursos que recebia mandou para outros Estados. Mais uma vez isso demonstra a sua desinformação com o que acontece lá e aqui.

É preciso que o Governador escute o que o Presidente da Comissão, o Senador Gilberto Mestrinho, diz com relação ao atraso da peça orçamentária: “O boicote partiu do Governo. O esvaziamento da Comissão nascia no Governo sistematicamente”. O Deputado Relator do Orçamento do ano anterior, Gilmar Machado, dizia de maneira ufanista que o Governo não estava nem preocupado em aprovar o Orçamento porque tinha R\$7 bilhões em cofre, de “restos a pagar”, e queria dar um banho de obras no País, em ano eleitoral, e o País seria administrado por duodécimos.

O Sr. Wellington Dias falta com a verdade quando diz que o Congresso foi convocado extraordinariamente, aquela autoconvocação, que foi uma arapuca, mas não diz que o Governo, que ele defende, mandou para cá noventa medidas provisórias para entupir a pauta e não permitir que o Congresso votasse e cumprisse com o seu dever. Aliás, Senador José Jorge, repetiu agora a mesma coisa com relação ao salário mínimo, que foi votado no Senado, mas emperrou na Câmara porque as medidas provisórias não permitiram o seu prosseguimento.

O PT está naquela velha teoria do Hitler, comandada por Goebbels, de que a mentira dita diversas vezes passa a ser verdade. É vergonhoso isso. O Governador tem de se dar respeito. Ele precisa dizer ao Piauí que não veio aqui para discutir recursos orçamentários para obras importantes, como o gasoduto ou como a ferrovia. Não se impôs perante o Governo Federal para pedir que a Transnordestina fosse iniciada em Eliseu Martins, começando pelo Piauí. Ele precisa dizer ao Piauí por que não cumpriu a promessa de 20 mil empregos no ano de 2005, com investimentos da Vale do Rio Doce. S. Ex^a precisa dizer por que não se senta com a Bancada federal para discutir o Orçamento e prefere o subterfúgio dos cochichos, muitas vezes pouco claros, para se apropriar indebitamente de emendas.

Não tem autoridade para falar do Orçamento da União. Porque o que o Piauí esperava, Senador José Jorge – e aí felicito Pernambuco de estar livre de ser governado pelo PT – era que S. Ex^a, ao ser companheiro – e já não sei se digo companheiro ou, diante das circunstâncias atuais, comparsas – do Governo Federal, recebesse um tratamento distinto para o Estado do Piauí, com verbas e investimentos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Levou o Presidente Lula para dar um mergulho no mar de Luís Correia, e o que ele fez ali? Reconheceu obras inauguradas há vários anos. E parece-me até que é uma vocação íntima, interna do Presidente da Repú-

blica e do seu Governo inaugurar obras da época da Revolução. Lá foi assim, com o aeroporto inaugurado no Governo Médici, o Campus Reis Velloso, também na época em que o piauiense era Ministro do Planejamento do Brasil.

Pare de brincar, Governador! O Piauí espera coisas sérias e concretas. Nós temos – e vou trazer isso no tempo oportuno – a coleção de jornais com as promessas...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, o tempo de V. Ex^a já esgotou há mais de cinco minutos. V. Ex^a quer mais uns cinco minutos? V. Ex^a é um grande orador e a Casa está sendo brindada com a presença de estudantes e professores, que não podem perder a oportunidade de ver a manifestação de um Senador de Oposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, mas quero dizer que a sua generosidade embota a minha inspiração.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer, Senador.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria que V. Ex^a fizesse um apelo da tribuna para que os companheiros Senadores da Base do Governo, principalmente do PT, comparecessem à sessão para que possam debater com V. Ex^a essas questões do Piauí, porque o que verificamos que o que estamos fazendo hoje aqui é um monólogo e esta é uma Casa de diálogo, de discussão, de debate. E se os companheiros do PT... Deve ter alguém de plantão, porque disseram que agora eles vão fazer um plantão. Não sei se V. Ex^a sabe quem é o Senador do PT que está no plantão do dia, mas, se não o do plantão, pelo menos algum que esteja em alguma dependência da Casa para que possamos fazer um debate, não um monólogo, porque, senão, os rapazes e moças da escola que estão aqui vão pensar que o Senado é uma Casa de monólogo e não de diálogo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Jorge, V. Ex^a está querendo que se obre um grande milagre. Nós não conseguimos trazer a Base do Governo ao plenário para discutir matérias importantes durante a semana, imagine na sexta-feira. Está todo mundo por aí, passeando em São Paulo! Aliás, é até melhor que não estejam aqui, porque, ultimamente, deixaram de ser Parlamentares e se transformaram em policiais, a quererem inibir e limitar a atuação do Congresso. O que estamos vendo aqui é isso.

Um dos maiores Líderes do PT, esta semana, passou dois dias em Brasília. E a missão dele foi anunciar a algumas pessoas que uma revista de circulação na-

cional traria, este fim de semana, matéria contra mim. Mais uma vez tentam me ligar ao nacionalmente conhecido e famoso caseiro, meu contrerrâneo do Piauí. Quero dizer ao “profeta” que prevê essa matéria que sou um homem com 25 anos de vida pública. Estou inteiramente aberto às acusações. Nada me atemoriza, nada me abate. “O que dá pra rir dá pra chorar. Questão só de peso e medida, problema de hora e lugar”, como diz Billy Blanco.

Sr. Senador José Jorge, V. Ex^a não sabe o quanto o Piauí tem sido penalizado pela infelicidade de ter cometido um ato de desatino, colocando para governar um parceiro do Planalto. Há dois anos, o Sr. Delúbio, o poderoso de então, foi recebido com tapete vermelho pelo Governador e lá anunciou obras.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Delúbio?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Delúbio Soares, tesoureiro do Partido. Anunciou obras e mais obras! Achei aquilo muito estranho: banquete, carro preto, batedores. Estranhei que aquelas promessas não tivessem sido feitas por Ministros, que são os responsáveis setoriais pela execução orçamentária. Não. Foram feitas pelo Sr. Delúbio! Espero que essas obras não tenham sido realizadas porque o dinheiro da arrecadação era o dinheiro nojento, podre, sujo do valerioduto.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Heráclito, pelo menos em Pernambuco, nunca houve essa tristeza de Delúbio indicar alguma obra. (Pausa.) Divulgo a chegada da nossa Líder, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Estado de V. Ex^a não é governado pelo PT.

V. Ex^a operou um milagre, Senador José Jorge!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – O milagre aconteceu!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Trouxe alguém do Governo para cá! Quero louvá-lo, quero parabenizá-lo por isso!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Foi graças a mim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Evidentemente! É claro que receberemos explicações sobre o relatório, sobre a maneira festiva com que o Senador Delcídio foi recebido no Palácio do Planalto ontem. A Nação precisa saber disso.

Sr. Presidente, espero que o Governador Wellington Dias se explique por essas acusações feitas ao Congresso em relação à questão orçamentária. Aliás, o Senador Romero, que entra no plenário, que é um dos homens que mais conhece o Orçamento e que acompanha a Comissão do Orçamento, pode dar o seu isento testemunho sobre se realmente é a Oposição que boicota, que adia ou que transfere a deci-

são da votação orçamentária ou se é a própria base do Governo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, apelo a V. Ex^a para que conclua. Dou-lhe mais um minuto, em ordem decrescente, para finalizar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

Fica aqui o meu registro e o meu protesto pela leviandade com que um governante se comporta, tentando confundir a opinião pública e jogá-la contra o Congresso Nacional. A esses falsos democratas, quero alertar para o que se sabe desde o começo da civilização: o Congresso, o Parlamento tem seus defeitos, mas ainda não foi descoberta uma fórmula melhor do que o seu funcionamento. Querer enfraquecê-lo ou querer fechá-lo é a primeira demonstração de má intenção; cercear suas atividades não é ação de alguém bem-intencionado.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há noite tão longa que, por fim, não encontre o dia. Acorda, Wellington Dias!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a pela Liderança, a Presidência informa que, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere, sem ônus, o **Requerimento nº 381, de 2006**.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela Liderança do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para deixar registradas algumas questões sobre o Orçamento.

Primeiro, destaco que o Senador Heráclito Fortes tem sido um grande aliado na luta de se buscar votar o Orçamento. Apesar de ser membro da Oposição, S. Ex^a tem colaborado, e entendo que a questão orçamentária transcende a disputa Governo-Oposição nesta Casa, porque os investimentos e os custeios previstos no Orçamento Federal beneficiam indistintamente, primeiro, a população brasileira; depois, Estados, inclusive os governados pelo PSDB e pelo PFL.

Pedi a palavra apenas para registrar que a intenção e a posição do Governo é buscar a votação do Orçamento. É claro que o Governo respeita e sabe que essa é uma atribuição do Congresso. Portanto, o

Governo não tem como interferir diretamente nesse assunto.

Na semana passada, pude participar de diversas reuniões no Palácio do Planalto com o Ministro Guido Mantega e com o Ministro Tarso Genro, exatamente para tratar da votação do Orçamento. A importância dessa votação é pleito do Governo, porque uma série de investimentos e uma série de ações não estão sendo realizadas, devido exatamente à não-votação do Orçamento. A posição do Governo é votar o Orçamento e colaborar para que a matéria seja votada.

Entendemos que ainda existem questões polêmicas que estão sendo tratadas, como a Lei Kandir e outros mecanismos que têm gerado um desencontro na votação. Isso também é natural na Comissão de Orçamento. Quem conhece sabe que é na Comissão de Orçamento que se realizam embates permanentes, porque é natural e salutar que cada Bancada, cada Estado queira levar investimentos para o seu Estado. Mas eu gostaria de reiterar a nossa intenção de votar, na próxima terça-feira, o Orçamento da União no Congresso Nacional.

Depois de muitos embates, já foi votado o Orçamento na Comissão de Orçamento, os destaques foram rejeitados e, portanto, cabe agora ao Plenário do Congresso a aprovação dessa peça, que está atrasada e que é importante seja aprovada, porque, tendo em vista a legislação eleitoral, muitas despesas que estão previstas no Orçamento só poderão ser realizadas até 30 de junho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência informa a V. Ex^a que o Presidente Renan Calheiros está atento a esse assunto e que a convocação já foi publicada. Será realizada uma sessão do Congresso Nacional na terça-feira, às 11 horas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT, e ao Senador Romero Jucá, Vice-Líder do Governo, que, atendendo ao meu apelo e ao do Senador Heráclito Fortes, compareceram ao plenário para que pudéssemos fazer o debate.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que desse como lido o pronunciamento que trouxe sobre a festa que o Presidente Lula deu para comemorar a reinauguração do Palácio da Alvorada. Muitas pessoas me perguntaram: “Será que

esse é o baile da ilha fiscal, que representa o final do Governo?” Outros me questionaram: “Será que esse é o baile do mensalão?” Na realidade, trata-se de uma festa de reinauguração. Fiz alguns pequenos comentários e gostaria de que V. Ex^a desse como lido o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a festa realizada ontem a noite para a reabertura do Alvorada, com o primeiro-casal, Lula e Marisa, recebendo convidados, não teve a badalação que se esperava num primeiro momento.

Ainda ontem teve gente que mandou até **press-release** por ter sido chamado. Leiam só jeca-tatutismo no texto que chegou ao **blog** do jornalista Fernando Rodrigues:

“Nesta quinta-feira (6-4) Presidente da CGT participa de cerimônia de entrega das obras de reinstalação do Palácio da Alvorada.

Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Sindicato dos Eletricistas de São Paulo (STIEESP); Antonio Carlos dos Reis, Salim, participa da solenidade, as 19 horas”.

Não é por nada, não. Afinal o Alvorada foi construído em 1958 e estava mesmo precisando de uma recauchutagem.

Mas há um detalhe:

– Fazer festa em época de crise é realmente confirmar que esse Governo que aí está não tem tempo para outra coisa a não ser flautear.

Portanto ontem foi dia da flauta maior. Os holofotes iluminaram os salões do Alvorada em época em que a escuridão é a tônica da atualidade brasileira.

Não é à-toa que ouvi ontem um comentário num grupo de amigos aqui em Brasília

O primeiro dizia

– Vai ser o Baile do Mensalão!

Será que a Musa do Mensalão vai comparecer lá?

E o outro acrescentou:

– Acho que é o “último baile não da Ilha Fiscal, mas seguramente da Era Lula!

Afinal, Senhor Presidente, o Presidente Lula, vive voando para lá e para cá como um dia desses para a Bahia, vai poder inaugurar o Palácio da Alvorada.

Já faz parte do anedotário Lulístico essa história de inaugurar o já inaugurado.

Sem dúvida não vai faltar placa dessa “inauguralulação.”

E aí fica criado o Neologismo para designar o de que mais gosta o Presidente do Quatriênio Perdido.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra à última oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

Comunico a V. Ex^a que dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, no máximo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha presença na tribuna no dia de hoje deve-se à comunicação de que participaremos de um evento daqui a pouco na sede da Embrapa, em que o Governo deverá anunciar o Plano Nacional de Prevenção da Gripe Aviária. Uma série de medidas foi adotada e está sendo implementada pelo Governo desde que esse assunto começou a preocupar a todos: Parlamentares; Ministros diretamente ligados ao assunto, como os Ministros da Saúde; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Agricultura; do Desenvolvimento Agrário; e, de forma muito especial, a nós, catarinenses.

Tenho trazido esse assunto à tribuna do plenário e às audiências públicas – inclusive, já foram realizadas duas delas no Senado Federal – para que seja tratado e, como catarinense, tenho tratado desse problema porque o Estado de Santa Catarina é o segundo maior produtor e o maior exportador de frango do Brasil. Estão alocados em Santa Catarina 21% dos empregos diretos do setor produtivo do frango. A cadeia produtiva do frango está completa em Santa Catarina: vai desde o pequeno agricultor, que, no sistema integrado com a agroindústria, faz o trabalho de produção do frango, às principais agroindústrias, como Sadia, Perdigão, Aurora e Seara, que estão sediadas no Estado. Também existe um sistema de transportes até o principal porto de exportação de frango do Brasil, em Itajaí, porque a produção está fundamentalmente centralizada no Oeste catarinense.

Portanto, toda essa cadeia de pequenos produtores, agroindústria, transporte e porto exportador está localizado em nosso Estado e, por isso, tenho acompanhado e trabalhado incessantemente para que as medidas, que já foram adotadas e ainda serão anunciadas no dia de hoje, possam ser rapidamente agilizadas.

Tive oportunidade de acompanhar as tratativas do setor empresarial catarinense que, desde o primeiro momento, teve receptividade por parte do Presiden-

te no seu retorno da Inglaterra. Sua Excelência, em Recife, teve oportunidade de conversar pessoalmente com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Alcântara Corrêa. Depois, quando esteve em Santa Catarina, tive a oportunidade de acompanhá-lo na conversa, naquele momento muito rápida, em que foi reiterado o pedido do setor produtivo catarinense.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minutinho, Senador José Jorge.

Tenho a convicção de que o ato de hoje na Embrapa já é uma resposta efetiva ao pleito, porque, serão anunciadas todas as medidas de prevenção e preparação dos técnicos para fazerem o monitoramento, e as medidas econômicas já adotadas, como é o caso dos 300 milhões, anunciados há algumas semanas, de empréstimos do Governo Federal para estocagem do milho. Como não existe a possibilidade legal de fazerem empréstimo para estocagem da carne, os próprios agricultores, por tabela, fazem-na com o empréstimo para o milho, o que traz um alívio para esse setor que está sendo afetado pela diminuição da exportação.

É muito importante ressaltar que não há qualquer risco de contaminação das aves brasileiras. Estão sendo bem monitoradas as correntes migratórias das aves, que trazem algum risco de contaminação, e a estocagem do remédio preventivo, para qualquer eventualidade, já foi feita pelo Ministério da Saúde. No entanto, a consequência disso para o Brasil é a diminuição da exportação, que já afetou o setor. Em Santa Catarina, isso já foi constatado, assim como em vários outros cantos do Brasil, e, infelizmente, precisamos de medidas complementares. Uma delas, pedida pelos empresários, foi que houvesse divulgação da qualidade da carne do frango brasileiro.

Senador Gilvam, reitero o convite aos que não tiverem outra atividade na hora do almoço para que participem da solenidade de hoje, em que será servida uma galinhada. O Presidente da República, os Ministros e uma série de convidados do setor produtivo estarão participando da divulgação dos atos e também da galinhada.

Eu não posso parodiar porque poderão achar, Senador José Jorge, que eu estou fazendo propaganda, mas essa é uma forma de se demonstrar, inequivocamente, que o frango brasileiro é sadio e que, portanto, o seu consumo não causa qualquer tipo de preocupação ou risco.

Ouçõ o aparte do Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a está abordando um assunto importan-

te, ou seja, as medidas contra a gripe aviária, mas eu gostaria de aproveitar o seu discurso, já que está falando a respeito de milho e de alimentação, para lhe perguntar se vai haver alguma medida em relação aos transgênicos. Como está a situação dos transgênicos em relação à questão da produção do frango? Quero saber se o Governo já formalizou ou não o uso de produtos transgênicos, se é contra ou a favor e se vai haver alguma medida a esse respeito na reunião de hoje. Qual é a posição oficial do Governo em relação a isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não acredito, Senador José Jorge, que, no evento de hoje, haja alguma tratativa com relação a essa questão, até porque foi encerrada há poucos dias a conferência, realizada em Curitiba, que tratou do assunto e em que houve uma polêmica muito grande. O Brasil assumiu uma posição muito clara com relação à identificação, nas embalagens, dos produtos transgênicos. Isso se transformou num impasse e causou uma controvérsia bastante grande, o que fez com que a conferência não trouxesse o resultado que estávamos aguardando para a atuação conjunta de todos os países. Então, não acredito que na atividade de hoje haja alguma especificidade com relação a isso, até por conta dessa controvérsia quanto à posição muito clara do Brasil e porque o resultado da conferência não foi acolhido por todos os países.

Eu gostaria de voltar ao assunto anterior porque entre as principais reivindicações feitas pelo setor empresarial catarinense há a que considero a mais importante das medidas para que se resguarde a potencialidade do setor exportador de frango brasileiro, que afeta de forma muito especial o meu Estado e o Sul do País. Trata-se da reivindicação de regionalização sanitária da avicultura, que já existe para o caso do gado bovino. Hoje, estamos sofrendo e a solução para isso é que os Estados que possuem o certificado livre de aftosa sem vacinação, como Santa Catarina e várias regiões do País, no caso de ocorrer um caso de aftosa como o que aconteceu no Pará, não tenham prejuízo, tendo em vista a extensão do nosso Território.

Então, o que se está pedindo – e não tive resposta se a medida será anunciada – é a implementação de uma regionalização sanitária da avicultura, ou seja, a possibilidade de haver certificados regionais, porque não se pode admitir que haja problemas, num País com as dimensões do nosso, por exemplo, alguma contaminação no Norte ou no Nordeste que acabem por afetar o Sul, ou o Sudeste, ou qualquer outra Região. Esta é uma das reivindicações mais fortes do setor produtivo. Esperamos, efetivamente – estamos, todos, com muita expectativa –, que as medidas anun-

ciadas possam contemplar esta reivindicação que, do meu ponto de vista, é central, dadas as dimensões e a maneira como cada um dos Estados tem possibilidades e potencialidades de enfrentar, de forma diferenciada, qualquer risco. Estamos todos nos armando, e o próprio Governo Lula está adotando todas as medidas necessárias, para que não haja qualquer ocorrência no nosso País. A demonstração inequívoca está em nosso frango saudável, bom, gostoso. Inclusive, por conta da crise, o povo brasileiro está tendo a oportunidade de comer muito mais frango, porque o preço, no mercado interno, diminuiu de forma significativa, o que é muito bom para que mais pessoas possam consumir a carne de frango. Mas, em termos de economia brasileira, precisamos equacionar a situação da diminuição das exportações.

Como já tive a oportunidade de comentar no aparte feito ao pronunciamento do Senador José Jorge, estamos aguardando – inclusive a promessa foi publicada em vários jornais de hoje – que, nos próximos dias, a Rússia possa levantar o embargo às carnes de Santa Catarina, reproduzindo o que já foi feito no Rio Grande do Sul. No caso de Santa Catarina, a suspensão do embargo é algo que afeta positivamente toda a questão da exportação do frango catarinense.

Apesar de uma semana muito tensa, muito intensa, muito controversa, fiquei aqui porque este assunto e a solenidade de hoje são de relevância para o País e para o Estado que, com muita honra, represento nesta Casa. É até uma forma de podermos cacifar e realçar o trabalho muito articulado e integrado que temos buscado desenvolver junto aos setores produtivos catarinenses. Tive a honra de participar de vários eventos e pleitos levantados inicialmente pelos setores produtivos do meu Estado – este, da gripe aviária, é um deles –, com suas propostas e reivindicações. O outro, que também foi encabeçado pelo setor produtivo catarinense, refere-se à construção civil. Hoje, os jornais colocam resultados de medidas que foram adotadas recentemente pelo Governo Lula, e uma delas, talvez a mais importante, foi exatamente capitaneada pelo setor da construção civil catarinense, que foi o pleito da cesta básica dos produtos da construção civil. Essa desoneração tributária, que foi realizada há poucos dias, já tem o seu resultado divulgado nos jornais. Apenas reproduzo a manchete de um dos principais jornais: “Construção civil se recupera e contrata 36 mil trabalhadores no bimestre, e o setor espera crescimento de, no mínimo, 5,1% este ano, apesar do calendário eleitoral”. Isso se deve exatamente às medidas capitaneadas, tais como a desoneração tributária nos principais produ-

tos da cesta básica dos materiais de construção e à ampliação significativa do crédito para a construção, destinado à população de baixa renda, que tem de ter subsídio. Volto a dizer que houve uma atuação de excelente qualidade operacional e gerencial da Caixa Econômica na ampliação do crédito habitacional para a população, de maneira geral, e, de forma específica, para a classe média, que, ao ter acesso ao crédito para a construção, aquece esse mercado de trabalho, que teve uma recuperação enorme com a contratação de quase 40 mil trabalhadores em apenas um bimestre. Não poderia deixar de realçar essa boa articulação e também o forte aspecto empreendedor – que é muito forte em Santa Catarina – que, nesses casos, tiveram resultados positivos para todo o Brasil, tanto em relação às medidas adotadas quanto à gripe aviária como também nas relativas à construção civil.

Agradeço a V. Ex^a, Presidente Gilvam Borges, a possibilidade de eu ter me alongado um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Antero Paes de Barros, Luiz Pontes, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Caixa abriga afilhados de PT e aliados”, publicada no jornal **O Globo** do último dia 28 de março do corrente.

A matéria destaca o claro aparelhamento do Estado promovido pelo governo petista destacando, nesse caso específico, a Caixa Econômica Federal. O governo não se conteve, criou vários cargos e dividiu diretorias, literalmente inventando postos para abrigar afilhados e aliados do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Caixa abriga afilhados de PT e aliados

Mattoso criou duas vice-presidências para acomodar apadrinhados do PMDB

Regina Alvarez e Geralda Doca

• **BRASÍLIA.** Utilizada por diversos governos para abrigar afilhados políticos, a Caixa Econômica Federal teve esse papel reforçado no governo Lula. Dos 11 cargos de vice-presidente, sete são ocupados por militantes do PT ou indicados de aliados. Na gestão de Jorge Mattoso foram criadas duas vice-presidências para acolher apadrinhados do PMDB, depois da crise desencadeada com as denúncias de tráfico de influência na renovação do contrato da Caixa com a Gtech na área de loterias. O estatuto da Caixa não exige que esses cargos sejam ocupados por funcionários de carreira, apenas as superintendências.

Indicado para o cargo pela ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, Mattoso montou a diretoria com assessores e indicados da ex-prefeita e um sindicalista. E acomodou apadrinhados de aliados, como o vice-presidente de Logística e Gestão de Pessoas, Carlos Alberto Cotta, indicado pelo então presidente do PTB, Roberto Jefferson. Depois que Jefferson rompeu com o governo, Cotta saiu do PTB e foi apadrinhado pelo ministro do Turismo, Mares Guia (PTB-MG).

Para dar espaço a Clarice Copetti, ligada ao PT do Rio Gran-

de do Sul, Mattoso desmembrou a vice-presidência de Logística, que abrangia a de Tecnologia, e deu a ela o cargo de vice-presidente. Ela também trabalhou com Marta Suplicy e é casada com César Alvarez, assessor especial de Lula. Outra vice-presidência criada foi a de Crédito, ocupada por Francisco Pelúcio Martins, indicado pelo PMDB.

Atual diretor comandava greves no governo de FH

João Carlos Garcia, diretor de Segmentos e Distribuição, e Jorge Fontes Hereda, diretor de Desenvolvimento Urbano, também são ex-colaboradores da prefeita. Carlos Augusto Borges é um sindicalista ligado ao PT, que no governo de Fernando Henrique presidia a Federação Nacional dos Economiários e liderava as greves da Caixa. Ele é diretor de Transferência de Benefícios e foi citado no escândalo da Gtech.

O cargo de vice-presidente de Negócios e Serviços Bancários, ocupado por Fábio Lenza, também foi criado para acomodar apadrinhados do PMDB. O assessor especial de Mattoso, Ricardo Ricardo Schuman, era da presidência da Cohab, na gestão de Marta. Ele deixou a mulher em seu lugar. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo da **Folha de S. Paulo** de 29 de março do corrente, de autoria do jornalista Plínio Fraga, intitulado “A esperteza embute a mentira”.

O autor retrata que o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mentiu até o seu último momento no governo. Segundo o autor, “um homem cordato, de tom de voz baixo, bom articulador, sonhava suceder Lula em 2010. Foi derrubado por um caseiro, em sua simplicidade crua: ‘confirmo até morrer’, resumiu

Francenildo dos Santos Costa, ao ratificar na CPI sua afirmação de que o então ministro freqüentava a casa do lobby em Brasília”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A esperteza embute a mentira

RIO DE JANEIRO - O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho mentiu até no seu último momento no governo. Homem cordato, de tom de voz baixo, bom articulador, sonhava suceder Lula em 2010. Foi derrubado por um caseiro, em sua simplicidade crua: "Confirmo até morrer", resumiu Francenildo dos Santos Costa, ao ratificar na CPI sua afirmação de que o então ministro freqüentava a casa do lobby em Brasília.

A carta que Palocci enviou a Lula em sua saída tem uma esperteza, que, como tal, quase sempre embute uma mentira. "Quero esclarecer, senhor presidente, que não tive nenhuma participação, nem de mando, nem operacional, no que se refere à quebra do sigilo bancário de quem quer que seja", escreveu Palocci.

"Reafirmo ainda que não divulguei nem autorizei nenhuma divulgação sobre informações sigilosas da Caixa Econômica Federal", argumenta arditosamente Palocci.

Jorge Mattoso, presidente defenestrado da CEF, disse que entregou pessoalmente ao ministro o extrato do

caseiro em um encontro de cinco minutos na casa de Palocci em Brasília.

O ardil da carta do ex-ministro é dizer que recebeu a informação, mas não a repassou para a imprensa, quando se configura a quebra de sigilo. Pelos depoimentos à Polícia Federal, cinco pessoas tiveram acesso ao extrato, quatro da CEF e uma da Fazenda, sendo esta o próprio Palocci.

O jornalista Marcelo Netto, principal assessor de Palocci, é apontado como suspeito de ter passado o documento à revista "Época". Como não recebeu o extrato da CEF, é plausível que o tenha obtido pelo próprio ministro. Por sua carta, Palocci quer dar a entender que seu braço direito agiu à sua revelia. É duro acreditar nisso.

Marcelo Netto era o principal parceiro do projeto presidencial do ex-ministro. Agia sintonizado com o "chefe". A carta a Lula leva a assinatura de Palocci, menos pela tinta que imprime seu nome no papel do que pela capacidade de torturar os fatos com as cores róseas da mentira até no último suspiro de afogado.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "Alckmin decola", publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 22 de março do corrente.

A reportagem faz um balanço prévio sobre a candidatura do Governador Geraldo Alckmin à Presidência da República. Afirma que o principal tema de debate em sua campanha será a atitude ética que vai procurar implementar no novo governo.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES

Com estratégia definida, contas otimistas e ataques a Lula, o candidato tucano alça seu primeiro vôo a Brasília

ALCKMIM

DECOLA

Por MARCO DAMIANI

As duas turbinas Rolls-Royce foram acionadas exatamente à uma e quarenta e três da tarde da quinta-feira 16. Acomodado à poltrona do jatinho HS-125 que há 20 anos serve os governadores paulistas, Geraldo Alckmin iniciava naquele instante uma decolagem para Brasília diferente de todas as outras que já fizera. Quarenta e oito horas antes, ele fora ungido como candidato a presidente da República pelos chefes do principal partido de oposição ao governo – e de cara se veria frente a frente com o homem a ser batido. **“Não tenho nada para falar com Lula”, disse à reportagem de ISTOÉ, que o acompanhou com exclusividade na viagem.** Sorridente, quase exultante, Alckmin arquivou provisoriamente o sorriso toda vez que falou sobre o presidente. “Ele fez

um governo sofrível e não tem mais um sonho. Agora quem vai falar é o povo.” O que se veria na capital federal, duas horas depois, fugiu ao plano traçado no avião, mas não por vontade de Alckmin. Ele já havia deixado o Supremo Tribunal Federal, onde assistiu à posse da presidente Ellen Gracie, sem ter apertado a mão de Lula. Assessores do presidente, no entanto, o chamaram para voltar atrás. Concedeu, mas, na foto, sorriu amarelo.

Aos 53 anos de idade e 34 de atividade política, Alckmin não está disposto a mudanças de rota para chegar aonde quer. Em sua cabeça, já desenhou o mapa da vitória. Recursos não serão problema. Seus estrategistas estimam gastos que podem chegar a R\$ 50 milhões até outubro. Com apoiadores do naipe do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que lhe declarou o voto na semana passada, e de entidades como a Fiesp, os tucanos estão certos de cumprir a

Tucanos calculam em R\$ 50 milhões o custo da campanha presidencial de Alckmin

meta financeira. Com essa retaguarda, o candidato, desde já, está livre para fazer apenas as contas dos votos. **"Começo por onde sou menos conhecido", diz. Da escala oficial vespertina em Brasília, Alckmin cumpriu à noite mais três horas de voo até Belém, no Pará.** Ali passaria a sexta-feira 17 a convite de entidades assistenciais que se espelham no modelo de parceria público-privada que ele implantou em São Paulo. O quadro eleitoral da região, o próprio candidato se encarregou de checar, antes mesmo de aterrissar na capital fede-

ral, com seu convidado a bordo Almir Gabriel. "Como está o Amazonas?", perguntou Alckmin ao ex-governador do Pará. "E o Maranhão? Roseana [Sarney] é mesmo forte?" Nem bem ouviu a resposta, emenda: "Temos bem no Piauí?"

Essas dúvidas ele pretende dirimir *in loco*. Seu comando de campanha, que terá paulistas como homens-chave, contará com grande influência dos governadores que o apoiaram contra José Serra na luta interna pela indicação no PSDB. "Vamos dividir a popularidade de Lula no Nordeste, montando palanques fortes para Alckmin, com a certeza de que ele vai fazer o resto do serviço no Sul", conta o governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima. Têm-se, no Nordeste, 40 milhões de votos – ou 27% do eleitorado – e os maiores índices de popularidade de Lula.

PRIMEIRA VITÓRIA Na terça-feira 14, o governador dobrou a cúpula tucana, tornou-se candidato e ainda fechou acordo com o prefeito José Serra

Nada suficiente, porém, para abalar a confiança do candidato tucano. Diante da reportagem de ISTOÉ, Alckmin volta a sorrir ao manipular os números eleitorais que podem ser juntados até aqui. Afirma que esperava, a essa altura, ter apenas um dígito entre as intenções de voto. E faz uma rude comparação para mostrar sua sinceridade. "Dos nomes colocados, os únicos que nunca disputaram uma eleição nacional somos eu e o [Germano] Rigotto", lembra. "Ele tem dois por cento. Eu, 20 por cento."

– O carisma de Lula o assusta?

Uma rápida olhada para o aparelho de GPS instalado à direita de sua poltrona favorita, e rapidamente o governador rebate: **"Neste país de 190 milhões de habitantes, esses comícios que ele faz não representam absolutamente nada", desclassifica.** "O que preocupa é o uso da máquina, a falta de ética. É por isso que eu vou dar um banho de ética nesta eleição." Nem mesmo a contabilidade de que Lula teria hoje, segundo o Ibope, o dobro de suas intenções de voto causa turbulências em suas convicções. "Em São Paulo, onde há muito voto, meu governo tem 65 por cento de aprovação. O dele tem uns 30 por cento."

Alckmin, a essa altura, não parece interessado em ter o povo na rua ao seu lado. Faz parte de sua estratégia cumprir rigorosamente dois prazos legais: o da desincompatibilização do cargo de go-

“O POVO CANSOU DE SER ENGANADO”

Em dois momentos – no voo entre São Paulo e Brasília e, em seguida, no carro que o levou do aeroporto à sede do STF – Geraldo Alckmin falou com exclusividade a ISTOÉ:

ISTOÉ – *O sr. abriu a campanha falando em tradição, família e propriedade. É a busca do voto conservador?*

Geraldo Alckmin – Minhas declarações foram tiradas completamente do contexto, um negócio que eu nunca vi. O que eu disse é que a Nação são as pessoas, a família, o idioma, a memória dos que morreram, a esperança do futuro. Vocês ainda não me conhecem bem. Fui do MDB em 1972, o Manda Brasa, debaixo de ditadura braba. Éramos um grupo de apenas 12 vereadores do partido, contra 300 da Arena, e eu estava lá, lutando do lado certo.

ISTOÉ – *O sr. vai hastear a bandeira da segurança pública na campanha?*

Alckmin – Sim. Toda a legislação sobre segurança pública é federal. Vou defender o reforço da polícia de fronteira, para combater o tráfico de drogas e de armas, e do setor de inteligência. Educação será outro tema central.

ISTOÉ – *Lula promete a transposição de águas do São Francisco. O sr. concorda com a sua necessidade?*

Alckmin – Concordo, desde que seja feita a recuperação do rio. Mas até hoje é só papel e discurso. De obra mesmo, não tem nada. Aliás, há dezenas de obras paradas, paradinhas. Estradas, pontes, viadutos. Tudo isso custa caro. Como é que tem dinheiro para fazer obra nova se não tem dinheiro para concluir as antigas?

ISTOÉ – *O presidente tem o dobro de intenções de voto em relação ao sr. O que fazer?*

Alckmin – Nos comícios eletrônicos, pela televisão e pelo rádio, vou mostrar o que está acontecendo no País. Com Lula, sobra palanque e falta governo,

mas a situação brasileira está se agravando. O povo está cansado de ser enganado. Uma coisa é o discurso, outra é a ação. Nós temos 12 anos de realizações para mostrar em São Paulo.

ISTOÉ – *O presidente é carismático.*

Alckmin – O estilo é o homem. Eu não pretendo mudar o meu. Na minha eleição para o governo de São Paulo, os carismáticos perderam para mim. O povo cansou de bravatas, promessas, discursaria e demagogia. Nós estamos num outro mundo. Eu sou de uma nova política.

ISTOÉ – *O sr. acredita em definição no primeiro turno?*

Alckmin – Só se a eleição for plebiscitária, no que não acredito. Não há eleição fácil. Já disputei nove, emplaquei oito. A que perdi foi por um milésimo. A décima, vou ganhar.

“

Vocês não me conhecem.

Fui do MDB em 1972, o Manda

Brasa, sob a ditadura”

vernador, dia 31, e o de candidato oficial tucano, cuja convenção deve se realizar até 30 de junho. Viagens como a desta semana, a bordo do jatinho do governo, apenas para cumprir compromissos oficiais. Sua grande aposta está na televisão e no rádio. Ele acredita que começará a virar o jogo em agosto, com o horário eleitoral gratuito. E outra vez faz contas que lhe sorriem. Acredita que, com o PFL ao seu lado, terá metade do tempo de televisão disponível. Com sorte, no caso de o PT não firmar aliança com o PMDB, **isso lhe dará o dobro de espaço em relação a Lula, aposta.**

Com a certeza de que vai cumprindo com méritos sua missão, depois de deixar para trás na disputa tucana o prefeito Serra e, ao mesmo tempo, contar com ele como candidato à sua própria sucessão em São Paulo, Alckmin pede cinco minutos de pausa. Vai dormir depois de ter almoçado a bordo. É a senha para, na poltrona ao seu lado, o vice-governador Cláudio Lembo interromper suas histórias e gargalhadas sobre Jânio Quadros. Os cinco minutos de sono se estendem por 15. Alckmin abre os olhos e, pela janela, enxerga as primeiras imagens de Brasília. Acordou de um sonho e entrou em outro. ■

Colaborou Flôrencina Costa

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “A gênese da violação”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de março do corrente.

O artigo trata da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo sem a necessária autorização judicial. Segundo o jornalista, “o mandante do crime é a mentalidade que tomou conta do PT e, por extensão, do governo Lula”. Ainda de acordo com o jornalista, “Essa gente toda pisaria no pescoço da própria mãe

para poder manter a ‘boquinha’. Violar o sigilo de um caseiro, então, é fichinha”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo do jornalista Clóvis Rossi seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A gênese da violação

SÃO PAULO - Não, não foi o presidente da Caixa Econômica Federal ou algum gerente o responsável pela violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Um ou outro pode até ter sido o agente operacional, mas o mandante do crime é a mentalidade que tomou conta do PT e, por extensão, do governo Lula.

Vejamos qual é essa mentalidade, na descrição de Oded Grajew, ex-assessor especial de Lula, ainda seu amigo, velho e leal companheiro de viagem do lulo-petismo, hoje desencantado com os companheiros:

“Quando falo de concessões éticas, me refiro à cúpula do partido e ao pessoal do aparelho burocrático, para quem a política é um modo de vida, sua maneira de ganhar a vida”, diz Oded em “No Olho do Furacão”, coletânea de depoimentos de gente de esquerda, preparada por duas jornalistas britânicas também de esquerda, sobre o colapso do PT.

Completa Oded: “Quando alguém se converte em prefeito ou em senador, o cargo passa a ser sua carreira. Quer ser reeleito, porque necessita di-

nheiro para viver”.

Bingo. Oded poderia acrescentar a prefeito e senador toda a vastíssima gama de funcionários nomeados para os gabinetes dos vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores do PT, bem como a massa de contratados para postos nas prefeituras, governos estaduais e governo federal.

Ah, não esquecer dos cargos na máquina partidária. Se ser secretário-geral do PT rende um Land Rover, dado por uma empresa que faz negócios com o governo, imagine a perspectiva de ganhos que surge de ocupar um cargo no próprio governo, como, digamos, Waldomiro Diniz.

Essa gente toda pisaria no pescoço da própria mãe para poder manter a “boquinha”. Violar o sigilo de um caseiro, então, é fichinha.

Hoje, o “modo de vida” descrito por Oded é majoritário no PT. A militância autêntica e idealista ou acredita no conto do vigário da conspiração contra o lulo-petismo ou sai.

@→ crossi@uol.com.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A história oficial”, de autoria do articulista Fernando Rodrigues, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 29 de março do corrente.

O autor destaca que se tem uma coisa que funciona como relógio suíço dentro da administração federal do PT é o discurso concatenado de todos os ministros para proteger Lula em momentos de crise.

Tem sido assim no caso da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FERNANDO RODRIGUES

A história oficial

BRASÍLIA - *Se tem uma coisa que funciona como relógio suíço dentro da administração federal do PT é o discurso concatenado de todos os ministros para proteger Lula em momentos de crise. Tem sido assim no caso da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo.*

A história oficial do momento é singela. Lula, é claro, não sabia de nada. O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci teria conseguido enganar a todos. Ele falava e repetia que não tinha nada a ver com o caso de quebra do sigilo. Passou mais de uma semana recluso dentro do Palácio do Planalto. Reuniu-se com o grupo mais próximo de Lula e com o próprio presidente várias vezes.

Enfim, ninguém teria captado nas frases e nos olhares de Palocci algo que pudesse indicar uma mentira. O sistema de informações do governo também não teria obtido informações a respeito. Um grande ator, o ex-ministro. Até que, na segunda-feira, tudo veio abaixo, pois o então presidente da Caixa Econômica Federal resolveu contar que o sigilo foi mes-

mo quebrado e que uma cópia do extrato foi entregue a Palocci.

Nesse momento, segue a versão oficial da história, tomado de indignação, Lula demitiu o ministro.

Ministros repetem essa versão estapafúrdia sem a menor cerimônia. Julgam tratar apenas com nêscios ou portadores de afasia cerebral.

A parte mais surrealista da pantomima se deu ontem, dentro do Palácio do Planalto, na cerimônia de posse de Guido Mantega, novo ministro da Fazenda. Todas as homenagens foram para Palocci. Lula o chamou de “companheiro” e de “irmão”.

Na platéia, palmas e emoção dos ministros que continuavam a sustentar que Lula havia sido traído pelas mentiras contadas por Palocci.

É o governo do PT inovando mais uma vez. O presidente da República demite um ministro acusado de cometer um crime e de tê-lo traído. Na saída, faz uma cerimônia para homenagear o traidor. Tenha dó.

@ → frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Governo trava guerra sobre responsáveis pela violação”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 29 de março do corrente.

A matéria destaca que a queda de Antonio Palocci não encerrou duas questões que atazanam e põem em pé de guerra setores do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A primeira delas é a apuração das responsabilidades pela violação do sigilo e o esclarecimento de quem tomou conhecimento do assunto, ou teve acesso

aos próprios extratos violados. A segunda questão decorre da primeira: o grupo da Fazenda que caiu, ligado a Palocci, acreditar ter sido empurrado para o abismo por assessores palacianos e ministros influentes.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo trava guerra sobre responsáveis pela violação

...A SUISSA DE BRASÍLIA

A queda de Antonio Palocci não encerrou duas questões que atazanam e põem em pé de guerra setores do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A primeira delas é a apuração das responsabilidades pela violação do sigilo e o esclarecimento de quem tomou conhecimento do assunto — ou teve acesso aos próprios extratos violados.

A segunda questão decorre da primeira: o grupo da Fazenda que caiu, ligado a Palocci, acredita ter sido empurrado para o abismo por assessores palacianos e ministros influentes. Numa reação, tenta dividir com outros setores responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.

Essa guerra interna vem sendo travada longe dos holofotes, principalmente em torno de como se processou a divulgação dos dados da fracassada operação para ten-

tar desqualificar o depoimento do caseiro, que contradisse o ex-ministro Palocci sobre suas visitas à chamada “casa do lobby”.

Investigações

As investigações do governo e do PT sobre o caseiro começaram logo após a publicação da entrevista em que ele contradisse Palocci, no dia 14 de março, uma terça-feira.

Membros do governo obtiveram a informação de que uma suposta testemunha havia revelado que o caseiro teria recebido uma quantia volumosa de dinheiro.

Essa informação circulou entre ministros, dentro e fora do Palácio do Planalto, e parlamentares petistas. Um deles era o senador Tião Viana (PT-AC), que sempre citava um jardineiro de uma casa vizinha à usada pelo grupo de Ribeirão Preto (SP).

“Esse jardineiro disse que Nildo disse a ele que receberia uma bo-

lada para derrubar Palocci. Só que agora o jardineiro não quer falar”, comentava o senador pelos corredores do Congresso. O senador diz que soube apenas da informação sobre a existência da testemunha, mas não da operação que levou à quebra do sigilo bancário. Ontem, o caseiro confirmou a existência do jardineiro e disse que comentou com ele sobre a intenção de comprar um terreno (leia texto na pág. A7).

Com base nas informações supostamente obtidas do jardineiro foi montada a operação para quebrar o sigilo bancário do caseiro, divulgado pela revista “Epoca” em 17 de março. Ao longo daquele dia, ministros, assessores e senadores do PT disseram a jornalistas que viria uma “bomba” contra Francenildo.

Na mesma sexta-feira, a informação de que haveria uma revelação que comprometeria o caseiro circulou também no Palácio do

Planalto. Assessores do presidente negam que ele tenha tido conhecimento da quebra do sigilo bancário, mas essa versão circula entre alguns políticos de Brasília, ainda que sem comprovação.

Em depoimento à Polícia Federal, anteontem, o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso disse que entregou os dados do sigilo violado a Palocci na noite de 16 de março, uma quinta-feira. Mas não revelou a mando de quem o sigilo foi violado.

Os agentes da PF não acreditam na versão de Mattoso, de que ele teria mandado levantar os dados do caseiro depois de receber informação de dentro da própria Caixa sobre operações atípicas de Francenildo. A PF trabalha com a suspeita de que o dado foi transmitido à CEF por assessores do Ministério da Fazenda. O principal suspeito é o ex-assessor especial Marcelo Netto, que nega envolvimento no caso.

O CASEIRO NA BOCA DO GOVERNO

O que o Planalto e o PT disseram sobre a violação do sigilo

ANTES DO DEPOIMENTO

- Lula faz uma reunião para tentar abafar o depoimento do caseiro Francenildo, naquela dia à CPI dos Bingos. Fica decidido que Tião Viana entraria com habeas corpus na STF.
- Participaram do encontro: Marc Thomaz Bastos, Dilma Rousseff, Jaqu Wagner, Ciro, Palocci e Mercadante.

ANTES DA DIVULGAÇÃO

- Lula defende Palocci e faz duras críticas à oposição. “Resolveram mexer com a economia brasileira. (...) Devo muito, mas muito do que fizemos a um homem chamado Antonio Palocci.”

Antes da violação do sigilo

- Lula é questionado, à noite, se Palocci vai deixar o ministério e responde que “não”, movimentando os dedos.

“Quando tiver que falar, eu falo.”

A BOMBA

- **Folha do dia 18** revelou que o senador Tião Viana tinha circulado pelo Congresso dizendo a jornalistas: “Espere que vocês vão descobrir as motivações deste rapaz”.
- Senadores de oposição acusam petistas de “divulgar contatos de Francenildo”.

A VIOLAÇÃO DO SIGILO É DIVULGADA

A revista “Epoca” coloca à noite, em seu site, reportagem revelando que o caseiro recebeu R\$ 25 mil em sua conta. Caseiro e advogado dizem que o sigilo bancário foi violado. A Caixa informa que, se houve vazamento, abrirá investigação interna.

FRANCENILDO, A VÍTIMA

- Bastos se encontra com Lula e ministros. Decide-se que a PF vai abrir inquérito. “Essa quebra de sigilo é séria, precisa ser apurada e vai ser apurada”, diz Bastos.

PETISTAS ABREM FOGO

- Ideli Salvatti sugere que a divulgação do extrato tenha sido por descuido do caseiro. “Qualquer pessoa pode esquecer um extrato em algum lugar e alguém ver.”

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Oposição quer pedir punição da deputada”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 25 de março do corrente.

A matéria resume o sentimento dos parlamentares em relação à “dança da deputada”. O constrangimento foi geral, a repercussão não poderia ser pior. Realmente lamentável.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para re-querer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Oposição quer pedir punição da deputada

CYNTHIA GARDA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A dança da deputada Angela Guadagnin (PT-SP) no plenário da Câmara mobilizou cinco partidos, que se reúnem na próxima terça-feira para cobrar uma atitude do presidente da casa, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Guadagnin chocou eleitores ao comemorar com passos de dança e sorrisos a absolvição do deputado João Magno (PT-MG), acusado de receber dinheiro do valerioduto, na noite da última quarta.

PFL, PSDB, PV, PPS, PSOL querem fechar uma posição comum sobre o gesto da deputada. "Chegamos ao fundo do poço", disse o líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), que falou com Jutahy Júnior (PSDB-BA) e com Fernando Gabeira (PV-RJ): "Foi das piores imagens que já vi no Parlamento, se não foi a pior. Estamos no limite do nosso desgaste".

"Vamos exigir uma resposta com relação a esse ultraje da deputada", disse Gabeira: "O enredo é repugnante, e a coreografia foi grotesca". Segundo assessores de parlamentares, os e-mails da Câmara ficaram lotados de mensagens de repúdio de eleitores. "O melhor que ela faz é arrumar um emprego de dançarina do ventre", disse o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), referindo-se ao futuro político da deputada.

"Foi um escárnio, fiquei envergonhado", disse o vice-líder dos tucanos na Câmara, deputado Bismarck Maia (CE). Ele considera a dança um "deboche". Entre os parlamentares, a "dança da pizza" já é parte do debate sobre as próximas cassações. "Essa repercussão toda obviamente é muito ruim", disse Josias Gomes (PT-BA), acusado de envolvimento no "mensalão". Na

próxima semana, Gabeira vai propor que os partidos discutam uma estratégia para a cassação do deputado João Paulo Cunha (PT-SP): "Queremos fechar uma tática para evitar a vitória de João Paulo".

A defesa do voto aberto nos processos de cassação ganhou força depois dos "passinhos infelizes", maneira como o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) se referiu à dança. A Frente Parlamentar contra o Voto Secreto promete entregar a Aldo na próxima semana milhares de assinaturas pedindo votações abertas na Câmara.

"Todo mundo perdeu a vergonha, ninguém fica mais constrangido com sua própria postura", disse a deputada Maninha (PSOL-DF). Ela acha, porém, que a repercussão é maior por se tratar de uma deputada. "Se a Angela fosse homem e esse homem tivesse ensaiado passos no plenário, o caso teria outra dimensão", disse. Para o presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), a dança não foi um deboche, mas sim uma forma de comemorar a absolvição de um amigo: "Ela lutou muito por ele".

Em São Paulo, o prefeito José Serra (PSDB) criticou a deputada: "É um episódio que pode parecer engraçado, mas eu fiquei até triste de ver aquilo, já que estive por 16 anos no Congresso": "Estão comemorando a impunidade".

O governador Geraldo Alckmin classificou a dança de um "deboche contra a sociedade": "É lamentável o que temos visto no país nos últimos tempos".

Colaboraram a Sucursal de Brasília e a Reportagem Local.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Fazer a diferença”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **O Globo** de 2 de abril do corrente.

O ex-presidente, em seu artigo, mostra que o PSDB está preparado para “fazer a diferença” nas próximas eleições, para que “não repitamos a triste experiência do governo atual que apenas muda rótulos e gasta mais no mesmo”.

O GLOBO

Domingo, 2 de abril de 2006

**FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO**

Fazer a diferença

Precisamos mostrar à opinião pública que queremos criar outro espaço

A campanha eleitoral se precipitou. Ainda não está nas ruas, mas está nas inaugurações dos palanques federais. Em breve estará também nos palanques das oposições. No Congresso então, nem se fale: os governistas (quase que reduzidos apenas aos petistas) procuram desviar o foco das críticas e dos escândalos que as CPIs desvendam com o refrão “é jogo eleitoral da oposição”. Na prática são eles que estão fazendo tudo para que o debate eleitoral se precipite, com a esperança de que suas responsabilidades se dissolvam no alibi imaginário de que em tempo de eleições as palavras não valem. E como também — infelizmente não só graças aos governistas — os desvios de conduta comprovados na Comissão de Ética se esfumam nas votações do plenário, tem-se a impressão de que vivemos em tempo de indulgências, ainda que sem confissões e sem as bênçãos sacerdotais.

Neste clima morno de permissividade, agora que as oposições se preparam para a troca de guarda (bem-vinda!) e que o PSDB está com seus candidatos prontos para a decolagem, ou bem nos preparamos para fazer a diferença, ou seremos todos engolfados na onda de mesmice que assola o país. Há hora de brigar e hora de construir. Podem até ser simultâneas, mas uma não substitui a outra. E para que a opinião pública não confunda a briga com o espremeção dos que lutam pelo mesmo espaço, precisamos mostrar que queremos criar um outro espaço.

Tenho repetido nesta coluna e onde mais posso que há temas inescapáveis para quem se propõe a ser pólo de poder, como é o caso do PSDB. De tanto dizer, quase penso ser desnecessário relembrar; é preciso criar formas melhores de crescimento. Por certo, fazendo as reformas indispensáveis (e continuando a da Previdência) para que as taxas de juros possam cair. Não nos esqueçamos do controle do gasto público, sem cujo corte não haverá redução da carga fiscal, nem muito menos redução dos juros sem inflação. Recordemos que em época de economia globalizada um país exportador precisa melhorar e muito a infra-estrutura viária e portuária e que sem a parceria público/privado, garantida por agências reguladoras autônomas e competentes, não haverá recursos para tanto.

Do mesmo modo, sem a valorização de uma matriz energética condizente com a preservação do meio ambiente (ao alcance de nossas mãos graças à energia verde que produz o etanol, às reservas de gás e à capacidade da Petrobras), sem uma política de segurança pública corajosa e inovadora e, sobretudo (para não falar da reforma política), sem que prosigamos a revolução silenciosa que se havia começado na educação, deixaremos de fazer a grande diferença de tudo que aí está e não responderemos às expectativas de quem quer ver-nos renovando o país.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso seja considerado, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tomemos a educação, uma vez mais. O governo atual está se perdendo em uma discussão estéril sobre qual o melhor método de alfabetização e que no vos materiais didáticos devem ser produzido (discussão que tem por trás a briga acadêmica entre o método fonético de alfabetização e o construtivista) como se houvesse uma solução única ou se bastasse comprar mais material escolar para melhorar a qualidade do ensino. Despreocupou-se da qualificação do professorado — peça-chave em qualquer processo educacional —, deixou de lado a ênfase nas distinções de mérito na remuneração dos professores universitários, acabou com o Provão e está postergando decisões sobre a difusão dos instrumentos eletrônicos em nosso sistema educacional. Em alguns campos está mesmo promovendo um retrocesso histórico.

Ora, sem que se integre o uso do computador no cotidiano da vida escolar, sem que se incentive a circulação das informações e a educação interativa nas escolas, estaremos perdendo o momento para darmos o salto necessário da posição de um país atrasado educacionalmente para um país que generalizará não apenas o acesso ao ensino, mas que modificará radicalmente sua escola. Com os computadores, o modo de aprender e de produzir conhecimento passa a ser outro: amplia possibilidades. Mais ainda, o uso generalizado e competente dos computadores integra as crianças em redes mais amplas, reduzindo a exclusão social, e permite, em tese, maior democratização do conhecimento.

Isso não quer dizer que produzir máquinas e distribuí-las nas escolas seja a salvação da lavoura. Não. O importante é o software, é que tanto o professor como o aluno dominem o modo pelo qual as pessoas interagem eletronicamente aqui e além fronteiras, é que se apropriam com rapidez das idéias novas e resolvam com mais simplicidade as questões práticas e teóricas com as quais se defrontam. Não há milagres em educação: há boa formação, meios disponíveis e paixão para trabalhar. Mas até certo ponto, o meio condiciona os objetivos: o ambiente computacional quebra hierarquias rígidas e dá aos mais capazes mais chances para competir. Dessa forma ajuda a formar uma cultura mais democrática.

Neste momento os centros de decisão do país e aos meios de comunicação (a mídia e as empresas de telecomunicação) debatem o modelo de comunicação digital que será adotado.

Buscam saber quem produzirá os conteúdos a serem transmitidos, quais as consequências das escolhas e como se fará sua transferência de uns para outros meios de comunicação. Por que não transformar também em debate nacional questões como: que tipo de computador distribuiremos nas escolas quanto custarão, que acesso aos softwares haverá (mais livres ou mais comerciais), como se produzirão os conteúdos da nova educação, que treinamento daremos aos professores, como dotar cada criança de um laptop (existe, por exemplo, uma proposta do Laboratório de Mídia do MIT de fabricar computadores a cem dólares), que formação humanística e especializada terão os professores e como os estudantes acederão a ela? Enfim, como dar o grande salto que ainda não demos, preparando nossa juventude para o futuro.

Essas não são questões para campanhas eleitorais. Mas são questões que um partido sério, disposto a mudar o Brasil, precisa discutir com seus quadros especializados e com a sociedade para que amanhã, vencidas as eleições, não repitamos a triste experiência do governo atual que apenas muda rótulos e gasta mais no mesmo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “É uma vergonha!”, de autoria do jornalista Boris Casoy, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 28 de março do corrente.

O artigo faz uma dura e incisiva crítica ao governo do presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores. Usando como exemplo mais recente a tentativa de desqualificação das revelações do caseiro Francenildo Santos Costa que envolvem o ministro da Fazenda, Antonio Pallocci, o jornalista afirma que “tenta-se, a qualquer preço, desqualificar a testemunha para encobrir o óbvio. E o desespero da empreitada conduziu a uma

canhestra operação que agora o governo pretende encobrir, inclusive intimidando o caseiro”.

E diz mais: “Desde o início, este governo é envolvido na compra de consciências, na lubrificação da alma de órgãos de comunicação por meio de gigantescas verbas publicitárias e de perseguir os que lhe negam aplauso”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo do jornalista Boris Casoy passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

É uma vergonha!

BORIS CASOY

JAMAIS O Brasil assistiu a tamanho descalabro de um governo. Quem se der ao trabalho de esmiuçar a história do país certamente constatará que nada semelhante havia ocorrido até a gestão do atual ocupante do Palácio do Planalto. Há, desde o tempo do Brasil colônia, um sem número de episódios graves de corrupção e de incompetência. Mas o nível alcançado pelo governo Lula é insuperável.

Não se trata de um ou de alguns focos de corrupção. Vai muito além. Exibe notável desprezo pelas liberdades e pela democracia. Manipula a máquina administrativa a seu bel-prazer, de modo a colocar o Estado a favor de sua inesgotável sanha de poder. Um exemplo mais recente é a ação grotesca contra um simples caseiro, transformado em investigado por dizer a verdade depois de ser submetido a uma ação de provocar náuseas em qualquer stalinista.

Não se investiga o ministro Palocci, acusado de frequentar um “bunker” destinado a operar negócios escusos em Brasília e de ter mentido a respeito ao Congresso. Tenta-se, a qualquer preço, desqualificar a testemunha para encobrir o óbvio. E o desespero da empreitada conduziu a uma canhestra operação que agora o governo pretende encobrir, inclusive intimidando o caseiro.

Do presidente da República, sob a acusação pueril de dever muito a Palocci (talvez pela conquista do troféu dos juros mais altos do mundo e pelo crescimento ridículo do PIB), só se ouve a defesa pífia dos que não conseguem dissimular a culpa. A única providência das autoridades federais foi um simulacro de investigação, com a cumplicidade da Caixa Econômica Federal.

Todos os limites foram ultrapassados; não há como o Congresso postergar um processo de impeachment contra Lula. Ou melhor, a favor do Brasil.

O argumento para não afastar Lula, de que sua gestão vive os últimos meses, é um auto-engano! A proximidade das eleições faz com que o governo use e abuse ainda mais do poder. Desde o início, este governo é envolvido na compra

de consciências, na lubrificação da alma de órgãos de comunicação por meio de gigantescas verbas publicitárias e de perseguir os que lhe negam aplauso.

Outro argumento usado para não afastar Luiz Inácio Lula da Silva é a sua biografia, a saga do trabalhador, do sindicalista que chegou a presidente. Ora, aquele metalúrgico já não existe há muito tempo. Sua legenda enferrujou. Foi tragado por sua verdadeira figura, submetido a uma metamorfose às avessas.

As razões legais para o processo de impeachment gritam no artigo 85 da Constituição, que versa sobre os crimes de responsabilidade do presidente. Basta ler os seguintes motivos constantes

Lula seria o primeiro a sofrer impeachment não apenas pelos crimes de responsabilidade mas também por toda a obra

da Carta Magna para que o Congresso promova o processo de impeachment de Lula: atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo, contra o livre exercício dos direitos individuais ou contra a probidade da administração. Seguem alguns exemplos ilustrativos.

No “mensalão”, fato que Lula tentou transformar em um pecadilho cultural da política brasileira, reside um grave atentado contra o livre funcionamento do Congresso Nacional. A compra de consciências não só interferiu na vida do Poder Legislativo como também demonstrou a disposição petista de romper a barreira entre a democracia e o autoritarismo, utilizando a máxima de que os fins justificam os meios.

Jamais as instituições bancárias estatais foram tão agredidas. O Banco do Brasil teve seu dinheiro colocado a serviço de interesse escusos; a Caixa Econômica Federal também, demonstrando que o sigilo bancário de seus depósitos

foi posto à mercê da pilantragem política.

No escândalo dos Correios, mais que corrupção, foi posto a nu, além do assalto aos cofres públicos, um cuidadosamente urdido esquema de satrapias destinado a alimentar as necessidades pecuniárias de participantes da mesma viagem. Como costuma acontecer nesses casos, o escândalo veio à tona na divisão do botim.

Causa perplexidade, também, a maneira cínica com que o governo tenta se defender, usando todos os truques jurídicos para criar uma carapaça que evite investigações de suspeitas gravíssimas em torno do presidente do Sebrae, o generoso Paulo Okamoto, prólogo em cobrir gastos do amigo Lula — sem que ele saiba. Aliás, ele nunca sabe de nada...

Lula passará à história, além de tudo, como alguém que procurou amordçar a imprensa com a tentativa da criação de um orwelliano “conselho” nacional de jornalismo e com uma legislação para o audiovisual, que tentou calar o Ministério Público pela Lei da Mordaca e que protagonizou uma pueril tentativa de expulsar do país um correspondente estrangeiro que lhe havia agredido a honra.

Neste momento grave, o Congresso Nacional não pode abdicar de suas responsabilidades, sob o perigo de passar à história como cúmplice do comprometimento irreversível do futuro do país. As determinantes legais invocadas para o processo de impeachment encontram, todas elas, respaldo nos fatos.

Mas, infelizmente, na Constituição brasileira falta uma razão que bem melhor poderia resumir o que estamos assistindo: Lula seria o primeiro presidente a sofrer impeachment não apenas pela prática de crimes de responsabilidade mas também pelo ímpar conjunto de sua obra.

Boris Casoy, 65, é jornalista. Foi editor-responsável da **Folha** de 1974 a 76 e de 1977 a 84. Na televisão, foi âncora do TJ Brasil (SBT) e do Jornal da Record (Rede Record).

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Quem faz a cabeça de Alckmin”, da revista **Exame**, publicada em sua edição de 29 de março do corrente.

Na matéria o jornalista Sérgio Ruiz Luz comenta o trabalho do candidato Geraldo Alckmin para esboçar seu plano de governo. Alckmin vem se reunindo com especialistas dos mais diferentes setores, demonstan-

do que o seu principal objetivo é dar um choque e eficiência à gestão federal, adotando a política de redução dos juros e o equilíbrio das contas públicas.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil | eleições

Quem faz a cabeça de Alckmin

Grupo mais próximo ao candidato tucano prega queda dos juros, corte de gastos públicos e retomada da Alca

Sérgio Ruiz Luz

O CENÁRIO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS começou a se definir com a aposta do PSDB em Geraldo Alckmin para tentar retomar o poder federal. A sete meses do pleito, o governador paulista é o único candidato oficializado por um partido. A briga entre as facções do PMDB gerou um impasse que transformou a tentativa de realização de prévias do partido numa enorme batalha, com desfecho prometido apenas para junho — embora o ex-governador fluminense Anthony Garotinho tenha vencido uma consulta interna informal do PMDB, seu nome ainda precisará ser confirmado numa convenção partidária. Na seara petista, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua a rotina de transformar qualquer aparição pública num parlance eleitoral, mas ainda não assumiu oficialmente a candidatura.

Hoje, a grande questão em torno da campanha presidencial é o que, de fato, se passa pela cabeça de Geraldo Alckmin — sobretudo no que diz respeito à economia do país. Para esboçar seu plano de governo, o candidato vem se reunindo constan-

YOSHIKI NAKANO

Professor da FGV de São Paulo e um dos responsáveis pelo saneamento das contas do estado nos tempos de Mario Covas, é um dos economistas mais próximos de Alckmin e defende ideias como a adoção do déficit nominal zero.

XICO GRAZIANO

O agrônomo e deputado federal foi presidente do Incra no governo Fernando Henrique Cardoso. É um ferrenho crítico do modelo de reforma agrária implantado no Brasil nos últimos anos.

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS

Ministro das Comunicações do governo FHC, o economista tem sido consultado frequentemente por Alckmin. Prega uma mudança radical nas atuais políticas fiscal e monetária.

temente com especialistas dos mais diferentes setores. Embora ainda não tenha avançado além de propostas genéricas para os grandes temas nacionais, o perfil e as ideias dos homens mais próximos a ele fornecem boas linhas do que será o modelo Alckmin para o país. “Seu projeto é dar um choque de eficiência à gestão federal”, afirma um dos colaboradores mais próximos do governador, João Carlos Meirelles, secretário da Ciência,

Tecnologia e Desenvolvimento de São Paulo. Por ora, Alckmin tem ouvido economistas das mais diferentes tendências — desde estrelas como Pedro Malan e Armínio Fraga, os dois pilares econômicos do governo de Fernando Henrique Cardoso, até José Pastore, nome mais ligado ao PFL e especialista em relações trabalhistas. Nesses encontros, Alckmin tem se portado como um aluno aplicado. Faz várias perguntas aos “professores” e anota tudo num caderno, mas sem revelar

ARNALDO MADEIRA

Secretário da Casa Civil de Alckmin, é um dos principais articuladores políticos do governador.

JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES

Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Alckmin, o engenheiro será um dos principais coordenadores da equipe que irá elaborar o programa de governo do candidato tucano.

LUIZ GONZÁLEZ

Responsável pela campanha de Alckmin ao governo paulista em 2002, o jornalista sócio da produtora GW deve repetir esse papel em 2006.

RUBENS BARBOSA

Ex-embaixador do Brasil em Washington e Londres, tem sido interlocutor frequente de Alckmin e defende uma política diplomática mais técnica e econômica, em vez da linha política adotada pelo governo do PT.

Fundação Getúlio Vargas paulista, Nakano defende idéias como a adoção do déficit nominal zero, mecanismo que obrigaria por lei o governo federal a equilibrar suas contas em determinado período de tempo. Mendonça de Barros, por sua vez, é identificado como um economista da linha desenvolvimentista dos tucanos — que se opõe à ortodoxia da dupla Malan-Armínio. Depois de uma série de quatro encontros realizados nos últimos meses com Alckmin no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, Mendonça elaborou um documento com uma série de sugestões para a política de um possível governo tucano. “Não é nenhum plano eco-

nômico, é apenas a minha contribuição para iniciarmos um debate sobre os desafios e as oportunidades que se colocam no caminho brasileiro”, afirma ele.

A tese de Mendonça é que a economia nacional entrou num período virtuoso em consequência de um cenário externo favorável, responsável pela elevação de preço de várias commodities exportadas pelo Brasil, e de ajustes internos realizados nos últimos anos, que eliminaram problemas como o déficit em conta corrente. “Isso permite a adoção de políticas mais ousadas para estimular o crescimento”, diz ele. Entre outras medidas, Mendonça de Barros defende a flexibilização das metas de inflação para o país atingir uma taxa de juro real de 5% até 2009. “A inflação foi um problema grave do país, mas não pode virar um fantasma que nos assusta permanentemente, a ponto de perdermos a oportu-

aos interlocutores o que pensa sobre os assuntos debatidos. Entre os economistas a quem recorre com mais frequência estão Yoshiaki Nakano, ex-secretário da Fazenda do governo Mário Covas, de quem Alckmin foi vice, e Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações de FHC.

Nakano tem no currículo o saneamento das contas do estado de São Paulo, que zerou o saldo deixado pelas desastrosas administrações de Orestes Quêrcia e Luiz Antonio Fleury Filho. Seu trabalho é considerado um dos mais monumentais ajustes fiscais já realizados na história brasileira. Atualmente no quadro de professores da

runidade de pegar o vento favorável do cenário externo", diz o economista.

Alckmin não sinalizou ainda se irá aproveitar na íntegra as idéias de Mendonça. Em suas entrevistas e declarações recentes, o governador tem defendido uma agenda mais genérica. Se o candidato do PSDB tem um plano de país definido, por algum motivo, não deixou até agora que se tornasse público. Em suas prioridades para gerar um ambiente favorável ao crescimento econômico, incluem-se a queda

acentuada da taxa de juro e um substancial corte dos gastos públicos. (As duas medidas vêm no topo da lista de dez prioridades para o próximo governo, segundo 85 dos presidentes das maiores empresas brasileiras.) Instado a detalhar melhor seu projeto, Alckmin costuma usar como referência sua experiência à frente do governo paulista, quando conseguiu conciliar crescimento econômico com redução de gastos públicos e de carga tributária. Sobre política externa, o candidato tucano tem ouvido defensores de uma guinada radical em relação à que vem sendo adotada pelo governo petista. A prioridade é para temas como o estabelecimento de acordos bilaterais e a retomada de negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "Alckmin deve seguir uma linha mais pragmática, com menos retórica política e mais prioridade ao comércio", afirma o secretário Meirelles. Um dos especialistas consultados nessa área é Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington e Londres. Ele defende a criação de uma secretaria de comércio exterior, subordinada à Presidência da República, para comandar e coordenar o comércio brasileiro com outros países — uma forma de desvincular os interesses políticos defendidos pelo Itamaraty das necessidades mais imediatas do empresariado nacional.

Apesar da distância que o separa hoje de Lula nas pesquisas, Alckmin acha que conquistará novos eleitores à medida que a campanha tornar mais conhecidos no país os resultados da administração em São Paulo. Aos 53 anos, ele chega à disputa eleitoral depois de deixar o governo paulista com uma expressiva taxa de aprovação: de acordo com pesquisa recente do Datafolha, 69% dos paulistas consideram ótima ou boa sua gestão à frente do estado. Outro trunfo de Alckmin na batalha eleitoral

é o apoio do empresariado, conforme demonstrou em outubro do ano passado uma pesquisa do instituto Vox Populi realizada com exclusividade para EXAME. "Essa será uma campanha *sui generis* na história brasileira", diz Rogério Schmitt, analista político da consultoria Tendências. "Todos os candidatos poderão ser avaliados com base em sua folha corrida, ou na de seu partido, no poder."

A primeira pesquisa realizada após a escolha do candidato tucano confirma a noção geral de que a batalha de outubro tende a ser polarizada entre Lula e Alckmin. Segundo o mais recente levantamento do instituto Datafolha, o atual presidente é o franco favorito na disputa. Venceria o primeiro turno com 42% das intenções de voto, ante 23% de Alckmin, num cenário que considera Garotinho como o candidato do PMDB (ele tem 11% das preferências do eleitorado). No segundo turno, Lula ganharia do candidato tucano por uma diferença de 50% a 38%. Os números, todavia, retratam apenas parte da realidade. "O crescimento das intenções de voto em Lula não significa que ele se descolou dos escândalos políticos", diz o analista Ricardo Ribeiro, da MCM Consultores. Nos últimos dias, mais um problema nessa área despontou para incomodar Lula. Novas denúncias e ataques da oposição tornaram incerta a permanência de Antonio Palocci no Ministério da Fazenda. A primeira reação do presidente foi tentar defender Palocci — até o dia 20 de março, quando foi fechada esta edição, o ministro se mantinha no cargo. O efeito das notícias ainda não foi mensurado. "A esta altura do campeonato, não é possível dizer quem vencerá", afirma Murillo de Aragão, da consultoria Arko Advice. "O jogo de verdade ainda nem começou." ■

Com reportagem de Gustavo Paul

AS PRIORIDADES DO NOVO PRESIDENTE

Pesquisa de EXAME com 85 das maiores empresas do Brasil apontou quais são as dez medidas essenciais para melhorar o ambiente de negócios no país

- 1ª Redução da taxa de juro
- 2ª Corte dos gastos públicos
- 3ª Reforma tributária
- 4ª Reforma trabalhista
- 5ª Reforma da Previdência
- 6ª Ampliação dos investimentos em infra-estrutura
- 7ª Desvalorização cambial
- 8ª Definição de uma política industrial
- 9ª Maior integração com China, Rússia e Índia
- 10ª Redução da burocracia no comércio exterior

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a honra de receber a publicação “Resposta”, editada pelo Ministério da Saúde. Trata-se de importante referência na medida em que mostra o que o Governo Federal tem realizado, nos últimos vinte anos, para combater a AIDS. Sob a batuta do Ministro Saraiva Felipe, aquela Pasta tem dado continuidade a importante tarefa levada a cabo por diversas Administrações anteriores, que puderam, se não eliminar, ao menos por sob controle, essa enfermidade que assola, de maneira assustadora, a maioria das nações do mundo.

O Ministro, na apresentação de “Resposta”, afirma que o Brasil se tornou referência no combate à AIDS ao longo dessas duas décadas de existência do Programa. Relembra ele que data marcante foi o ano de 1997, quando o Brasil, contrariando poderosos interesses empresariais, teve a coragem de assegurar a atenção integral a todos os portadores do vírus HIV. Além disso, naquele momento, o Brasil surpreendeu a Comunidade Internacional ao provar que éramos capazes de dar continuidade ao Programa sem interrupções e sem deixar de prover os meios necessários ao atendimento médico de milhares de pacientes País afora.

Hoje, colhemos bons frutos do trabalho. Houve aumento significativo da expectativa de vida das pessoas vivendo com HIV ou AIDS. Em alguns casos, mais de vinte anos. Além disso, diminuiu-se o número de internações hospitalares, e a mortalidade causada pelo mal foi reduzida em até 50%.

Da mesma forma, aumentou a conscientização da população, em geral, sobre a doença. Inúmeros preconceitos foram deixados de lado. Passou-se a discutir abertamente o tema, e, principalmente, as pessoas passaram a adotar medidas preventivas, especialmente o chamado sexo seguro.

O resultado é claro. No início dos anos 1990, o Banco Mundial havia previsto que teríamos, em 2000, 1,2 milhão de pessoas vivendo com HIV e AIDS. Graças ao Programa do Governo Federal, o número, em 2000, e mantido em 2004, era de 600 mil. Redução e, posteriormente, estabilidade no número de infectados ou de pessoas doentes.

A ação do Governo Federal foi decisiva para esse quadro. Comparativamente, países que pouco ou nada

fizeram, como boa parte dos países africanos ou do Leste Europeu, estão enfrentando verdadeiras epidemias da doença.

A publicação “Resposta” é valiosa, ainda, ao mostrar diversas ações e medidas levadas a cabo pelo Programa Nacional contra a AIDS/HIV.

Um exemplo, entre muitos que gostaria de destacar, é a divulgação, em salas de aula, por todo o País, dos riscos das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente da AIDS. Iniciado em 2003, o projeto-piloto é importante para alertar a população de 13 a 24 anos sobre o risco da doença.

No Distrito Federal, o programa tem se mostrado extremamente bem-sucedido no processo de educação dos jovens. Em duas escolas – uma no Gama, outra em Taguatinga – o número de gravidezes precoces caiu de 80 para 8 por ano. Mostra de como tem se tornado mais comum o uso de preservativo.

Antes, em razão da falta de informação, os jovens eram vítimas fáceis de doenças sexualmente transmissíveis. Hoje, não apenas estão alertados, como também são capazes de repassar os seus conhecimentos sobre o tema para vizinhos, amigos e colegas do mesmo grupo social.

A publicação “Resposta” vem ressaltar o papel decisivo do Governo Brasileiro para tornar a AIDS uma doença controlável.

Temos, aqui, um exemplo da capacidade de nossa gente e de como, por meio de medidas decisivas, somos capazes de fazer deste um País melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, encerraremos os nossos trabalhos.

Em nome do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, desejamos a todos os jornalistas brasileiros paz e prosperidade.

Agradecemos a todos os servidores da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se segunda-feira, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006***(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
o § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.*

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25-4-2006

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006***(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil,*

novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26-4-2006

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006***(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28-4-2006

4**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005***(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que *institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.*

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006*(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)*

Relator revisor: Senador Osmar Dias.
Prazo final: 18-5-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005***(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004,

na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fito-*

genéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

16**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 21, de 2003)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº*

9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *alte-*

ra o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

21

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 5, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Dra. *Verônica Michelle Bachelet Jeria*, pela vitória nas eleições presidenciais no Chile, tornando-se a primeira mulher a assumir o comando do Executivo Chileno.

Parecer favorável, sob nº 295, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 14 minutos.)

(OS Nº 11987/06)

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288, ADOTADA EM 30 DE MARÇO DE 2006 E PUBLICADA NO DIA 31 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2006.” :

| CONGRESSISTAS | EMENDA NºS |
|------------------------------------|------------|
| Senador Alvaro Dias | 05 |
| Deputado André Figueiredo | 18, 24 |
| Deputado Antônio Carlos M. Thame | 10 |
| Deputado Arnaldo Faria de Sá | 16, 17, 28 |
| Deputado Carlos Souza | 09 |
| Deputado Edinho Bez | 22 |
| Deputado Eduardo Cunha | 08 |
| Deputado Fernando Coruja e outro | 21, 27 |
| Deputado Fernando de Fabinho | 03 |
| Deputado Ivan Ranzolin | 01, 02, 12 |
| Deputado Jair Bolsonaro | 23, 26 |
| Deputado João Fontes | 11 |
| Deputado Luiz Carlos Hauly | 13 |
| Deputado Luiz Carlos Hauly e outro | 25 |
| Deputado Marco Maia | 14 |
| Deputado Pauderney Avelino | 04 |
| Senador Paulo Paim | 15, 19, 20 |
| Deputado Renildo Calheiros | 29 |
| Deputado Sandro Mabel | 07 |
| Deputado Wladimir Costa | 06 |

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 029

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288, DE 30 DE MARÇO DE 2006. **MPV-288**
(Do Poder Executivo) **00001**

“Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006”.

EMENDA MODIFICATIVA Nº. _____/2006.
(Do Deputado Ivan Ranzolin)

O artigo 1º da Medida Provisória nº. 288, de 30 de Março de 2006, passa a ter a seguinte redação.

“Art. 1º. A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ocorrido de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), o salário-mínimo será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), percentual este também extensivo aos aposentados e pensionistas da previdência social.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa estender aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social os mesmos valores que serão aplicados ao salário mínimo a partir de abril de 2006.

A presente emenda é inspirada em sugestão da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina – FEAPESC, redigida nos seguintes termos:

Nós, aposentados e pensionistas, estamos cansados e indignados com os dirigentes de nosso país, pela forma desrespeitosa com que nos tratam.

Ter que implorar a cada reajuste do Salário Mínimo, que corrijam os benefícios da Previdência Social no mesmo índice, é uma vergonha.

Para corrigir essas anomalias queremos que Vossa Excelência imponha a sua autoridade exigindo que o índice de reajuste dos benefícios da Previdência Social seja, IDÊNTICO = IGUAL AO ÍNDICE APLICADO AO SALÁRIO MÍNIMO.

São estas razões que justificam a apresentação da presente emenda e que contamos com o apoio dos deputados e senadores para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 3 de Abril de 2006.



IVAN RANZOLIN
Deputado Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288, DE 30 DE MARÇO DE 2006. MPV-288
(Do Poder Executivo) **00002**

“Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006”.

EMENDA MODIFICATIVA Nº. ____/2006.
(Do Deputado Ivan Ranzolin)

O artigo 1º da Medida Provisória nº. 288, de 30 de Março de 2006, passa a ter a seguinte redação.

“Art. 1º. A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ocorrido de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), o salário-mínimo será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), percentual este também extensivo aos aposentados e pensionistas da previdência social que percebem vencimentos acima do salário-mínimo.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa estender aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social os mesmos valores que serão aplicados ao salário mínimo a partir de abril de 2006.

A presente emenda é inspirada em sugestão da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina – FEAPESC, redigida nos seguintes termos:

Nós, aposentados e pensionistas, estamos cansados e indignados com os dirigentes de nosso país, pela forma desrespeitosa com que nos tratam.

Ter que implorar a cada reajuste do Salário Mínimo, que corrijam os benefícios da Previdência Social no mesmo índice, é uma vergonha.

Para corrigir essas anomalias queremos que Vossa Excelência imponha a sua autoridade exigindo que o índice de reajuste dos benefícios da Previdência Social seja, IDÊNTICO = IGUAL AO ÍNDICE APLICADO AO SALÁRIO MÍNIMO.

São estas razões que justificam a apresentação da presente emenda e que contamos com o apoio dos deputados e senadores para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 5 de Abril de 2006.


IVAN RANZOLIN
Deputado Federal

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-288
00003

| | |
|---|---|
| Data | Proposição Medida Provisória nº 288/06 |
| Autor Dep. Fernando de Fabinho | nº do prontuário |
| 1. <input checked="" type="radio"/> Supressiva 2. <input checked="" type="radio"/> substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global | |

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 288, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 1º A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ocorrido de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$ 365,00 (trezentos e sessenta reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,16 (doze reais e dezesseis centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos).”

JUSTIFICATIVA

Pretendemos nesta emenda elevar o salário mínimo para R\$ 365,00. Entendemos que este é um valor factível fiscalmente e que trará benefícios sociais significativos para o povo brasileiro, principalmente aquele mais pobre que depende de transferências de renda originadas do poder público.

Sala das Sessões, em de de 2006


Dep. Fernando de Fabinho
PFL/BA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-288
00004

Data

Proposição

Medida Provisória nº 288 de 2006

Autor

Dep. Pauderney Avelino

nº do prontuário

1 ☒ Supressiva

2. substitutiva

3. modificativa

4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global**Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 288, de 2006, a seguinte redação:**

“Art. 1º A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ocorrido de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,70 (um real e setenta centavos).

”

JUSTIFICATIVA

A emenda que oferecemos ao exame desta Casa e da sociedade brasileira, ao estabelecer o salário mínimo de R\$ 375,00 reais a partir de 1º de abril de 2006, vai ao encontro de expectativa de grande parcela da população brasileira. Sabemos que o valor ainda está aquém das necessidades de muitos daqueles que recebem o salário mínimo, contudo, vai além do que o governo federal propõe pagar.

Sem nos determos no engodo que foram as promessas de campanha do presidente Lula, que prometeu dobrar o valor real do salário mínimo em seu governo, entendemos que o valor de R\$ 375,00 é um valor factível dentro do Orçamento Federal que se desenha para 2006. Assim, nossa posição é aquela que procura avançar um pouco mais nas possibilidades dessa importante política social, sendo ao mesmo tempo responsável fiscalmente.

Sala das Sessões, em de de 2006


Dep. Pauderney Avelino
PFL/AM

MPV-288
00005**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|---|--|-----------------|------------|------------------------|
| Data | proposição Medida Provisória nº 288, de 30/03/2006 | | | |
| SENADOR ALVARO DIAS <small>autor</small> | nº do prontuário | | | |
| 1 Supressiva | 2. substitutiva | 3. modificativa | 4. aditiva | 5. Substitutivo global |
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006, a seguinte redação:

"Art. 1º A partir de 1º de abril de 2006, o valor do salário mínimo será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)."

JUSTIFICATIVA

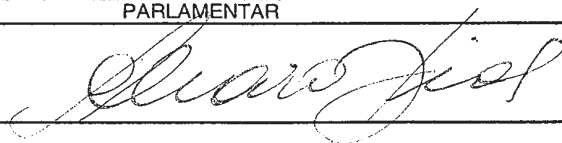
Quando o Presidente Lula foi eleito, em 2002, o salário mínimo era de R\$ 200,00. Na campanha eleitoral daquele ano, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva prometeu dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo em quatro anos: Segundo as palavras do candidato Lula, *"Isso não é compromisso de campanha, mas uma obrigação moral e ética que é colocar no mercado os milhões de desempregados que existem hoje no país"*.

No entanto, com um salário mínimo de R\$ 350,00 o presidente não terá cumprido a sua promessa da campanha eleitoral de 2002 de dobrar o valor real do salário mínimo até o final de seu mandato; muito pelo contrário, ficará bem distante disso.

Assim, a presente emenda visa a dobrar, pelo menos nominalmente, o valor do salário mínimo, numa tentativa de ajudar o Presidente Lula a explicar, em parte, o que havia prometido na campanha de 2002. Para cumprir a promessa, o governo teria que apresentar um mínimo de R\$ 560,00. Com o valor de R\$ 350, o mínimo teria um aumento real de apenas 25% (descontada a inflação) em quatro anos.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-288
00006Data
04/04/2006Proposição
Medida Provisória nº 288/2006Autor
Deputado WLADIMIR COSTANº prontuário
0231 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutivo Global

Página 01/01

Artigo 1º

Parágrafo
Único

Inciso

Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

O art. 1º e o Parágrafo único da Medida Provisória n.º 288, 30 de março de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ocorrido de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a **R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos)** e o seu valor a **R\$ 1,82 (um real e oitenta e dois centavos)**.

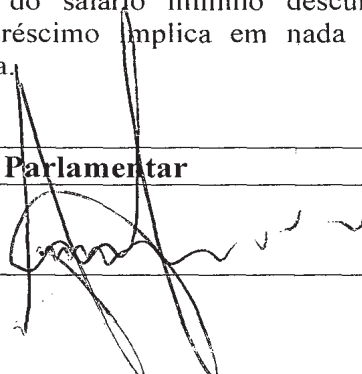
JUSTIFICAÇÃO

Os brasileiros trabalham à vida inteira contribuindo com o pagamento de impostos altíssimos, ficando assim prejudicados no orçamento familiar. Um pagamento de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), não suporta os gastos dos cidadãos.

Conforme preceito Constitucional é direito social do cidadão um Salário Mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo (C.F. Art. 7º, IV).

Deste modo, o valor atual do salário mínimo descumpre direito constitucional fundamental. Sendo assim, qualquer acréscimo implica em nada mais do que obediência a dispositivo previsto em nossa Carta Magna.

Parlamentar



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-288
00007Data
04/04/2006Proposição
Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006.Autor
Dep. SANDRO MABEL

Nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o seguinte artigo na Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006:

"Art. 1º - O salário mínimo será reajustado anualmente, a partir de 1º de abril de 2006, à proporção de no mínimo 10,41% acima da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Parágrafo único. O acréscimo de que trata o caput deste artigo será mantido até que o salário mínimo dobre o seu valor real com base naquele em vigor a partir de 1º de abril de 2006."

JUSTIFICATIVA

Antes da implantação do Plano Real, a política de fixação do valor do salário mínimo foi marcada, durante pelo menos três décadas, por uma sucessão de leis cuja premissa comum era a de indexá-lo à inflação passada e, eventualmente, definir algum tipo de regra de aumento salarial.

Embora o Plano Real tenha iniciado um processo de recuperação gradual do poder aquisitivo do menor piso legal de salários, as reposições praticadas foram tímidas e não conseguiram dar ao trabalhador as condições mínimas, determinadas na Constituição Federal que garantam seu sustento e o de sua família.

A política de fixação do valor do salário mínimo nos últimos anos tem se caracterizado pela ausência de uma regra preestabelecida. A cada data-base, o percentual de reajuste do menor piso legal de salários é fixado com base na inflação passada, nas estimativas para a inflação futura e na restrição fiscal imposta pelo impacto desse reajuste nas contas públicas. A adoção de uma regra fixa, para recuperação do valor real do salário mínimo, conforme proposta permitirá um melhor planejamento orçamentário, evitando, assim, que o seu reajuste fique limitado pelas restrições fiscais.

Considerando que uma grande parcela da população brasileira recebe até um salário mínimo, a entrada do aumento do valor real na economia permitiria um avanço de ordem econômico-social, garantindo a manutenção do poder de compra do trabalhador brasileiro reduzindo as desigualdades sociais do nosso país.

Brasília – DF 06 abril de 2006


SANDRO MABEL
PL/GO

MPV-288**00008****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**Data
04/04/2006proposição
Medida Provisória nº 288/2006autor
Deputado EDUARDO CUNHAnº de prontuário
3001 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutivo Global**Página 01/01****Artigo 1º****Parágrafo
Único****Inciso****alínea****TEXTO/JUSTIFICAÇÃO**

O art. 1º e o Parágrafo único da Medida Provisória n.º 288, de 30 de março de 2006 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ocorrido de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 300,00 (trezentos Reais), o salário mínimo será de R\$ 400,00 (quatrocentos Reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a **R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos)** e o seu valor horário a **R\$ 1,82 (um Real e oitenta e dois centavos)**.

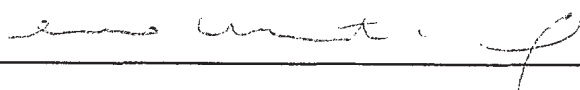
JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira anseia pela adoção de uma política salarial que atenda as necessidades básicas de sobrevivência da população brasileira.

Não é possível que assistamos passivos a execução de reajuste que não atendem as reais necessidades da população brasileira.

Desta forma, e ante a necessidade de resgatar o poder de compra real do valor do salário mínimo sugerimos um reajuste melhor, haja vista mostrar-se como medida de justiça social e igualdade de consideração.

PARLAMENTAR



MPV-288

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/04/2006

Proposição: Medida Provisória nº 288/2006

Autor: Deputado CARLOS SOUZA

Nº Prontuário: 037

☐

Supressiva

☐

Substitutiva

☒

Modificativa

☐

Aditiva

☐

Substitutiva/Global

Página: 01/02

Artigo: 1º

Parágrafo: Ún.

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória 288, de 30 de março de 2006.

"Art.1º Após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ocorrido entre 1º de maio de 2005 e 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 13,33 (treze reais e trinta e três centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,82 (um real e oitenta e dois centavos)."

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um piso salarial que possa ser considerado minimamente justo é um desafio que se põe há décadas no Brasil. Invariavelmente, argumentos que utilizam como pano de fundo o equilíbrio fiscal ou o controle inflacionário se interpoem às iniciativas mais ousadas no sentido de se implementar políticas de renda mais agressivas através de uma elevação real do salário mínimo, tendo como objetivo final o combate à pobreza e a redução da desigualdade de renda.

Recentemente, os pífios aumentos propostos pelo Poder Executivo vêm sendo sistematicamente justificados pelo impacto do salário mínimo nas contas da Previdência Social, despesas com seguro-desemprego, abono salarial, os gastos com LOAS e as folhas de pagamento das três esferas de governo. A rigor, a vinculação do piso salarial aos benefícios do sistema de seguridade, implica, de fato, é uma submissão do interesse público às conveniências do "mercado" as quais o Governo também se curva.

ASSINATURA

05/04/2006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/04/2006**Proposição:** Medida Provisória nº 288/2006**Autor:** Deputado CARLOS SOUZA**Nº Prontuário:** 037☐

Supressiva

☐

Substitutiva

☒

Modificativa

☐

Aditiva

☐

Substitutiva/Global

Página: 02/02**Artigo:** 1º**Parágrafo:** 1º**Inciso:****Alínea:**

Além disso, vale ressaltar que o aumento pretendido seria perfeitamente possível não fossem expedientes orçamentários utilizados pelo Poder Executivo, tais como a DRU – Desvinculação de Receitas da União –, que, somente das contribuições sociais, embolsa o montante de 37 bilhões de reais anuais, valor este que permitiria a elevação do salário mínimo para 440 reais. Ademais, a obtenção de superávits primários gigantescos, da ordem de 93,5 bilhões de reais, segundo dados consolidados do Banco Central, é responsável pelo estrangulamento do setor público, caracterizando o artifício pelo qual o Governo nega o aumento do salário mínimo em nome da credibilidade da dívida pública.

Por esta razão, entendemos ser de suma importância a apresentação de uma emenda que permita proporcionar uma mínima elevação real do poder de compra do trabalhador brasileiro, ainda que conscientes de que o valor de quatrocentos reais mantém-se insuficiente para prover condições rudimentares de sobrevivência digna para uma família.

Não obstante, cabe ao Parlamento se insurgir contra esta farsa da impossibilidade de maiores aumentos em função do equilíbrio fiscal, porque todos sabemos que as reais razões para tal residem na incapacidade política do Governo de enfrentar as prioridades que devem ser estabelecidas em benefício da maioria do povo brasileiro.

Neste sentido, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para corrigirmos esta distorção histórica e, portanto, para a aprovação da emenda que ora apresentamos.

ASSINATURA

05/04/2006

MPV-288
00010**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data
04/04/2006proposição
Medida Provisória nº 288 , de 30 de março de 2006autor
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MENDES THAMEnº do prontuário
3321 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****Alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se ao art. 1.º da Medida Provisória n.º 288, de 30 de março de 2006, a seguinte redação:

"Art. 1º A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006, a título de reajuste e de cem por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), o salário mínimo será de R\$ 560.62 (Quinhentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 18,68 (dezoito reais e sessenta e oito centavos) e o seu valor horário a R\$ 2,55(dois reais e cinquenta e cinco centavos)".

JUSTIFICAÇÃO

O reajuste do salário mínimo tem sido dado em função das disponibilidades financeiras que o Governo Federal tem alcançado em relação à arrecadação das receitas da União.

Esta emenda foi elaborada com base na promessa de campanha eleitoral do Presidente Lula de dobrar o poder de compra do salário mínimo até o final do seu mandato em 2006, em relação ao salário de 2002.

Neste sentido, o salário mínimo deverá ser de R\$ 560,62, ou seja superior à proposta, ora em discussão, pela presente MP 288 e a previsão constante da LDO para 2006. Assim, com vistas à viabilização da respectiva promessa de campanha, estamos propondo que o salário mínimo seja ajustado de R\$ 300,00 para R\$560,62 ajustado pela variação de inflação registrada com base no INPC e dobrado.

Sem quaisquer dúvidas, os reajustes se tornam viáveis, caso o governo redirecione sua política para o segmento da sociedade menos favorecido, mudando suas prioridades, tais como: transposição do Rio São Francisco, aumento da carga tributária, gastos com cartão corporativo, desvios de recursos públicos através do Valerioduto e outras ações nepetistas.

PARLAMENTAR



**EMENDA MODIFICATIVA À
MEDIDA PROVISÓRIA N.º 288, DE 2006
(Do Sr. João Fontes - PDT)**

**MPV-288
00011**

**Dispõe sobre o salário mínimo a
partir de 1º de abril de 2006.**

O Art. 1º da Medida Provisória n.º 288, de 2006, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. O valor do salário mínimo de que trata o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal fica estipulado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a partir de 1º de abril de 2006.

Parágrafo único. O valor do salário mínimo diário será fixado em R\$ 13,33 (treze reais e trinta e três centavos) e o seu valor horário em R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos).”

JUSTIFICATIVA

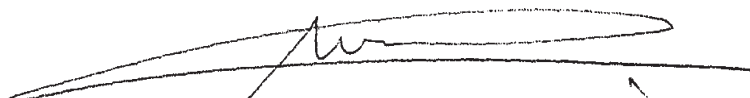
O reajuste do salário mínimo proposto pelo Poder Executivo segue o figurino das propostas que há várias décadas se apresentam tendo como horizontes limites orçamentários precisos e finanças públicas engessadas por políticas macroeconômicas submissas à necessidade de dar garantias a rentistas e, principalmente, investidores no mercado de títulos da dívida pública mobiliária federal interna.

O reajuste proposto pelo Poder Executivo no projeto de lei que encaminhou ao Congresso Nacional inclui um aumento real de cerca de 11,0% (onze por cento) de acordo com os indicadores do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), disponíveis para fevereiro de 2006. Considerando que orçaram em 25% os aumentos reais concedidos pelo Governo Lula nos três anos anteriores, o seu

total não deverá ultrassar o patamar de 36% durante todo o mandato para o qual foi eleito e bem distante de sua promessa de campanha de dobrar o seu valor real.

Considerando que os valores propostos estão bem distantes do que dispõe a Constituição Federal, propomos que o valor do salário mínimo seja de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a vigorar a partir de 1º de abril de 2006. Ao propomos esse valor o fazemos conscientes de que o "salário mínimo necessário" deveria ser pelo menos de R\$ 1.494,00 (um mil quatrocentos e noventa e quatro reais), observados os dispositivos constitucionais de e acordo com os últimos dados publicados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE.

Sala das Sessões, 06 de abril de 2006.



Deputado JOÃO FONTES
PDT-SE

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288, DE 30 DE MARÇO DE 2006. MPV-288
(Do Poder Executivo) **00012**

“Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º. de abril de 2006”.

EMENDA MODIFICATIVA Nº. ____/2006.
(Do Deputado Ivan Ranzolin)

O Parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória nº. 288, de 30 de Março de 2006, passa a ter a seguinte redação.

Art. 1º.
.....

§1º. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 11,67 (onze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,59 (um real e cinquenta e nove centavos);

§ 2º. O valor da aplicação do percentual previsto no caput é estendido a todos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, independente do valor do benefício.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa estender aos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social os mesmos valores que serão aplicados ao salário mínimo que vigorará a partir de abril de 2006.

A presente emenda é inspirada em sugestão da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina – FEAPESC, redigida nos seguintes termos:

Nós, aposentados e pensionistas, estamos cansados e indignados com os dirigentes de nosso país, pela forma desrespeitosa com que nos tratam.

Ter que implorar a cada reajuste do Salário Mínimo, que corrijam os benefícios da Previdência Social no mesmo índice, é uma vergonha.

Para corrigir essas anomalias queremos que Vossa Excelência imponha a sua autoridade exigindo que o índice de reajuste dos benefícios da Previdência Social seja, IDÊNTICO = IGUAL AO ÍNDICE APLICADO AO SALÁRIO MÍNIMO.

São estas razões que justificam a apresentação da presente emenda e que contamos com o apoio dos nobres pares da Câmara dos Deputados para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 31 de Março de 2006.



IVAN RANZOLIN
Deputado Federal

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-288
000132 DATA
04/04/20063 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 288, de 31 de março de 2.0064 AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR5 N. PRONTUÁRIO
4546
☐ SUPRESIVA 2- ☐ SUBSTITUTIVA 3- ☒ MODIFICATIVA 4- ☐ ADITIVA 9- ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL0
ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 1º da MP 288/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art... A partir de 1º de abril de 2006, o salário mínimo será de R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais).

§ 1º O valor previsto no caput será reajustado a cada ano a título de aumento real em percentual acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC para que assegure até 1º de janeiro de 2.007, a duplicação do valor real do salário mínimo vigente em 1º de maio de 2003.

§ 2º Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos) e o seu valor horário a R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos).

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a provar ao povo brasileiro a demagógica proposta de campanha do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva que ele sabia que não poderia cumprir, de duplicar o valor real do salário mínimo, mas que a usou com objetivo eminentemente eleitoreiro. Está e mais uma das muitas promessas não cumpridas do Governo LULA, para a qual propomos um reajuste real que possibilite o seu cumprimento, em benefício do trabalhador brasileiro.


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV-288
00014

Medida Provisória n.º 288, de 31 de março de 2006

Emenda n.º

Inclua no artigo 1º da Medida Provisória n.º 288 de 31 de março de 2006, o seguinte parágrafo primeiro renumerando o parágrafo único lá constante:

“Art. 1.º

§ 1.º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no art. 1º desta lei, na proporção:

I – 100 % (cem por cento) até 3 pisos previdenciários;

II – 75% (setenta e cinco por cento) acima de 3 pisos e até 5 pisos previdenciários;

III- 50 % (cinquenta por cento) acima de 5 pisos e até 10 pisos previdenciários;

IV- Correção para os que ganham acima de 10 pisos previdenciários pela variação do INPC. (NR)

§ 2.º Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 11,67 (onze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$ 1,59 (um real e cinquenta e nove centavos).

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos cinco anos o Salário Mínimo foi reajustado em 98,68% enquanto os benefícios da previdência, acima da faixa do Salário Mínimo, foram reajustados em 56,46%. Em 2004, 62,59% dos aposentados percebiam um Salário Mínimo (ANFIP, 2005). Significa que cerca de 2/3 do conjunto dos aposentados tiveram ganhos reais decorrentes da política do Salário Mínimo. No entanto uma significativa faixa de cerca de 1/3 ficou limitada quase exclusivamente aos reajustes inflacionários.

As famílias com idosos estão expostas a uma maior corrosão no poder de compra de seus ganhos, em função da diferenciada gama de produtos necessários ao seu sustento. Entre os anos de 1994-2004, o Índice de Preços ao Consumidor para a Terceira Idade – IPC3i, da Fundação Getúlio Vargas, acumulou uma alta de 226,14% enquanto o INPC do IBGE foi de 176,51%, perfazendo uma diferença de 49,63%, justificando-se políticas diferenciadas que reponham o poder de compra destes proventos.

Esta emenda visa garantir ganhos reais a todos os aposentados até os 10 pisos previdenciários. Oportuniza-se a partilha dos ganhos reais integrais a mais de 4/5 do conjunto dos aposentados e com índice significativo aos demais, reservando a reposição inflacionária aos que estão acima dos 10 pisos previdenciários.

| Pisos previdenciários | N.º de Aposentados | % de Aposentados | % de Reajuste |
|-----------------------|--------------------|------------------|---------------|
| Até 3 SM | 19602922 | 84,69 | 100% |
| 3 a 5 SM | 2164278 | 9,35 | 75% |
| 5 a 10 SM | 1367311 | 5,91 | 50% |

| | | | |
|----------------|----------|--------|----------------|
| Acima de 10 SM | 12460 | 0,05 | Índice do INPC |
| Total | 23146971 | 100,00 | |

Tabela baseada no Estudo da ANFIP - 2005 (www.fundacaoanfip.org.br)

Deputado Federal MARCO MAIA

EMENDA Nº 01
(à Medida Provisória nº 288/2006)

MPV-288
00015

Inclua-se no artigo 1º da Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006, o seguinte parágrafo segundo:

“Art. 1º.....

§ 1º

§ 2º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no *caput* deste artigo.

JUSTIFICAÇÃO

É de notório conhecimento que somente nos últimos 05 (cinco anos) os aposentados e pensionistas já acumularam um perda de aproximadamente 70% (cinquenta por cento) nos seus benefícios e em cálculos simples constataremos que, em permanecendo a política atual de reajuste dos benéficos de aposentadorias e pensões, em curtos 8 anos todos estarão recebendo tão somente 01 (um) salário mínimo a título de benefícios.

Por este foco não devemos criar impasse que prejudique os aposentados e pensionistas e os trabalhadores ativos que percebem menores remunerações? O simples rompimento da vinculação entre salário mínimo e previdência social iria contra o interesse de milhões de idosos e pensionistas, na medida em que poderia implicar na defasagem do valor real dos benefícios ao longo do tempo.

Sala das Comissões,


Senador **PAULO PAIM**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288, DE 2006

MPV-288
00016

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006.

EMENDA ADITIVA Nº

O art. 1º da Medida Provisória nº 288, de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o parágrafo único a § 1º:

“Art. 1º Após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ocorrido entre 1º de maio de 2005 e 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), sendo o reajuste e o aumento real extensivos a todos os benefícios e pensões pagos pela Previdência Social.

JUSTIFICAÇÃO

No que tange aos aposentados e pensionistas, o acréscimo a título de aumento real proposto pelo executivo contemplará tão-somente os benefícios e pensões com valor até um salário mínimo. É o que está garantido pela Constituição Federal (art. 201, § 2º, CF/88), quando diz “*é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real*” (art. 40, § 8º e art. 201, § 4º, CF/88).

Segundo o DIEESE [*Estudos e Pesquisas: salário mínimo, uma questão econômica e de política - Ano I - Nº 9 - Abril de 2005*], em fevereiro de 2005, segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social, cerca de 14,5 milhões de benefícios previdenciários correspondem, exatamente, a um salário mínimo. Caso se inclua nesse total aqueles que equivalem a menos de um salário mínimo, chega-se a 15 milhões de benefícios, ou 64,8% do total. Na faixa entre mais de 1 até 2 salários mínimos, são outros 2,9

milhões de benefícios (12,6% do total), e acima de 2 salários mínimos, 5,2 milhões de benefícios (22,6% do total).

Com efeito, são mais de **8 milhões** (35,2% do total) de benefícios que estão sendo achatados desde 1991, quando foi regulamentado o princípio constitucional que acaba com a vinculação entre o salário mínimo e os benefícios.

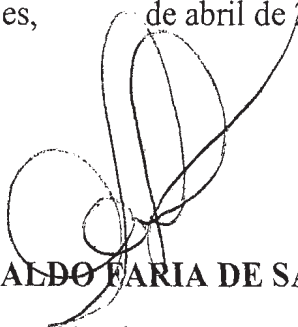
É lamentável que o governo atual não estenda aos benefícios e pensões acima de um salário mínimo o ganho real. Agindo assim, está cometendo a mesma injustiça de governos anteriores, pois, mais uma vez, a proposta do Executivo **excluiu** esses aposentados e pensionistas do aumento real. De fato, trata-se de uma verdadeira **política de exclusão social** - uma enorme injustiça e desrespeito para com aqueles que contribuíram durante tantos e tantos anos.

Nossa Emenda, mais uma vez, visa a corrigir tal omissão, de modo que os nossos aposentados e pensionistas da Previdência Social possam ter o mesmo tratamento que é dispensado àqueles que ganham um salário mínimo ou um pouco além do mesmo, é o "mínimo" que se pode fazer em favor dessas pessoas que dedicaram seus melhores anos e esforços na construção de um Brasil melhor, portanto, merecedores do nosso respeito, equidade social e um benefício digno.

Como é do conhecimento geral, nossos aposentados e pensionistas e demais beneficiários da Previdência Social já sofrem as defasagens de seus proventos, com perdas acumuladas há muitos anos. Assim, nada mais justo do que estender aos benefícios e pensões acima do mínimo o aumento real. Caso contrário, os benefícios e pensões superiores a um salário mínimo tenderão fatalmente, ao longo do tempo, a se igualar ao piso. Além disso, todos sabemos que os aposentados, principalmente, destinam quase a totalidade (senão tudo) de seus benefícios ao custeio de caríssimos medicamentos, sem falar no custo com habitação e alimento.

Em face da inquestionável relevância social de nossa Emenda, esperamos contar com a sensibilidade e apoio dos nobres Pares desta Casa para garantirmos a sua aprovação.

Sala das Sessões, de abril de 2006.



Deputado **ARNALDO FARIA DE SÁ** - SP

Vice-Líder do PTB

MPV-288

00017

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 288, DE 2006

Dispõe sobre o salário mínimo a partir
de 1º de abril de 2006.

EMENDA ADITIVA Nº

O art. 1º da Medida Provisória nº 288, de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o parágrafo único a § 1º:

“Art. 1º
.....

§ 2º O reajuste e o aumento real de que trata o *caput* aplicam-se a todos os benefícios e pensões pagos pela Previdência Social.

JUSTIFICAÇÃO

No que tange aos aposentados e pensionistas, o acréscimo a título de aumento real proposto pelo executivo contemplará tão-somente os benefícios e pensões com valor até um salário mínimo. É o que está garantido pela Constituição Federal (art.201, § 2º, CF/88), quando diz “*é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real*” (art. 40, § 8º e art. 201, § 4º, CF/88).

Segundo o DIEESE [*Estudos e Pesquisas: salário mínimo, uma questão econômica e de política - Ano I – Nº 9 – Abril de 2005*], em fevereiro de 2005, segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social, cerca de 14,5 milhões de benefícios previdenciários correspondem, exatamente, a um salário mínimo. Caso se inclua nesse total aqueles que equivalem a menos de um salário mínimo, chega-se a 15 milhões de benefícios, ou 64,8% do total. Na faixa entre mais de 1 até 2 salários mínimos, são outros 2,9 milhões de benefícios (12,6% do total), e acima de 2 salários mínimos, 5,2 milhões de benefícios (22,6% do total).

Com efeito, são mais de **8 milhões** (35,2% do total) de benefícios que estão sendo achatados desde 1991, quando foi regulamentado o princípio constitucional que acaba com a vinculação entre o salário mínimo e os benefícios.

É lamentável que o governo atual não estenda aos benefícios e pensões acima de um salário mínimo o ganho real. Agindo assim, está cometendo a mesma injustiça de governos anteriores, pois, mais uma vez, a proposta do Executivo **excluiu** esses aposentados e pensionistas do aumento real. De fato, trata-se de uma verdadeira **política de exclusão social** - uma enorme injustiça e desrespeito para com aqueles que contribuíram durante tantos e tantos anos.

Nossa Emenda, mais uma vez, visa a corrigir tal omissão, de modo que os nossos aposentados e pensionistas da Previdência Social possam ter o mesmo tratamento que é dispensado àqueles que ganham um salário mínimo ou um pouco além do mesmo, é o "mínimo" que se pode fazer em favor dessas pessoas que dedicaram seus melhores anos e esforços na construção de um Brasil melhor, portanto, merecedores do nosso respeito, equidade social e um benefício digno.

Como é do conhecimento geral, nossos aposentados e pensionistas e demais beneficiários da Previdência Social já sofrem as defasagens de seus proventos, com perdas acumuladas há muitos anos. Assim, nada mais justo do que estender aos benefícios e pensões acima do mínimo o aumento real. Caso contrário, os benefícios e pensões superiores a um salário mínimo tenderão fatalmente, ao longo do tempo, a se igualar ao piso. Além disso, todos sabemos que os aposentados, principalmente, destinam quase a totalidade (senão tudo) de seus benefícios ao custeio de caríssimos medicamentos, sem falar no custo com habitação e alimento.

Por todo exposto, reiteramos nossa proposta, apresentada por meio de Emendas às propostas de anos anteriores, contando com o imprescindível apoio e compreensão do Poder Executivo e de nossos Pares para a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões, de abril de 2006.



Deputado **ARNALDO FARIA DE SÁ** – SP

Vice-Líder do PTB

MPV-288**00018****Medida Provisória nº 288,
de 2006**

USO EXCLUSIVO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

Acrescentem-se os parágrafos 2º e 3º ao art. 1º da Medida Provisória nº 288, de 2006, transformando o § único em § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 1º
§ 1º.....
§ 2º A partir de 1º de setembro de 2006, inclusive, e a cada quadrimestre, o salário mínimo em vigor será reajustado em **quatro inteiros e cento e oitenta e nove centésimos por cento**, a título de aumento real, acrescido do Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no período.
§ 3º Fica facultado ao Poder Executivo propor reajustes superiores ao determinado no parágrafo anterior.”

JUSTIFICAÇÃO

Objetivamos, com esta emenda, propor uma reposição gradual do poder aquisitivo do salário mínimo mediante a adoção de critério de reajuste quadrimestral, de forma que possa amenizar o impacto sobre as contas da Previdência, dos municípios brasileiros e da iniciativa privada.

A metodologia proposta conserva o valor do salário mínimo definido pelo Governo Federal, por acreditarmos que o reajuste concedido de 16,667% foi expressivo, e distribui em reajustes quadrimestrais o ganho real de 12% (doze por cento) concedido nesta proposição, significando um aumento de 4% (quatro por cento) a cada quatro meses, a título de aumento real, acrescido da inflação acumulada no período anterior.

CÂMARA DOS DEPUTADOS**Emenda nº****Medida Provisória nº 288,
de 2006**

USO EXCLUSIVO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

Asseguramos, assim, o índice de reajuste concedido agora, distribuímos o impacto financeiro dos próximos aumentos sobre as contas dos entes federados e da iniciativa privada ao longo do ano e, principalmente, criamos um mecanismo de recuperação gradual do poder de compra real do salário mínimo.

Sessão do Plenário, de de 2006


Dep. André Figueiredo
PDT/CE

MPV-288
00019

EMENDA Nº 02
(à Medida Provisória nº 288/2006)

A Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....”

“Art. 2º A partir de 1º de abril de 2007, o valor do salário mínimo observará critérios de reajuste que preservem o seu valor real, sendo-lhe também garantido a concessão de adicional.

§ 1º O aumento adicional estipulado no *caput* corresponderá ao dobro da variação real positiva do Produto Interno Bruto (PIB) verificada no ano imediatamente anterior.

§ 2º Em caso de variação nula ou negativa do PIB, não será concedido o aumento adicional.

§ 3º É assegurado aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste estipulado no *caput*, e art. 1º desta lei.”

JUSTIFICAÇÃO

É inegável o baixo valor atual do salário mínimo. Mas todos os anos a discussão é a mesma: aumento do salário mínimo versus equilíbrio fiscal. Ou seja, o salário mínimo, ao constituir o piso dos benefícios do INSS, representa hoje variável-chave para ocorrência ou não de equilíbrio do sistema previdenciário. Isso, porque quase 70% dos benefícios previdenciários equivalem ao salário mínimo. Resultado: a correção do piso nacional de salários fica sempre muito aquém do desejado.

Com efeito, a política de salário mínimo, em anos recentes, tem sido refém de uma contradição crucial. Por um lado, a estratégia de conferir ganhos reais ao poder de compra do salário mínimo, com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e reduzir a pobreza, implica aumento do déficit público. Por outro, a estratégia de apenas preservar o valor real, com vistas a não prejudicar o controle das finanças do Estado, implica prescindir de uma política ativa de salário mínimo como instrumento de redistribuição de renda e redução da pobreza.

Ademais, além da garantia de correção anual, é objeto de uma política de aumentos reais gradativos correspondentes ao dobro da variação real do PIB verificada no ano anterior. Além disso, é absolutamente compatível com o desempenho da economia brasileira e, conseqüentemente, com as possibilidades econômicas do país.

Sala das Comissões,



Senador **PAULO PAIM**

MPV-288**00020**

EMENDA Nº 03
(à Medida Provisória nº 288/2006)

Inclua-se na Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“Art. 1º.....

Art.2º - Fica criada uma Comissão Especial Mista Permanente, composta de membros do Executivo, Legislativo e da Sociedade Organizada, para, estudar, debater e avaliar as políticas permanentes adotadas para o salário mínimo, reunindo-se mensalmente para se necessário reavaliar, propor ou alterar a política em vigência.”

JUSTIFICATIVA

No momento em que buscamos valores condizentes e dignos para o salário mínimo e vemos o Governo Federal criar um fórum para debater uma política permanente de reajuste do salário mínimo, entendemos que LEGISLATIVO não pode ficar alheio e esta discussão.

Entendo que o Legislativo, legítimo representante das várias camadas de trabalhadores deste país, e, sobretudo de aposentados e pensionistas, tem o dever e obrigação moral e estar integrado e este tema.

Por esta razão a emenda é pertinente e cabível para que venha a ser apoiada por todos os membros desta comissão e também do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,


Senador **PAULO PAIM**

MPV-288**00021****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|---|----------------------------------|-----------------|------------------|------------------------|
| data | Proposição MP 288/2006 | | | |
| Autor Dep. Fernando Coruja | | | nº do prontuário | |
| 1 Supressiva | 2. substitutiva | 3. modificativa | 4. aditiva X | 5. Substitutivo global |
| <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> | | | | |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória em epígrafe o seguinte artigo onde couber:

"Art. 2º A partir de 1º de abril de 2006, os proventos de todas as aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, serão corrigidos automaticamente e pelo mesmo percentual, sempre que o salário mínimo previsto no artigo anterior for reajustado."

JUSTIFICATIVA

A cada ano, nos meses antecedentes a maio, discute-se o salário mínimo. Ao governo, qualquer que seja, cumpre apresentar as limitações impostas pela necessidade de equilíbrio fiscal. À oposição, apresenta-se a oportunidade de ressaltar o mísero valor do mínimo e defender reajustes mais altos em nome do trabalhador. São propostas imediatistas e simplistas que podem ter apego político, mas que levam à recorrência de um salário mínimo desvalorizado. Em momento algum é apresentada qualquer solução duradoura de recuperação viável do salário mínimo, que afeta milhões de trabalhadores brasileiros.

Neste contexto insere-se a luta por um salário mínimo que garanta ao trabalhador brasileiro e à sua família o direito fundamental, garantido na Carta Magna, de atender às suas necessidades vitais básicas com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

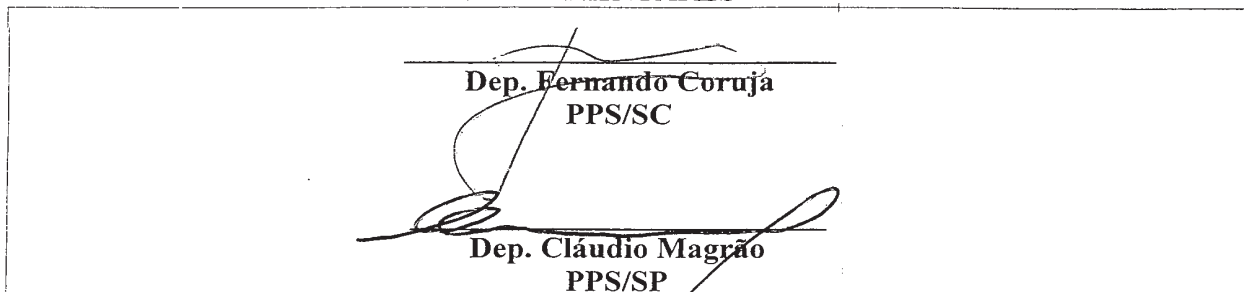
Além de 14 milhões de trabalhadores - 4 milhões no setor formal e 12 milhões no setor informal (PNAD/IBGE, 1997) - e 12 milhões de beneficiários da previdência social que recebem o piso previdenciário, o valor do salário mínimo influi na renda da maioria dos trabalhadores brasileiros para quem o mínimo se torna unidade de conta.

Após a reforma da Previdência de 1999 os participantes contribuem por mais tempo e passaram a receber bem menos. Essa reforma trouxe prejuízos significativos, aos milhões de aposentados, quando limitou em até dez salários o teto de aposentadoria. A aposentadoria é apurada pela média dos salários de contribuição registrados em nome do trabalhador desde 1994. Sobre essa média aplica-se o fator previdenciário. Para um homem com 35 anos de contribuição e 55 anos de idade, que sempre contribuiu pelo teto de recolhimento da Previdência Social, hoje de R\$ 2.668,15, o fator previdenciário reduzirá a renda inicial para cerca de R\$ 1,97 mil, ou seja, uma perda de mais de 26% sobre o teto de aposentadoria. Desta forma faz-se necessário o reajuste do salário de todos os aposentados, inclusive aqueles inseridos antes da reforma, para que o poder de compra seja restabelecido de forma igualitária

e isonômica.

Assim, em 2006, será necessária uma correção tanto do salário mínimo, quanto de todos os proventos de aposentadoria e pensões pagas pela Previdência Social, que acompanhe a inflação do ano anterior e, além disso, contenha um aumento real que agregue *pelo menos* a taxa de crescimento do PIB.

PARLAMENTARES



MPV-288

00022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288, DE 2006

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte artigo 2º à Medida Provisória, renumerando-se os demais:

"Art.2º Os benefícios do Regime Geral De Previdência Social com valor superior ao salário mínimo serão reajustados com os mesmos critérios e percentual estabelecidos no art. 1º."

JUSTIFICAÇÃO

Os segurados da Previdência Social têm tido o valor de seus benefícios defasado, já que seus reajustes têm, apenas, reposto a inflação do período.

Assim, entendemos que, por medida de justiça, os mesmos percentuais de reajuste e de aumento real do salário-mínimo devam ser aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Sala da Comissão, em de de 2006.


Deputado EDINHO BEZ.

MPV-288**00023****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|--|---|---------------------------|------------------------|---------------------------------------|
| Data 04/04/2006 | Proposição Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006. | | | |
| Autor DEPUTADO JAIR BOLSONARO | | | | nº do prontuário 302 |
| 1 () Supressiva | 2 () Substitutiva | 3 () Modificativa | 4 (X) Aditiva | 5 () Substitutivo Global |
| Página: | Artigo: | Parágrafo: | Inciso: | Alínea: |
| Texto / Justificação | | | | |

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Fica revogado o § 2º, do art. 18, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001."

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda pretende corrigir a incoerência contida na Medida Provisória acima referenciada que permite, ao contrário do texto constitucional, que as praças prestadoras de serviço militar inicial, as praças especiais e seus pensionistas, recebam, como remuneração, proventos mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente.

O resguardo almejado pela Carta Magna, especificamente no inciso IV, do Art. 7º, é o de garantir o atendimento das necessidades vitais básicas que, na realidade, já se vêem comprometidas com o atual patamar atribuído.

Valor aquém deste não nos parece justo, mormente quando se trata do militar que, compulsoriamente, presta serviço à sua pátria ou que almeja carreira no segmento da segurança nacional.

Atualmente as Forças Armadas não disponibilizam, sequer, alimentação e alojamentos dignos. Assim, peço atenção aos nobres deputados para que se corrija tamanha injustiça com nossos militares.



JAIR BOLSONARO – PP/RJ

MPV-288

00024

**Medida Provisória nº 288,
de 2006**

USO EXCLUSIVO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

Acrescentem-se, com a seguinte redação, os artigos 65 e 66 à Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, passando os mesmos a fazerem parte integrante da Medida Provisória nº 288, de 2006:

Art.

"Art. 65 O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, **inclusive o doméstico**, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66."

Art. 66 O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até **16 (dezesseis)** anos de idade ou **portador de deficiência** de qualquer idade é de:

I - R\$ 24,82 (vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos), para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 483,92 (quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos);

II - R\$ 17,49 (dezessete reais e quarenta e nove centavos), para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 486,93 (quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos) e igual ou inferior a R\$ 727,37 (setecentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos).

Parágrafo único. Os valores das cotas e dos limites da remuneração mensal do salário-família previstos nos incisos I e II serão reajustados pelo mesmo índice de atualização do salário mínimo."

Emenda nº**Medida Provisória nº 288,
de 2006**

USO EXCLUSIVO

AUTOR: Deputado André Figueiredo**JUSTIFICAÇÃO**

Objetivamos, com esta emenda, adequar alguns critérios utilizados para definir os beneficiários do salário-família às mudanças incorporadas pela legislação nos últimos anos, bem como atualizar os valores das cotas e dos limites da remuneração mensal do salário-família pelo índice de atualização do salário mínimo, vinculando os próximos reajustes ao mesmo indexador.

Ao limitar em 14 anos o direito de receber o salário-família, a legislação ignora a Emenda Constitucional nº 20, que passou a permitir o trabalho do menor tão somente a partir dos 16 anos. Além disso, nas condições atuais do mercado de trabalho do Brasil, os jovens brasileiros permanecem por mais tempo dependentes de seus pais. Assim, estamos ampliando para até 16 anos o direito de ser beneficiário da cota do salário-família.

Além disso, estamos corrigindo na legislação do salário-família o termo usado para definir portador de deficiência. A expressão "inválido" não condiz com a evolução do tratamento médico concedido a esse público.

Asseguramos, ainda nesta emenda, o direito dos empregados domésticos de receberem os benefícios do salário-família. Formados por cozinheiras, faxineiras, caseiros, jardineiros, motoristas etc., os empregados domésticos foram excluídos do direito de receber esse benefício da Previdência social. São milhões de brasileiros que ganham no máximo dois salários mínimos.

E, finalmente, estamos reajustando os valores das cotas e dos limites da remuneração mensal do salário-família pelo mesmo índice de atualização do salário mínimo proposto pela Medida Provisória nº 288, de 2006 (em 16,67%).

Na discussão do novo valor para o salário mínimo em 2004, o Governo Federal propôs a atualização dos valores do salário-família, mas, a partir de 2005 (seu último reajuste), transferiu essa obrigação para uma Portaria do Ministério da Previdência Social. Sem o crivo do Congresso, e consequentemente sem a sua

Emenda nº**Medida Provisória nº 288,
de 2006**

USO EXCLUSIVO

AUTOR: Deputado André Figueiredo

mobilização, os valores das cotas tiveram ganhos inexpressivos nos últimos doze meses, conforme se verifica na tabela abaixo.

| Legislação | Ano | Renda de até R\$ | Valor da Cota R\$ | Renda de R\$ | Renda de até R\$ | Valor da Cota R\$ |
|------------------------|------|------------------------|-------------------------|--------------------|------------------------|-------------------------|
| MP. 182/04 | 2004 | 390 ,00 | 20,00 | 390,0 0 | 586,1 9 | 14,09 |
| Portaria 822, 11/05/05 | 2005 | 414 ,78 | 21,27 | 414,7 9 | 623,4 4 | 14,99 |

Sessão do Plenário, de de 2006



Dep. André Figueiredo
PDT/CE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-288
00025

| | |
|--|---|
| 2 DATA 04/04/2006 | 3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 288, de 31 de março de 2.006 |
| 4 AUTORES Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR e Cezar Silvestri –PPS/PR | 5 N. PRONTUÁRIO 454 |
| 6 <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL | |
| 0 | ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA |

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP 288/06:

Art... Os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991 passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 22.....

§ 1º No caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das contribuições referidas neste artigo e no art. 23, é devida a contribuição adicional de dois vírgula cinco por cento sobre a base de cálculo definida nos incisos I e III deste artigo.

§ 2. As cooperativas de crédito passam a ser contribuintes, a partir de 1º de janeiro de 2006, do SESCOOP- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, sujeitando-se, quanto a tal contribuição ao disposto no art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001 e alterações posteriores.

”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa viabilizar a implementação do Plano Brasil Cooperativo. Com a presente medida as cooperativas poderão implementar as medidas para setor com a destinação para a receita do SESCOOP de 2,5% do adicional previsto no referido artigo.

ASSINAM


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR


Dep. CEZAR SILVESTRI –PPS/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV-288
00026**

| | | | | |
|---|--|--------------------|-----------------|--------------------------------|
| Data 04/04/2006 | Proposição Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006. | | | |
| Autor DEPUTADO JAIR BOLSONARO | | | | nº do prontuário 302 |
| 1 () Supressiva | 2 () Substitutiva | 3 () Modificativa | 4 (X) Aditiva | 5 () Substitutivo Global |
| Página: | Artigo: | Parágrafo: | Inciso: | Alínea: |
| Texto / Justificação | | | | |

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. A remuneração dos praças prestadores do serviço militar inicial das Forças Armadas não poderá ser inferior ao valor final estabelecido nesta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

O praça prestador de serviço militar inicial, mais conhecido como "recruta", percebe, atualmente, remuneração bruta de R\$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais).

Tratam-se, em regra, de jovens oriundos de famílias carentes, que ao ingressarem nas Forças Armadas chegam com a esperança de ganhar ao menos um salário mínimo, bem como receber alimentação adequada.

Lamentavelmente, encontram outra realidade. Praticamente com alimentação em falta ou deficitária, são obrigados a suprir suas necessidades básicas pela remuneração que percebem já que não podem contar com qualquer apoio familiar.

O serviço militar, apesar de obrigatório, não pode deixar de oferecer um mínimo de atrativo para os jovens. Assim, a remuneração que lhe deve ser paga não pode ser inferior ao salário mínimo, como ocorre atualmente, contrariando a Constituição Federal, especificamente em seu art. 7º, inciso IV.

Visando a resgatar a dignidade para os nossos militares, conto com o irrestrito apoio de meus pares para aprovação desta Emenda.



JAIR BOLSONARO - PP/RJ

MPV-288**00027****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

| | | | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|-----------------|--------------|------------------------|
| data | Proposição MP 288/2006 | | | |
| Autor Dep. Fernando Coruja | nº do prontuário | | | |
| 1. Supressiva | 2. substitutiva | 3. modificativa | 4. aditiva X | 5. Substitutivo global |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |

Acrescente-se à Medida Provisória em epígrafe o seguinte artigo onde couber:

"Art. Em 1º de abril de 2006, os proventos de todas as aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social serão corrigidos pelo mesmo percentual de reajuste aplicado ao salário mínimo previsto no artigo 1º."

JUSTIFICATIVA

A cada ano, nos meses antecedentes a maio, discute-se o salário mínimo. Ao governo, qualquer que seja, cumpre apresentar as limitações impostas pela necessidade de equilíbrio fiscal. À oposição, apresenta-se a oportunidade de ressaltar o mísero valor do mínimo e defender reajustes mais altos em nome do trabalhador. São propostas imediatistas e simplistas que podem ter apego político, mas que levam à recorrência de um salário mínimo desvalorizado. Em momento algum é apresentada qualquer solução duradoura de recuperação viável do salário mínimo, que afeta milhões de trabalhadores brasileiros.

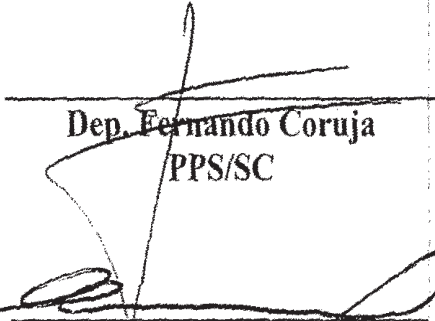
Neste contexto insere-se a luta por um salário mínimo que garanta ao trabalhador brasileiro e à sua família o direito fundamental, garantido na Carta Magna, de atender às suas necessidades vitais básicas com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

Além de 14 milhões de trabalhadores - 4 milhões no setor formal e 10 milhões no setor informal (PNAD/IBGE, 1997) - e 12 milhões de beneficiários da previdência social que recebem o piso previdenciário, o valor do salário mínimo influi na renda da maioria dos trabalhadores brasileiros para quem o mínimo se torna unidade de conta.

Após a reforma da Previdência de 1999 os participantes contribuem por mais tempo e passaram a receber bem menos. Essa reforma trouxe prejuízos significativos, aos milhões de aposentados, quando limitou em até dez salários o teto de aposentadoria. A aposentadoria é apurada pela média dos salários de contribuição registrados em nome do trabalhador desde 1994. Sobre essa média aplica-se o fator previdenciário. Para um homem com 35 anos de contribuição e 55 anos de idade, que sempre contribuiu pelo teto de recolhimento da Previdência Social, hoje de R\$ 2.668,15, o fator previdenciário reduzirá a renda inicial para cerca de R\$ 1,97 mil, ou seja, uma perda de mais de 26% sobre o teto de aposentadoria. Desta forma faz-se necessário o reajuste do salário de todos os aposentados, inclusive aqueles inseridos antes da reforma, para que o poder de compra seja restabelecido de forma igualitária e isonômica.

Assim, em 2006, será necessária uma correção tanto do salário mínimo, quanto de todos os proventos de aposentadoria e pensões pagas pela Previdência Social, que acompanhe a inflação do ano anterior e, além disso, contenha um aumento real que agregue *pelo menos* a taxa de crescimento do PIB.

PARLAMENTAR



Dep. Fernando Coruja
PPS/SC



Dep. Cláudio Magrão
PPS/SP

MPV-288**00028**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 288, DE 2006

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se onde couber na Medida Provisória nº 288, de 2006:

“Art. _____. Aplica-se ao salário-família, a partir de 1º de abril de 2006, o mesmo percentual a título de reajuste de que trata o art. 1º.”

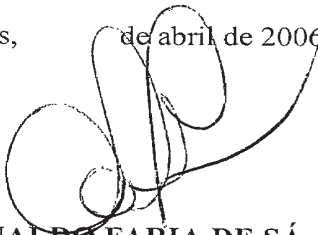
JUSTIFICAÇÃO

Além dos benefícios e pensões pagos pela Previdência Social, o salário-família representa importante instrumento de distribuição de renda no Brasil, dado que contempla famílias cuja renda é muito baixa, não superior a R\$ 586,19, e que tenha filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade. É, pois, instrumento de inegável alcance social.

Com efeito, o valor do salário-família também deve preservar seu valor aquisitivo, pois se o princípio constitucional de preservação do valor real (de preservação do poder aquisitivo) vale para os benefícios dos aposentados e pensionistas até um salário mínimo, deve igualmente se aplicar ao salário-família, que está por dois anos defasado, pois foi reajustado pela última vez em maio de 2004 por meio da Medida Provisória nº 182/04 (transformada na Lei nº 10888/04).

Assim, contamos com os nobres Pares à aprovação de nossa Emenda.

Sala das Sessões, de abril de 2006.



Deputado **ARNALDO FARIA DE SÁ** - SP

Vice-Líder do PTB

MPV-288**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288****00029****EMENDA ADITIVA**

- Acrescente-se onde couber o seguinte artigo à Medida Provisória, renumerando-se os demais:

Art. Os valores relativos ao salário mínimo serão reajustados anualmente, a partir de março de 2007, no mínimo, pela variação nominal do Produto Interno Bruto apurado no ano anterior, ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado desde o último reajuste, se superior, acrescido do índice de aumento da produtividade média do trabalho total, se positivo, também do ano anterior, todos calculados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.”

JUSTIFICATIVA

O Brasil não se desenvolverá econômica ou socialmente se não adotar medidas arrojadas para fazer crescer o seu mercado interno, pois, principalmente a partir de 2001, somente os setores da economia voltados para a exportação apresentaram crescimento.

Uma dessas medidas diz respeito ao aumento do ganho real do salário mínimo, que é totalmente utilizado na ampliação do consumo, principalmente de alimentos e de outras necessidades primárias, não demanda importados, além de não piorar as contas externas. Utilizar recursos públicos para ampliar o salário mínimo é demonstrar compromisso com o desenvolvimento do mercado interno, com a distribuição de renda e com a qualidade de vida das pessoas, principalmente os trabalhadores mais pobres.

Se, infelizmente, fruto inclusive das precárias condições econômicas herdadas do governo FHC, não há possibilidade ainda da recomposição imediata de todas as perdas históricas do salário mínimo, esse projeto de lei sinaliza que, dentre as prioridades da nossa sociedade, está a valorização do trabalho e o desenvolvimento social, o que representa um avanço na agenda de necessidades desse País.

Para estabelecermos um processo de recuperação do salário mínimo, esta emenda almeja reajustá-lo, a partir de 2007, pela variação nominal do PIB, que inclui tanto o aumento dos preços médios quanto a variação real, ou pelo INPC, se superior, com nítido sentido de assegurar plenamente o poder de compra do salário mínimo. Ao maior desses índices, deverá ser acrescido, se positivo, o aumento da produtividade média do trabalho total, para garantir que os ganhos de produtividade não sejam apropriados exclusivamente pelo capital.

Trata-se, portanto, de considerar que a evolução dos rendimentos dos trabalhadores deve acompanhar o crescimento da riqueza e da produtividade do País, o que parece mais justo socialmente. Ressalte-se que essa solução não inviabiliza os aumentos concedidos anualmente pelo Governo para recuperação do valor do salário mínimo. Para termos uma idéia, de 1990 a 1999, a produtividade do trabalho aumentou 24%, no entanto, a participação dos salários do setor privado

na renda nacional caiu de 37% para 27%. Torna-se necessário recuperar essa perda histórica no valor do salário mínimo, o que só será possível com a vinculação de um índice que avalie a produtividade com o produto do País à sua correção anual.

Já a opção pelo INPC deve-se à consideração de que esse índice é o mais apropriado por avaliar o consumo das famílias com renda de até 8 salários mínimos. Quanto ao índice de aumento da produtividade média do trabalho total, trata-se de uma série calculada pelo IBGE que se encontra interrompida desde 1999. No entanto, consideramos ser fundamental o restabelecimento de uma série que permita avaliarmos a produtividade do trabalho no País.

Como o objetivo da proposta é recuperar o poder de compra dos trabalhadores assalariados, ela vigoraria até que o valor do salário mínimo fosse capaz de assegurar o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação e saúde, entre outras, conforme dispositivo da Constituição Federal. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas Sociais e Econômicas – Dieese - esse valor seria R\$ 1.607,11 em dezembro de 2005. A tabela abaixo mostra a vantagem desta proposta em relação ao reajuste inflacionário até o ano de 2009.

Quando se debate o aumento do salário mínimo, a atenção fica voltada, principalmente, para o custo que tal aumento gerará nas contas da Previdência Social. Ou seja, os conservadores sempre destacam o “lado negativo” desse reajuste. Pouco se discute a grande importância que tem o salário mínimo para os trabalhadores e para o mercado de trabalho brasileiro.

Em 2004, a economia brasileira cresceu e o desemprego caiu. Entretanto, o crescimento da economia puxado pelas exportações tem feito com que a maior parte dos empregos criados tenha se dado nas faixas de menor renda. Já em 2005, segundo dados do Ministério do Trabalho, foram criados aproximadamente 1,25 milhão de postos de trabalho com carteira assinada. Nas faixas de até dois salários mínimos, esse aumento foi positivo e alcançou 1,45 milhão de novos postos, 70% deles com remuneração entre 1 a 1,5 salários. Já nas faixas maiores, superiores a três salários, o saldo foi negativo – perderam-se 253 mil vagas.

Esse não é um fenômeno novo, ele vem se repetindo desde 1996, quando as informações do Ministério do Trabalho e do Emprego relativas a salários se apresentam mais confiáveis. De 1996 a 2005, os dados são muito parecidos. O saldo sempre é positivo somente até 3 salários mínimos, ao passo que nas faixas salariais superiores sempre há uma redução dos empregos. A tabela a seguir mostra a totalidade da criação de empregos formais por faixas de salário (medidas em salários mínimos), comparando os anos dos dois governos anteriores e o governo Lula.

Nesse cenário que o valor do salário mínimo assume uma importância ainda maior para o conjunto do mercado de trabalho. A recuperação do mínimo contribui para devolver

capacidade de consumo para as famílias, fortalecendo o mercado interno e valorizando o trabalho. Essas são bases para o projeto de desenvolvimento nacional que é defendido pelo PCdoB: desenvolvimento com valorização do trabalho.

Todavia, três são os principais obstáculos apresentados pelo Governo para a elevação do poder de compra do salário mínimo, quais sejam: alta da inflação, aumento demasiado nos gastos com a Previdência e impacto nas prefeituras.

Quanto ao primeiro problema, a alta da inflação nos últimos anos está mais associada à elevação das tarifas públicas do que propriamente ao aumento da renda geral dos trabalhadores. Já o crescimento com os gastos da previdência é algo inevitável, principalmente porque se trata de uma política de distribuição de renda. No entanto, à medida que se elevam os rendimentos, aumentam também as contribuições sociais e demais tributos, aumento que é multiplicado a médio e a longo prazo pela revitalização da economia – elevação do investimento e da produção – principalmente nas localidades que dependem quase que exclusivamente do salário mínimo.

Estudo do Ministério do Trabalho demonstra que o reajuste do salário mínimo para R\$ 350,00 este ano incidirá sobre 64 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social que recebem até um salário mínimo. Esse reajuste consumirá 26 bilhões de reais da Previdência, ou seja, o equivalente R\$ 2 bilhões por mês. Porém, em contrapartida, e já imediatamente, a arrecadação tributária aumentará 6,3 bilhões em 2006, absorvendo parte substancial do impacto do reajuste na despesa da Previdência.

Dados do livro “Previdência Social e a economia dos municípios”, do auditor fiscal Álvaro Sólton de França, indicam que a importância dos recursos da Previdência Social na economia de pequenos e grandes municípios brasileiros. Segundo a publicação, 68% das cidades recebem mais recursos da Previdência do que do FPM. Esse número vem crescendo cada vez mais, já que em 1999, o percentual era de 61%. Em alguns municípios, principalmente do Nordeste, são os recursos dos aposentados e pensionistas que movimentam a economia local. Portanto, aumentar os benefícios pagos pela Previdência significa, antes de mais nada, ampliar a política de distribuição de renda no País e dinamizar a economia dos pequenos municípios, de forma a evitar o êxodo rural, um dos responsáveis pelo caos urbano e aumento do desemprego nas grandes cidades.

Por outro lado, a importância do salário mínimo não é só para ganhar esse valor ou para quem tem carteira assinada. Um estudo do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento, afirma que a definição do mínimo influencia diretamente a remuneração dos trabalhadores que ganham até 2 salários mínimos, e para os trabalhadores com ou sem carteira assinada.

Segundo dados do CAGED/MTE, nas contratações e demissões em 2005, 70% do saldo positivo compreende empregos de 1 a 2 salários mínimos + três quartos do total. De 1996 a 2005, 6,3 milhões de postos de trabalho foram criados nessas faixas salariais – o que representa 70% da soma daquelas onde há saldo positivo. Ao elevarmos o salário de contratação nos novos postos de trabalho, diminuímos a pressão sobre o conjunto dos trabalhadores ocupados, melhorando as condições, inclusive, para as lutas salariais.

Destarte, estabelecer em lei critérios para o reajuste permanente do salário mínimo, conforme propomos aqui, garante aos trabalhadores, principalmente àqueles que recebem até dois salários mínimos, a recuperação das perdas inflacionárias e um potencial ganho real. Representa, sobretudo, um compromisso com um padrão de vida mais digno para essa parcela de trabalhadores. Avaliado o alcance social da medida e a quantidade de beneficiários que recebem até um salário mínimo e, por isso, dependem exclusivamente dele (quase metade da população brasileira), torna-se mais do que necessária a implementação de uma política que recupere o valor do salário mínimo.


Deputado **RENILDO CALHEIROS**

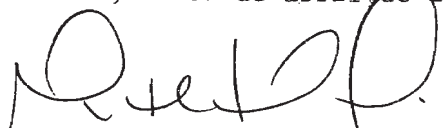
PCdoB/PE

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 635 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **005458/06-4**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **SYLVANA CUNHA RORIZ**, matrícula nº 163056, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Demostenes Torres para o Gabinete da Procuradoria Parlamentar.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 636 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **005461/06-5**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **LEVI DE ABREU BARBOSA**, matrícula nº 179167, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Demostenes Torres para o Gabinete da Procuradoria Parlamentar.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.

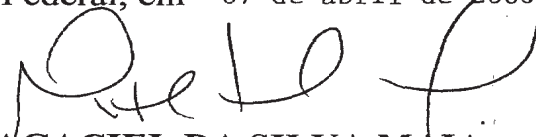

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 637 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **005460/06-9**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **HELOISA PASSOS RODRIGUES**, matrícula nº 177377, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Demostenes Torres para o Gabinete da Procuradoria Parlamentar.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.



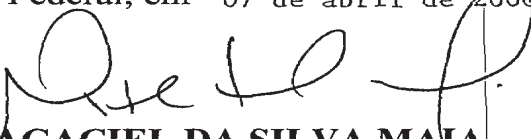
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 638 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005437/06-7**.

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **KLEBER DE HOLLANDA FALCÃO**, matrícula n.º 187103, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 639 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005442/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VERLAINE DO CARMO SANTOS COELHO**, matrícula n.º 171995, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 640 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002904/06-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 374, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3430, de 24/02/2006, que nomeou **MATEUS AFFONSO BANDEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 641 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 002904/06-3 e 002903/06-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MATEUS AFFONSO BANDEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 642 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005459/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO JOSÉ LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.



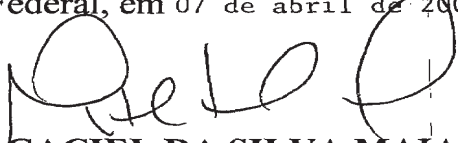
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 643 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005462/06-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALAIR GUIMARÃES COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.



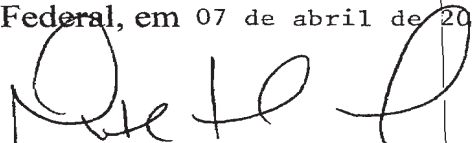
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 644 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005436/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAMILA DA SILVA MARINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 645 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005441/06-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ EUGÊNIO CARDOSO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.

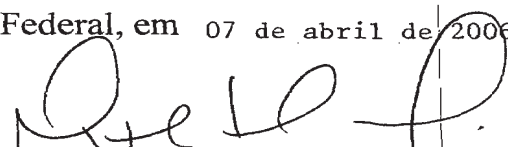

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 646 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005440/06-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRCIA DE BRITO GUERREIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 07 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

| SECRETARIA DE COMISSÕES | | |
|--------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| Diretora | Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz | Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095 |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO | | |
|---|-------------------------------|---------------------------|
| Diretor | Wanderley Rabelo da Silva | (Ramal: 3623 – Fax: 3606) |
| Secretários | Francisco Naurides Barros | (Ramal: 3508) |
| | Hermes Pinto Gomes | (Ramal: 3510) |
| | Irani Ribeiro dos Santos | (Ramal: 4854) |
| | Verônica de Carvalho Maia | (Ramal: 3511) |
| | José Augusto Panisset Santana | (Ramal: 4854) |
| | Izaías Faria de Abreu | (Ramal: 3514) |
| | Angélica Passarinho Mesquita | (Ramal: 3501) |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS | | |
|---|-----------------------------------|---------------------------|
| Diretor | Sérgio da Fonseca Braga | (Ramal: 3507 – Fax: 3512) |
| Secretários | Maria de Fátima Maia de Oliveira | (Ramal: 3520) |
| | Ivanilde Pereira Dias de Oliveira | (Ramal: 3503) |
| | Maria Consuelo de Castro Souza | (Ramal: 3504) |
| | Rilvana Cristina de Souza Melo | (Ramal: 3509) |

| SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES | | | |
|--|-----------------------------|----------------------------------|---------------|
| Diretor | José Roberto Assumpção Cruz | | (Ramal: 3517) |
| Secretários | CAE | Luiz Gonzaga Silva Filho | (Ramal: 4605) |
| | CAS | Gisele Ribeiro de Toledo Camargo | (Ramal: 4608) |
| | CCJ | Gildete Leite de Melo | (Ramal: 3972) |
| | CE | Júlio Ricardo Borges Linhares | (Ramal: 4604) |
| | CMA | José Francisco B. de Carvalho | (Ramal: 3935) |
| | CDH | Altair Gonçalves Soares | (Ramal: 1856) |
| | CRE | Maria Lúcia Ferreira de Mello | (Ramal: 4777) |
| | CI | Celso Antony Parente | (Ramal: 4354) |
| | CDR | Ednaldo Magalhães Siqueira | (Ramal: 3517) |
| | CRA | Marcello Varela | (Ramal: 3506) |

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

| |
|-----------------------------------|
| Ana Júlia Carepa – PT/ PA |
| Eduardo Suplicy – PT/SP |
| Fátima Cleide – PT/RO |
| Flexa Ribeiro – PSDB/PA |
| Luiz Otávio – PMDB/PA |
| Demóstenes Torres – PFL/GO |
| Serys Shessarenko – PT/MT |
| Sibá Machado – PT/AC |

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| César Borges – PFL | 1. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 2. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 4. Demóstenes Torres – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. José Jorge – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 6. Roseana Sarney – PFL |
| Arthur Virgílio – PSDB | 7. João Batista Motta – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Alvaro Dias – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 9. Leonel Pavan – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 10. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 11. Teotonio Vilela Filho – PSDB |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Ney Suassuna |
| Luiz Otávio | 2. Romero Jucá |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Wellington Salgado de Oliveira |
| Mão Santa | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Maguito Vilela |
| Gilberto Mestrinho | 6. Gerson Camata |
| Valdir Raupp | 7. Almeida Lima |
| José Maranhão | 8. Gilvam Borges |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aloizio Mercadante – PT | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Ana Júlia Carepa – PT | 2. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Eduardo Suplicy – PT | 4. Roberto Saturnino – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 5. Flávio Arns – PT |
| João Ribeiro - PL | 6. Sibá Machado – PT |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 7. Serys Slhessarenko – PT |
| PDT | |
| Osmar Dias | 1. Jefferson Péres |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Arthur Virgílio – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 4. Lúcia Vânia – PSDB |
| PMDB | |
| Mão Santa | 1. Valdir Raupp |
| Garibaldi Alves Filho | 2. (vago) ⁽³⁾ |
| Ney Suassuna ⁽¹⁾ | 3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Sibá Machado – PT | 2. Roberto Saturnino – PT |
| PDT | |
| | |

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Rodolpho Tourinho - PFL | 1. (vago) |
| Edison Lobão – PFL | 2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Eduardo Azeredo – PSDB |
| PMDB | |
| Luiz Otávio | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Sérgio Cabral | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. (vago) ⁽¹⁾ |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| César Borges – PFL | 1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾ |
| Paulo Octávio – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Lúcia Vânia - PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Valdir Raupp |
| Pedro Simon | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Eduardo Suplicy – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 2. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PTB |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ |
| PDT | |
| | |

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Edison Lobão – PFL | 1. César Borges – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Romero Jucá | 1. Ney Suassuna |
| Valdir Raupp | 2. Maguito Vilela |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 2. Delcídio Amaral – PT |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Marco Maciel – PFL | 1. Heráclito Fortes – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Maria do Carmo Alves – PFL | 3. Demóstenes Torres – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 4. Romeu Tuma – PFL |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 5. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Leonel Pavan – PSDB | 6. Papaléo Paes |
| Lúcia Vânia – PSDB | 7. Teotônio Vilela Filho – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 8. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Wellington Salgado de Oliveira |
| Romero Jucá | 2. Ramez Tebet |
| Valdir Raupp | 3. José Maranhão |
| Mão Santa | 4. Pedro Simon |
| Sérgio Cabral | 5. Maguito Vilela |
| (vago) ⁽³⁾ | 6. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Antônio Carlos Valadares – PSB | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Flávio Arns – PT | 2. Magno Malta – PL |
| Ideli Salvatti – PT | 3. Eduardo Suplicy – PT |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾ | 4. Fátima Cleide – PT |
| Paulo Paim – PT | 5. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 6. (vago) ⁽⁵⁾ |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Cristovam Buarque |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Lúcia Vânia – PSDB | 1. Leonel Pavan - PSDB |
| PMDB | |
| Mão Santa | 1. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾ | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Paulo Paim - PT | 2. Flávio Arns – PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 1. Flexa Ribeiro - PSDB |
| | 2. Romeu Tuma - PFL |
| PMDB | |
| Papaléo Paes ⁽³⁾ | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Mão Santa | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Paulo Paim - PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 1. Lúcia Vânia – PSDB |
| (vago) ⁽⁴⁾ | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| PMDB | |
| Papaléo Paes ⁽³⁾ | 1. Mão Santa |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Paulo Paim – PT |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | |
| PDT | |
| | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Romeu Tuma – PFL |
| César Borges – PFL | 2. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 3. José Agripino – PFL |
| Edison Lobão – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| José Jorge – PFL | 5. Rodolpho Tourinho – PFL |
| João Batista Motta - PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Alvaro Dias – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 8. Leonel Pavan – PSDB |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾ | 9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB) |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Luiz Otávio |
| Ney Suassuna | 2. Gilvam Borges |
| José Maranhão | 3. Sérgio Cabral |
| Romero Jucá | 4. Almeida Lima |
| Amir Lando | 5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB) |
| Pedro Simon | 6. Garibaldi Alves Filho |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aloizio Mercadante – PT | 1. Delcídio Amaral – PT |
| Eduardo Suplicy – PT | 2. Paulo Paim – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 3. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Magno Malta – PL | 4. Patrícia Saboya Gomes - PSB |
| Ideli Salvatti – PT | 5. Sibá Machado – PT |
| Antônio Carlos Valadares – PSB | 6. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Serys Slhessarenko – PT | 7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. (vago) |
| César Borges – PFL | 2. (vago) |
| Tasso Jereissati – PSDB | 3. Leonel Pavan – PSDB |
| PMDB | |
| Pedro Simon | 1. (vago) |
| Garibaldi Alves Filho | 2. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Serys Slhessarenko – PT | 1. Sibá Machado – PT |
| (vago) | 2. Fernando Bezerra – PTB |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. Roseana Sarney – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL |
| José Jorge – PFL | 3. César Borges – PFL |
| Maria do Carmo Alves – PFL | 4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria) |
| Edison Lobão – PFL | 5. Marco Maciel – PFL |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾ | 6. Romeu Tuma – PFL |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB) | 8. Sérgio Guerra – PSDB |
| Leonel Pavan – PSDB | 9. Lúcia Vânia – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 10. Juvêncio da Fonseca – PSDB |
| PMDB | |
| Wellington Salgado de Oliveira | 1. Amir Lando |
| Ney Suassuna | 2. Garibaldi Alves Filho |
| Valdir Raupp | 3. Gilvam Borges |
| Gerson Camata | 4. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Sérgio Cabral | 5. Mão Santa |
| José Maranhão | 6. Luiz Otávio |
| Maguito Vilela | 7. Romero Jucá |
| Gilberto Mestrinho | 8. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. (vago) ⁽⁶⁾ |
| Paulo Paim – PT | 2. Aloizio Mercadante – PT |
| Fátima Cleide – PT | 3. Fernando Bezerra – PTB |
| Flávio Arns – PT | 4. Delcídio Amaral – PT |
| Ideli Salvatti – PT | 5. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Roberto Saturnino – PT | 6. Magno Malta – PL |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾ |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 8. João Ribeiro – PL |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. (vago) |

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|-------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Demóstenes Torres – PFL | 1. Maria do Carmo Alves - PFL |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾ | 2. Romeu Tuma – PFL |
| Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾ | 3. Edison Lobão – PFL |
| Leonel Pavan - PSDB | 4. Reginaldo Duarte - PSDB |
| PMDB | |
| Sérgio Cabral | 1. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Valdir Raupp | 2. Luiz Otávio |
| Wellington Salgado de Oliveira | 3. (vago) |
| (vago) ⁽⁷⁾ | 4. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Paulo Paim – PT |
| (vago) | 2. Flávio Arns – PT |
| Aelton Freitas – PL | 3. (vago) |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 4. (vago) |

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Marco Maciel – PFL | 1. Reginaldo Duarte – PSDB |
| (vago) ⁽³⁾ | 2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) |
| Lúcia Vânia – PSDB | 3. Eduardo Azeredo – PSDB |
| PMDB | |
| Gerson Camata | 1. Gilberto Mestrinho |
| Wellington Salgado de Oliveira | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Valdir Raupp | 3. (vago) |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Flávio Arns – PT | 2. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Delcídio Amaral – PT | 3. Aelton Freitas – PL |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Jorge Bornhausen – PFL |
| César Borges – PFL | 2. José Jorge – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾ | 3. Roseana Sarney – PFL |
| Teotonio Vilela Filho - PSDB | 4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾ |
| Arthur Virgílio – PSDB | 5. Leonel Pavan – PSDB |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 6. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Gilvam Borges | 1. Ney Suassuna |
| Luiz Otávio | 2. Romero Jucá |
| Gerson Camata | 3. Sérgio Cabral |
| Valdir Raupp | 4. Amir Lando |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 5. Mão Santa |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Ana Júlia Carepa – PT | 2. Fátima Cleide – PT |
| Sibá Machado – PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| João Ribeiro - PL | 4. Ideli Salvatti – PT |
| Serys Slhessarenko – PT | 5. Flávio Arns – PT |
| PDT | |
| Augusto Botelho | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| (vago) | 1. (vago) |
| Leonel Pavan – PSDB | 2. (vago) |
| PMDB | |
| Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾ | 1. Romero Jucá |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Aelton Freitas – PL |
| Delcídio Amaral – PT | 2. (vago) |
| PDT | |
| | |

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| (vago) | 1. (vago) |
| Leonel Pavan – PSDB | 2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾ |
| PMDB | |
| (vago) | 1. Luiz Otávio |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. Ideli Salvatti – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. (vago) |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|-----------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Edison Lobão – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| (vago) ⁽⁶⁾ | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| Jorge Bornhausen – PFL | 3. Heráclito Fortes – PFL |
| José Agripino – PFL | 4. (vago) |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB | 6. Arthur Virgílio – PSDB |
| Lúcia Vânia – PSDB | 7. Alvaro Dias – PSDB |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ | 1. Luiz Otávio |
| Maguito Vilela | 2. (vago) ⁽⁷⁾ |
| José Maranhão | 3. Mão Santa |
| Sérgio Cabral | 4. (vago) ⁽²⁾ |
| Garibaldi Alves Filho | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Magno Malta - PL |
| Fátima Cleide – PT | 2. Sibá Machado – PT |
| Ana Júlia Carepa - PT | 3. Antônio Carlos Valadares – PSB |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾ | 4. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Paulo Paim – PT | 5. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Cristovam Buarque | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma – PFL | 1. Heráclito Fortes – PFL |
| Reginaldo Duarte – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| (vago) | 3. (vago) |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 1. Luiz Otávio |
| Mão Santa | 2. José Maranhão |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Paulo Paim – PT | 1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|-------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma – PFL | 1. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Lúcia Vânia – PSDB | 2. Sérgio Guerra – PSDB |
| (vago) | 3. (vago) |
| PMDB | |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾ | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Sérgio Cabral | 2. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Aelton Freitas – PL | 1. (vago) |
| Flávio Arns – PT | 2. Paulo Paim – PT |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 2. Edison Lobão – PFL |
| José Agripino – PFL | 3. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Rodolpho Tourinho – PFL |
| Romeu Tuma – PFL | 5. Roseana Sarney – PFL |
| Alvaro Dias – PSDB | 6. Tasso Jereissati – PSDB |
| Arthur Virgílio – PSDB | 7. Lúcia Vânia – PSDB |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 8. Flexa Ribeiro – PSDB |
| PMDB | |
| Ney Suassuna | 1. Ramez Tebet |
| Pedro Simon | 2. Valdir Raupp |
| Mão Santa | 3. Romero Jucá |
| Wellington Salgado de Oliveira | 4. (vago) ⁽⁴⁾ |
| Gerson Camata | 5. (vago) ⁽¹⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL) | |
| Serys Slhessarenko – PT | 1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ |
| Eduardo Suplicy – PT | 2. (vago) ⁽⁶⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 3. Aelton Freitas – PL |
| Roberto Saturnino – PT | 4. Ana Julia Carepa – PT |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 5. Fernando Bezerra – PTB |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|--------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. César Borges – PFL |
| Eduardo Azeredo – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| PMDB | |
| Wellington Salgado de Oliveira | 1. João Batista Motta ⁽²⁾ |
| Mão Santa | 2. Gerson Camata |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Roberto Saturnino – PT | 1. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ | 2. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|---|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Romeu Tuma - PFL | 1. Marco Maciel - PFL |
| Arthur Virgílio – PSDB | 2. Flexa Ribeiro - PSDB |
| PMDB | |
| Valdir Raupp | 1. Ney Suassuna |
| Pedro Simon | 2. (vago) ⁽²⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa -PT | 1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾ |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 2. Aelton Freitas - PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Osmar Dias |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Heráclito Fortes – PFL | 1. Antonio Carlos Magalhães – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 2. César Borges – PFL |
| José Jorge – PFL | 3. Jonas Pinheiro – PFL |
| Marco Maciel – PFL | 4. Jorge Bornhausen – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 5. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 6. Flexa Ribeiro – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 7. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Juvêncio da Fonseca – PSDB | 8. Papaléo Paes – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 9. Arthur Virgílio – PSDB |
| PMDB | |
| Gerson Camata | 1. Romero Jucá |
| Alberto Silva | 2. Luiz Otávio |
| Valdir Raupp | 3. Pedro Simon |
| Ney Suassuna | 4. Maguito Vilela |
| Gilberto Mestrinho | 5. Wellington Salgado |
| Mão Santa | 6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Delcídio Amaral – PT | 1. (vago) ⁽²⁾ |
| Magno Malta – PL | 2. Paulo Paim – PT |
| Roberto Saturnino – PT | 3. Fernando Bezerra – PTB |
| Sérgio Zambiasi – PTB | 4. Fátima Cleide – PT |
| Serys Slhessarenko – PT | 5. Mozarildo Cavalcanti – PTB |
| Sibá Machado – PT | 6. Flávio Arns – PT |
| Aelton Freitas – PL | 7. João Ribeiro - PL |
| PDT | |
| Cristovam Buarque | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|----------------------------|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL | 1. Demóstenes Torres – PFL |
| César Borges – PFL | 2. Jonas Pinheiro – PFL |
| Rodolpho Tourinho – PFL | 3. Roseana Sarney – PFL |
| Leonel Pavan – PSDB | 4. Eduardo Azeredo – PSDB |
| Tasso Jereissati – PSDB | 5. Lúcia Vânia – PSDB |
| Teotônio Vilela Filho – PSDB | 6. Sérgio Guerra – PSDB |
| PMDB | |
| Gilberto Mestrinho | 1. Ney Suassuna |
| Sérgio Cabral | 2. Valdir Raupp |
| Garibaldi Alves Filho | 3. Luiz Otávio |
| José Maranhão | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Romero Jucá |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Ana Júlia Carepa – PT | 1. (vago) ⁽³⁾ |
| Fátima Cleide – PT | 2. Delcídio Amaral – PT |
| Fernando Bezerra – PTB | 3. Sibá Machado – PT |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB | 4. Sérgio Zambiasi – PTB |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾ | 5. Aelton Freitas – PL |
| PDT | |
| Jefferson Péres | 1. Augusto Botelho |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| Bloco da Minoria (PFL e PSDB) | |
| Lúcia Vânia – PSDB | 1. Reginaldo Duarte – PSDB |
| Flexa Ribeiro – PSDB | 2. Alvaro Dias – PSDB |
| Sérgio Guerra – PSDB | 3. Leonel Pavan – PSDB |
| Jonas Pinheiro – PFL | 4. Edison Lobão – PFL |
| Demóstenes Torres – PFL | 5. Roseana Sarney – PFL |
| Heráclito Fortes – PFL | 6. Rodolpho Tourinho – PFL |
| PMDB | |
| Ramez Tebet | 1. Wellington Salgado de Oliveira |
| Pedro Simon | 2. Romero Jucá |
| Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾ | 3. Amir Lando |
| Gerson Camata | 4. Mão Santa |
| Maguito Vilela | 5. Valdir Raupp |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL) | |
| Flávio Arns – PT | 1. Serys Slhessarenko – PT |
| Aelton Freitas – PL | 2. Delcídio Amaral – PT |
| Sibá Machado – PT | 3. Magno Malta – PL |
| Ana Júlia Carepa – PT | 4. Sérgio Zambiasi – PTB |
| João Ribeiro - PL | 5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾ |
| PDT | |
| Osmar Dias | 1. Cristovam Buarque |

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres²

| BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) | | | | | |
|---|-----------|--------------|---------------------------------|-----------|--------------|
| Titulares | UF | Ramal | Suplentes | UF | Ramal |
| Demóstenes Torres (PFL) | GO | 2091 | 1. (Vago) ³ | | |
| Sérgio Guerra (PSDB) | PE | 2382 | 2. César Borges (PFL) | BA | 2212 |
| Heráclito Fortes (PFL) | PI | 2131 | 3. Mª do Carmo Alves(PFL) | SE | 1306 |
| (Vago) ⁶ | | | 4. (Vago) ⁴ | | |
| Paulo Octávio (PFL) | DF | 2011 | 5. Teotônio Vilela Filho (PSDB) | AL | 4093 |
| Antero Paes de Barros(PSDB) | MT | 4061 | 6. Arthur Virgílio (PSDB) | AM | 1413 |
| PMDB | | | | | |
| Ney Suassuna | PB | 4345 | 1. Gerson Camata | ES | 3204 |
| João Alberto Souza | MA | 1415 | 2. Alberto Silva | PI | 3055 |
| Ramez Tebet | MS | 2222 | 3. Valdir Raupp | RO | 2252 |
| Luiz Otávio | PA | 3050 | 4. (Vago) ⁵ | | |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) | | | | | |
| Sibá Machado (PT) | AC | 2184 | 1. (Vago) | | |
| Ana Júlia Carepa (PT) | PA | 2104 | 2. (Vago) | | |
| Fátima Cleide (PT) | RO | 2391 | 3. (Vago) | | |
| PDT | | | | | |
| Jefferson Péres | AM | 2063 | 1. Augusto Botelho | RR | 2041 |
| PTB | | | | | |
| Mozarildo Cavalcanti | RR | 4078 | 1. Valmir Amaral | DF | 1961 |
| Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) | | | | | |
| Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | | | | | 2051 |

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gilberto Goellner que deixou o exercício do cargo em 8.12.2005, em virtude de reassunção do titular.

⁴ O Senador Álvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com Ofício nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

⁵ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁶ O Senador Leonel Pavan renunciou ao cargo de acordo com OF. INT. GSLP nº 43/2006, publicado no DSF de 29.3.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

| | |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma (PFL-SP) | Corregedor |
| Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ² | 1º Corregedor Substituto |
| Senador Delcídio Amaral (PT-MS) | 2º Corregedor Substituto |
| Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) | 3º Corregedor Substituto |

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| Ramez Tebet (PMDB-MS) | PMDB e Bloco de Apoio ao Governo |
| Demóstenes Torres (PFL-GO) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Alvaro Dias (PSDB-PR) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Fátima Cleide (PT-RO) | Bloco de Apoio ao Governo |
| Amir Lando (PMDB-RO) | PMDB |

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

| |
|---|
| PMDB |
| Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB |
| PFL |
| Senadora Roseana Sarney (MA) |
| PT |
| Senadora Serys Slhessarenko (MT) |
| PSDB |
| Senadora Lúcia Vânia (GO) |
| PDT |
| Senador Augusto Botelho (RR) |
| PTB |
| Senador Sérgio Zambiasi (RS) |
| PSB |
| Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB |
| PL |
| Senador Magno Malta (ES) |
| PPS |
| Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB |

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|--|--|
| <u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP) | <u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) |
| <u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL) | <u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC) |
| <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI) | <u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) |
| <u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE) | <u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB) |
| <u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO) | <u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) |
| <u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) | <u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF) |
| <u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL) | <u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) |
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS) | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB) |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ) |

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

| LEI Nº 8.389/91, Art. 4º | TITULARE | SUPLENTE |
|---|--------------------------------|------------------------------------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO | EMANUEL SOARES CARNEIRO |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | GILBERTO CARLOS LEIFERT | ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | PAULO R. TONET CAMARGO | SIDNEI BASILE |
| Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV) | FERNANDO BITTENCOURT | ROBERTO DIAS LIMA FRANCO |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | DANIEL KOSLOWSKY HERZ | CELSO AUGUSTO SCHRÖDER |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO | MÁRCIO LEAL |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA | STEPAN NERCESSIAN |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | GERALDO PEREIRA DOS SANTOS | ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | DOM ORANI JOÃO TEMPESTA | SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | ARNALDO NISKIER | GABRIEL PRIOLLI NETO |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO | PHELIPPE DAOU |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | ROBERTO WAGNER MONTEIRO | FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO | PAULO MARINHO |

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

| | |
|---|---|
| Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI | Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON |
| Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA | Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI |

MEMBROS NATOS

| | |
|---|---|
| Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal | Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados |
|---|---|

SENADORES

| TITULARES | SUPLENTES |
|--|------------------------------------|
| BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) | |
| JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC) | 1. JOSÉ JORGE (PFL/PE) |
| PAULO OCTÁVIO (PFL/DF) | 2. ROMEU TUMA (PFL/SP) |
| SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE) | 3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG) |
| PMDB | |
| PEDRO SIMON (PMDB/RS) | 1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ) |
| RAMEZ TEBET (PMDB/MS) | 2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO) |
| BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL) | |
| SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS) | 1. (vago) |
| EDUARDO SUPLICY (PT/SP) | 2. (vago) |
| PDT | |
| (vago) | 1. (vago) |
| PSOL (Resolução nº 2/2000-CN) | |
| GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC) | 1. (vago) |

DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------------------------|---------------------------------|
| PT | |
| DR. ROSINHA (PT/PR) | 1. MANINHA (PSOL/DF) |
| MAURO PASSOS (PT/SC) | 2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS) |
| PMDB | |
| EDISON ANDRINO (PMDB/SC) | 1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR) |
| Bloco PFL/Prona | |
| GERVÁSIO SILVA (PFL/SC) | 1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) |
| PSDB | |
| JÚLIO REDECKER (PSDB/RS) | 1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ) |
| PP | |
| LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC) | 1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP) |
| PTB | |
| FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ) | 1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP) |
| PL | |
| OLIVEIRA FILHO (PL/PR) | 1. PAULO GOUVÊA (PL/RS) |
| PPS | |
| JÚLIO DELGADO (PSB/MG) | 1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP) |

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|--|---|
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS | <u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE |
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ |

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

| Deputados | Senadores |
|------------------|--------------------------------|
| | Renan Calheiros ⁽²⁾ |
| | |
| | |

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | R\$ 31,00 |
| Porte do Correio | R\$ 96,60 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | R\$ 127,60 |

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

| | |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | R\$ 62,00 |
| Porte do Correio | R\$ 193,20 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | R\$ 255,20 |

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

| | |
|------------------------|-----------------|
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |
| Porte avulso | R\$ 0,80 |

ORDEM BANCÁRIA

| | |
|--------------------|-------------------------|
| UG - 020055 | GESTÃO 00001 |
|--------------------|-------------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 158 PÁGINAS